

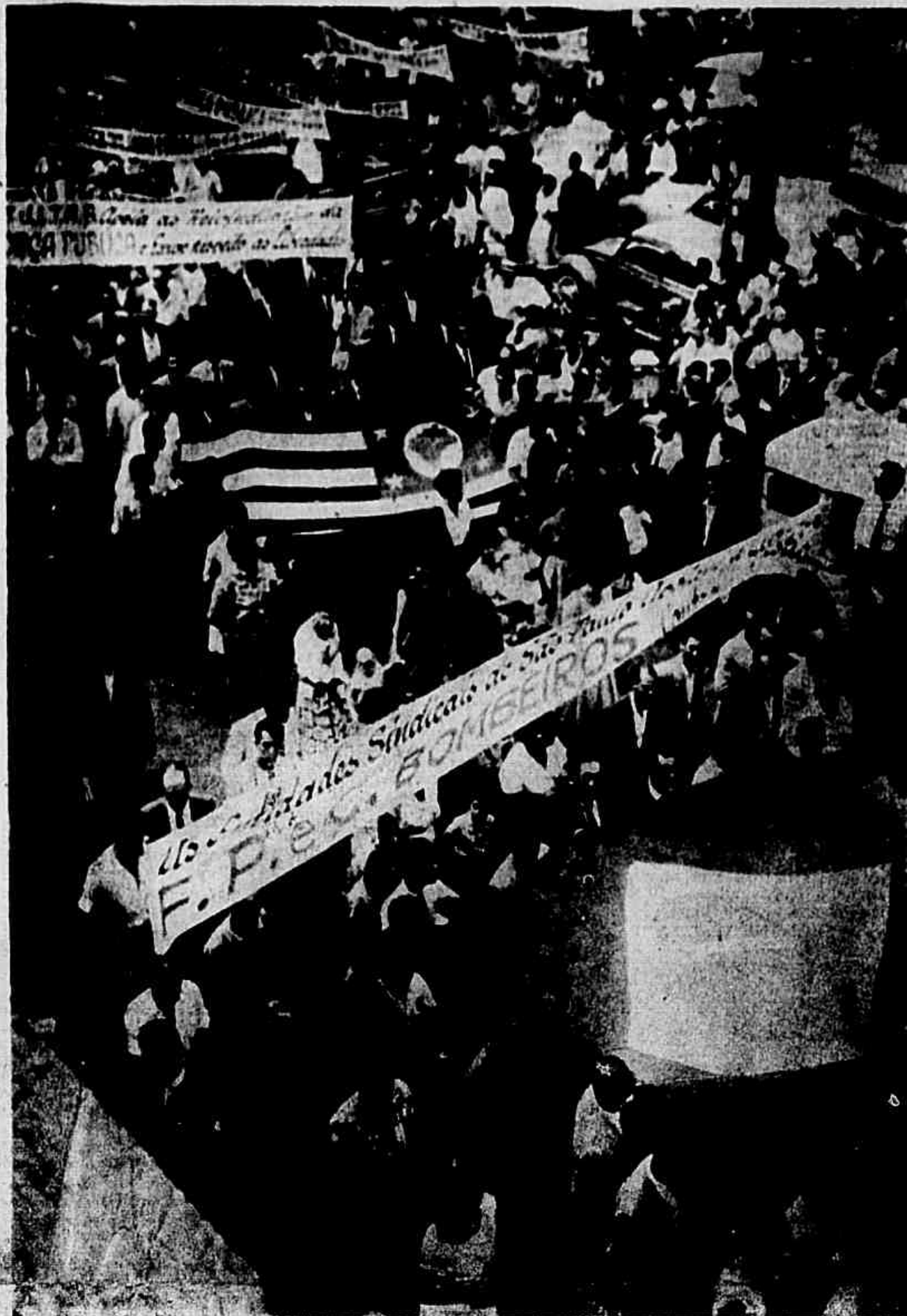
## NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 20 a 26 de janeiro de 1964. Nº 99  
Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragman Borges

CARVALHO PINTO QUER MATAR OS MILICIANOS DE FOME

# Luta Dos Bombeiros Continua Com Apoio do Povo Paulista

Leia artigo de RAMIRO LUCHESI na 3ª página do 1º caderno e reportagens nas 3ª e 6ª páginas do 2º caderno



OFICIAIS e soldados da Força Pública de São Paulo, acompanhados de suas esposas e filhos, de trabalhadores, estudantes, intelectuais e deputados, desfilaram pelas ruas centrais da capital paulista em sinal de protesto contra o governador Carvalho Pinto que se recusou a equiparar os seus vencimentos com os que percebem os membros da Guarda-Civil. Na foto, aspecto da passeata que contou com mais de 5 mil pessoas.

### Em Defesa de Cuba

Artigo de PRESTES na 3ª pág. do 1º cad.

Dublagem: nova frente na batalha do cinema brasileiro

Rep. de LUIZ GAZANEO na 8ª página

## Ligas Camponesas Tomam a Iniciativa

De RUI FAGÓ enviado de NR a Pernambuco  
Texto na 1ª pág. do 2º cad.



**Dia 20 na ABI:**  
Ato público de solidariedade a Cuba

SEXTA-FEIRA, dia 20, às 20 horas, no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa, realizar-se-á um ato público de solidariedade à revolução cubana. Na ocasião será instalada a «Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba». O ato será encerrado com a apresentação da peça «Pátria ou Morte», de autoria do jovem teatrólogo Oduvaldo Viana Filho. Deverão usar da palavra, entre outros, o deputado federal Josué de Castro, o professor Darcy Ribeiro e o dirigente estudantil Oliveira Guanais, presidente da União Nacional dos Estudantes. A Comissão Organizadora do ato é presidida pelo deputado Josué de Castro. Entre outras, comparecerão a ABI os deputados federais Barbosa Lima Sobrinho, Sérgio Magalhães, Gabriel Passos e Vasconcelos Torres, o senador Lourival Fontes e dirigentes sindicais.

**Estivadores decidem:**  
cumprimento do acôrdo ou greve

A FEDERAÇÃO NACIONAL dos Estivadores, representando 57 entidades sindicais de todo o país, deu um prazo aos ministros do Trabalho e da Viação para que providenciem o cumprimento do acôrdo salarial firmado com os estivadores em 18-10-1960 até o dia 22 da corrente, caso contrário será deflagrada, no dia 23, a greve em todos os portos nacionais. Os portuários, que têm um pacto de ação comum com os estivadores, obtiveram o aumento salarial que pleiteavam e o abono-família na razão de Cr\$ 1.000,00 por dependente, a partir de 1º de janeiro. Contudo, caso os estivadores entrarem em greve em defesa do direito de férias e pela abolição da estiva livre (constantes do acôrdo), também os portuários paralisarão o trabalho a essa hora do dia 23, em solidariedade aos seus companheiros da estiva.

**Faltam alguns**  
«recordes» no balanço de JK

Art. de RENATO GUIMARAES na 5ª página do 2º caderno

**Refinaria de Caxias:**  
novo êxito da Petrobrás

Texto na 2ª página do 2º caderno

## Lição Dos Fatos

ORLANDO BOMFIM JR.

FAZIA parte da propaganda janista apresentar São Paulo como uma exceção dentro do Brasil. Um oásis de bem-estar e prosperidade. E tudo tinha sido obra da ação do sr. Jânio Quadros à frente do governo do Estado, fielmente continuada pelo seu sucessor e grande cabo eleitoral, o sr. Carvalho Pinto.

MAS os fatos estão aí. Que foi feito no grande Estado pela efetiva solução dos problemas do povo? Tomou-se alguma medida de combate à brutal e incessante elevação dos preços? São boas as condições de vida das grandes massas? Os trabalhadores já deram, com suas lutas reivindicatórias em 1960 (pode-se dizer que não houve um dia sem greve), resposta a essas perguntas. E resposta no mesmo sentido estão dando agora os bombeiros e os soldados e oficiais da Força Pública, isto é, setores do próprio aparelho do Estado e até mesmo da sua organização de segurança.

NAO há mentira que consiga esramatear essa realidade. E é uma realidade que não se confina aos limites desta ou daquela região do país, mas a todo ele se estende. Acrescentemos os exemplos da greve dos portuários, marítimos, ferroviários, pela paridade, e da greve da funcionalismo pública de Minas Gerais, por aumento de vencimentos, e teremos as cores nítidas do quadro. É a insatisfação popular explodindo em lutas que nenhum entrave consegue deter.

ESSES fatos confirmam, com vigor mais alto, que nosso povo vem sendo levado a insuportáveis condições de existência. Pode o sr. Juscelino Kubitschek falar a dia inteiro pela televisão e pelo rádio. Suas palavras se perderão no ar, porque o que ficará de concreto são as panelas vazias. E é a essa situação que leva o decantado «desenvolvimentismo», a política econômico-financeira do governo. Esse tipo de desenvolvimento, na linha da inflação e da dependência aos monopólios norte-americanos, na verdade deixa sem solução os problemas básicos do país.

ISSO não significa, evidentemente, que a razão esteja com os corifeus do entreguismo, defensores na prática do antidesenvolvimento, de um atraso progressivo, de uma nação-caranguejo, submetida a permanente exploração colonial. Ao contrário. Significa defender de fato o nosso progresso, não através de uma política dúbia de compromissos com os inimigos do povo, mas de uma orientação firme que leve a medidas radicais contra os monopólios norte-americanos, a uma reforma agrária de verdade, ao desenvolvimento independente da nossa economia e a uma política externa de paz e entendimento com todos os povos. Esse é o caminho que conduzirá à solução dos problemas básicos que a nação enfrenta.

AS lutas desencadeadas contra a carestia da vida revelam também que as massas trabalhadoras e populares não estão de forma alguma dispostas a suportar o peso que querem atirar sobre seus ombros. Resistem e lutam. E será resistindo e lutando contra essa situação, contra os efeitos dessa errônea política econômica-financeira, que cada vez mais compreenderão a necessidade de lutar contra as causas, de arrancar pela raiz os males que nos afligem.

POR outro lado, torna-se evidente que a solução dos problemas está na luta das próprias massas e não pode resultar da ação de salvadores. De nada valem os «slogans» falazes de que não se deve perder a paciência porque o milagre vem aí. Hoje como amanhã, será através da luta organizada, da unidade de ação, que nosso povo saberá defender os seus direitos e assegurar as conquistas já alcançadas, ampliar esses direitos e atingir novas conquistas, continuando a avançar com firmeza e serenidade, sejam quais forem os impecilhos, na construção de uma vida independente e feliz.

ESSA é a lição dos fatos. Pode levar a desolação aos inimigos do povo. Mas servirá de esclarecimento e incentivo aos que ao lado do povo combatem.



Nota Sindical

Relações Internacionais: um Assunto em Debate

O deputado Sérgio Magalhães tomou a iniciativa de apresentar um projeto à Câmara Federal...

Com efeito, o artigo 365 estabelece que "As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta Lei (CLT) não poderão filiar-se a organizações internacionais...

O deputado Sérgio Magalhães, tentando atar com essa limitação absurda, sobretudo atentatória à liberdade sindical...

Embora o referido projeto signifique uma medida avançada no sentido da autonomia e liberdade sindicais, o seu texto, vem sendo objeto de discussão entre os líderes do movimento sindical brasileiro...

Em defesa desse ponto de vista surgem inúmeros argumentos, dentre os quais se salienta o que se refere a disparidade de representação entre diversas entidades profissionais...

Embora representados por uma maioria esmagadora de sindicatos, esses trabalhadores formam uma minoria. Acresce, ainda, que os pequenos sindicatos são mais suscetíveis de envolvimento por elementos interessados em impedir a ascensão do movimento operário brasileiro...

Contudo, o assunto continua em debate, e os líderes sindicais brasileiros vêm manifestando a sua confiança em que o deputado Sérgio Magalhães compreenderá a necessidade de ouvir a opinião dos trabalhadores...

Nilson Azeredo



Lavradores de Marília Fundaram a Sua Associação Profissional

Depois de uma luta que se desenvolveu durante vários anos, os lavradores e trabalhadores agrícolas de Marília conseguiram dar mais um passo no sentido da sua organização...

lavradores, congratulou-se com a fundação da entidade, e salientou que somente organizados em suas associações de classe os trabalhadores seriam capazes de se libertar da fome...

Anteriormente, os lavradores de Marília, à medida que iam ganhando consciência da necessidade de lutar pelos seus direitos, passavam a participar do quadro social do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil daquela cidade...

A diretoria da Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília ficou constituída pelos lavradores José Ribeiro, presidente; Raimundo Silva, secretário; João Pedro Cordeiro, tesoureiro...

Autoridades prestigiam

O ato de fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília contou com o apoio e a participação de inúmeras autoridades locais, entre as quais se destacavam o prefeito da cidade, sr. Octávio Barreto Prado...

Na foto, um aspecto da solenidade de fundação, quando falava o camponês Sebastião da Silva, denunciando os fazendeiros de Marília que não pagam o salário-mínimo.

Ferrovários de Ilhéus querem os atrasados

Cerca de 800 trabalhadores da Estrada de Ferro Ilhéus continuam lutando para que o Ministério da Fazenda libere a verba destinada ao pagamento das vantagens da classificação que lhes são devidas desde 1º de julho...

Denúncias

A solenidade de posse da primeira Diretoria da Associação foi também um ato de denúncia das condições de exploração a que estão submetidos os trabalhadores rurais. Os lavradores, depois de salientarem que os leis existentes em seu favor não são aplicadas, denunciaram a baixa do atual salário mínimo...

O quadro do pessoal já foi elaborado e aprovado pelo Ministério da Viação, mas a ferrovia, até hoje, não teve meio de efetuar o pagamento, por não contar com o numerário suficiente. Em virtude disso, o presidente do Sindicato dos Ferrovários de Ilhéus, sr. James Espinola Clement, foi autorizado pelos trabalhadores a viajar para o Estado da Guanabara, onde se encontra, procurando fazer com que o Ministro da Viação tome as providências necessárias ao pagamento do pessoal.

DEFESA DO DIREITO DE GREVE

Intensifica-se em Todo País a Solidariedade Aos Aeroviários

Embora diminua a cada dia o número de aeroviários demitidos como grevistas, o movimento de solidariedade aos últimos vítimas do decreto-lei 9.070 nas empresas de navegação aérea continua crescendo em todo o País.

A última reunião do Comando da Defesa dos Aeroviários e do Direito de Greve, realizada na sede da Federação Nacional dos Marítimos, contou com a participação do presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais, o sr. Clodomir Riani...

Manifestações

Enquanto prosseguem os entendimentos entre as autoridades governamentais, os líderes aeroviários e os representantes patronais visando a reintegração de todos os operários demitidos, os trabalhadores de outras categorias profissionais, liderados por suas entidades de classe, empenham-se no movimento de solidariedade, promovendo manifestações públicas de protesto contra a violação do direito de greve e pelo retorno dos demitidos ao trabalho.

CONSELHOS DE FABRICA ATUAM

Metalúrgicos e Marceneiros: Greve Para Receber Atrasados

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Marcenaria e Carpintaria da Guanabara baseia a sua atividade nos conselhos e delegados da fábrica. As questões específicas de cada setor são resolvidas, quase sempre, pelos próprios delegados ou membros dos conselhos, que gozam de autonomia dentro de seu âmbito de atividade...

demitidos ao trabalho. Nesse sentido, segunda informações chegadas ao Comando, já se realizaram inúmeras passeatas no interior do País, entre as quais as dos trabalhadores de Curitiba, Porto Alegre, e Belo Horizonte.

Importância da solidariedade

Embora houvesse assumido um compromisso com as autoridades ministeriais, segundo e qual nenhum aeroviário seria punido pelo fato de haver participado da greve nacional da categoria, os proprietários das empresas de aviação comercial, depois de cessado o movimento grevista, dispensaram cerca de três mil trabalhadores, grande número deles com direitos a estabilidade. O mais grave, entretanto, é que os empregadores nem saíram dignados a receber os dirigentes do Sindicato Nacional dos Aeroviários para entendimentos acerca do assunto.

As empresas, que antes se mostravam intransigentes, começaram a

compreender que não se viola impunemente um direito sagrado conquistado com sacrifício das massas trabalhadoras. Contra a injustificável intransigência patronal voltaram-se as mais representativas entidades sindicais brasileiras, inúmeras autoridades governamentais, parlamentares e a opinião pública, que desde os primeiros momentos se solidarizara com os grevistas.

Readmissões

O fato é que já nos encontramos em outra fase na luta pela readmissão de todos os aeroviários demitidos. Dos três mil lançados na rua, mais de 2.500 já retornaram ao trabalho, e os entendimentos com os representantes das empresas de aviação comercial prosseguem em todo o País, até que seja reintegrado em suas funções o último dos aeroviários demitidos.

Defesa do direito de greve

Mas a demissão brutal dos três mil aeroviários determinou, como salientamos em reportagem anterior, a mobilização dos trabalhadores para a reativação do movimento em defesa do direito de greve e pela revogação do decreto-lei 9.070. Nesse sentido, 63 entidades sindicais sediadas no Estado da Guanabara, entre as quais a Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Empregos do Crédito, 11 federações nacionais, 4 federações regionais e 9 sindicatos nacionais, acabam de enviar a todas as entidades sindicais brasileiras a cópia do memorial que será enviado ao Senado...

Reiteradas vezes os trabalhadores e suas organizações sindicais se dirigiram aos ilustres membros dessa Casa do Parlamento Nacional, apelando para que utilizassem a tramitação do projeto de lei arduo da Câmara dos Deputados, regulamentando o artigo 158 da Constituição da República. O referido projeto, que tem o número 24, de 1959, já fora aprovado na Câmara dos Deputados em 1959.

As organizações sindicais, com o propósito de colaborar com o Parlamento Nacional, ofereceram uma emenda, aprovada na 1ª Conferência Sindical Nacional e confirmada na 2ª Conferência, ao artigo 3º do projeto provido da Câmara dos Deputados, em que se reafirma a direção das greves exclusivamente por meio das entidades sindicais.

Essa proleção em dar forma ao artigo 158, desde 1949, quando se iniciou a complementação dos preceitos constitucionais, tem permitido que se aplique o malsinado decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946, isto é, anterior à Constituição de 18 de setembro de 1946.

O que tem sido a aplicação do decreto-lei 9.070, constitui uma flagrante violação das normas constitucionais, dos compromissos internacionais assinados pelo Brasil, como o do Ato de Chapultepec, dos convênios da Organização Internacional do Trabalho e, sobretudo, dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

Nesse momento a sua aplicação aos trabalhadores aeroviários, representa uma medida punitiva que está levando ao desespero, à aflição, centenas de lares brasileiros. Baseados no decreto-lei 9.070, trabalhadores da aviação comercial brasileira estão sendo sumariamente castigados por participarem de uma greve justa, que não sofreu nenhum reparo do Egrégio Tribunal do Trabalho.

Em nome desses trabalhadores e suas famílias, de vários outros punidos arbitrariamente pelo decreto-lei 9.070, em nome da consciência democrática da nossa pátria, em nome do movimento operário e sindical, exortamos aos Senadores a ultimarem a tramitação do projeto que regulamentava o artigo 158 da Constituição, na Seção Extraordinária, para que possa ser imediatamente sancionado, terminando de uma vez com o decreto-lei 9.070, que constitui uma vergonha, uma mancha na vida democrática do Brasil e uma ameaça aos direitos e à vida dos trabalhadores que lutam contra a miséria, a fome e os injustos sociais.

Carta aberta a JK

O Comando de Defesa dos Aeroviários e do Direito de Greve decidiu, por outro lado, enviar uma carta aberta ao Presidente da República, na qual salienta:

"Reiteramos os termos de nossa carta, telegramas e apelos que fizemos a V. Excia., para que, com a autoridade que lhe confere seu alto cargo, interfira na volta ao trabalho de todos os aeroviários demitidos injustamente por terem participado de uma greve por melhores salários. Esperamos que V. Excia., antes de deixar o Governo, faça com que todos os aeroviários se reintegrem nas empresas onde trabalham, cumprindo com os compromissos assumidos no Ministério do Trabalho, no término de greve.

A intransigência dos ..., que tanto dependem do Estado levará as entidades sindicais do País a tomar outras medidas para salvaguardar os direitos sagrados dos aeroviários e suas famílias." A carta é assinada pelos presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas do Crédito, Federação Nacional dos Marítimos, Federação Nacional dos Ferrovários, Federação Nacional dos Estivadores, União dos Parfumeiros do Brasil, Sindicato Nacional dos Aeronautas e Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, que compõem o Comando de Defesa dos Aeroviários e do Direito de Greve.

Defende Teu Direito

M. L. C. (Aracaju) O consulente foi acidentado e, ato contínuo, encaminhado à Companhia Seguradora. Recebeu os dias correspondentes ao acidente, mas não o repouso semanal remunerado. A consulta é para saber de quem deve receber o repouso.

J. D. B. (Estado da Guanabara). O consulente só recebeu 20 dias de férias. Ouvindo, entretanto, dizer que tem direito a 23 dias. Correto? -- A Consolidação das Leis do Trabalho (art. 132, letra "a"), dispõe que o empregado fará jus a vinte dias úteis de férias, desde que tenha ficado à disposição do empregador durante 12 meses, e não tenha dado mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período. Assim, o trabalhador gozará 20 dias úteis de férias. Receberá, entretanto, mais 3 dias, correspondentes ao repouso semanal remunerado, perfazendo um total de 23 dias.

O. M. (São Paulo) O consulente foi contratado, inicialmente, para trabalhar a jornada normal de oito horas. Posteriormente, alterando o critério estabelecido, pretendeu o empregador que o consulente executasse, em caráter permanente, a jornada de 12 horas de trabalho. Como se recusasse, foi o empregado despedido, tendo-lhe dito o patrão que cometera ato de indisciplina, recusando-se a pagar a indenização e o aviso prévio.

A duração normal da jornada de trabalho é de oito horas diárias, num total de 48 horas por semana. Desde que haja contrato escrito entre empregador e empregado, ou que haja tal cláusula em contrato coletivo de trabalho, "a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas". Assim, nenhum empregador poderá exigir de seu empregado a execução de uma jornada de 12 horas de trabalho. Somente em caso de necessidade imperiosa, "poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional (10 horas), seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis, ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

Quando o contrato, entre empregado e empregador, para execução de jornada superior a 10 horas, e ele será nulo de pleno direito, por desconformidade às normas gerais de tutela do Trabalho. No caso, o empregado nenhuma falta cometeu, e a Justiça do Trabalho, certamente, se solidaria, condenará a empresa ao pagamento das reparações que lhe foram negadas. J. A. (Niterói) O consulente é vendedor-precista, com carteira profissional anotada, sendo, portanto, inquestionável a sua condição de empregado. A firma em que trabalha, entretanto, não lhe vem pagando os aumentos normativos (os que resultam de dissídios coletivos ou acordos salariais), conseguidos através do Sindicato dos Empregados no Comércio. Se o consulente é vendedor-precista, integra categoria profissional diferenciada. Em tais casos, o enquadramento sindical não decorre da atividade econômica do empregador (que é critério geral), mas da atividade profissional do empregado (que é o critério excepcional, vigente para as categorias profissionais diferenciadas). Assim, o consulente não será associado do Sindicato dos Empregados no Comércio, mas do sindicato que congrega os vendedores-precistas e os vendedores-viajantes. O aumento salarial a que terá direito, será aquele conseguido por intermédio do Sindicato a que é ou a que deverá ser filiado. E de toda conveniência que o consulente procure o sindicato que legalmente representa sua categoria, e indague se há aumentos salariais a receber. Se tais acordos ou dissídios existem, e se o empregador não quiser satisfazê-los, o consulente deverá recorrer à Justiça do Trabalho.

Everaldo Martins

ASSINATURAS "China Ilustrada" para 1961. Assinatura anual (12 números) 330,00. Assinatura semestral (6 números) 170,00. Número avulso 30,00. Concedemos 30% de comissão aos agenciadores de assinaturas dessa revista. Faça seu pedido enviando o valor correspondente à assinatura em cheque ou vale postal para Editorial Vitória Ltda. Caixa Postal 165 Tel. 22-1613 Rio de Janeiro E. Guanabara



# EM DEFESA DE CUBA

LUIZ CARLOS PHESTE.



## Fidel Castro Recebe Delegados Estrangeiros

Delegados de inúmeros países, inclusive dos Estados Unidos, foram a Cuba prestar homenagem à passagem do segundo aniversário da Revolução Cubana. Entre os numerosos atos comemorativos do feito

heróico dos «barbudos» de Sierra Maestra, houve uma recepção oferecida pelo primeiro-ministro Fidel Castro aos estrangeiros presentes, nos salões do Palácio Presidencial

em Havana. Grande curiosidade despertava o líder cubano, todos desejosos de ouvir suas palavras. A foto, tirada durante a recepção, mostra o primeiro-ministro totalmente cercado pelos presentes.

Acompanhamos com entusiasmo os êxitos da Revolução Cubana e festejamos as grandes conquistas do povo cubano. Temos afinal na América Latina um governo digno, um governo que defende com altivez a soberania nacional e que fala de igual para igual com os brutamontes de Washington. Que diferença entre a palavra clara e digna de Fidel Castro na Assembleia Geral da ONU — lídima expressão dos anseios de independência e liberdade dos povos da América Latina — e o coaxar repelente dos delegados dos demais países, inclusive e muito particularmente do sr. Horácio Lafer, que nada mais sabem ou podem fazer que dizer amém às ordens do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos!

Com a vitória da Revolução Cubana e as realizações do governo revolucionário de Fidel Castro, nossa luta pelo progresso, que implica na conquista da independência econômica, na libertação do jugo imperialista e na reforma agrária que acabe com os restos feudais e a grande propriedade latifundiária, adquire maior consistência, sai, por assim dizer, do terreno da teoria para o da prática. Tudo aquilo que poderia até ontem parecer um sonho, que muitos senhores sabichões afirmavam irrealizável ou apenas possível noutras terras, materializou-se na pequena ilha do Caribe. Os argumentos de caráter geográfico, a pedanteria geopolítica, os argumentos dos técnicos militares a respeito da invencibilidade do «colosso» do Norte, o cinismo dos teóricos que, como o sr. João Neves da Fontoura, reclamavam a alienação progressiva da soberania nacional, tudo veio abaixo com a vitória da luta heróica do povo cubano e com a prática revolucionária do governo de Fidel Castro.

E, pois, compreensível que os exploradores e a fauna considerável de seus seguidores em toda a América Latina estejam alarmados. A Revolução Cubana ensina, revela nossa própria força, a viabilidade dos objetivos revolucionários apontados pelos comunistas e demais correntes efetivamente progressistas, democráticas e an-

timperialistas da América Latina. Mas se a Revolução Cubana ensina, o governo revolucionário de Fidel Castro entusiasma, enche de novas esperanças os corações de todos os patriotas, de todos os democratas de verdade que não se conformam com a miséria e o atraso a que estão relegados milhões de seres humanos nos países da América Latina.

E contra isso que se levantam impotentes e raivosos os senhores do imperialismo ianque e seus lacaios em nossos países. Querem acabar com esse foco de irradiação revolucionária, pensam poder barrar o progresso histórico e conservar por alguns anos ainda o colonialismo em nosso Continente, manter a exploração e a opressão dos povos latino-americanos, salvaguardar enfim a segurança na região que segundo eles deve ser a retaguarda tranqüila ou o quintal do imperialismo. Para isso atacam desesperadamente tanto em Cuba como fora de Cuba.

Na ilha heróica não vacilam no apelo a todos os recursos, desde a agressão aberta até os mais torpes atos de provocação. Queimaram canaviais, enviaram aviões para fuzilar o povo nas cidades e aldeias, passaram ao terreno da agressão econômica com a suspensão da aquisição do açúcar cubano, com a proibição das exportações para Cuba, entraram finalmente no terreno infame de armar terroristas que assassinam indiscriminadamente a homens, mulheres e crianças. E como o povo cubano unido firmemente em torno de Fidel Castro a tudo resiste e com a ajuda de seus amigos do campo socialista supera e vence a agressão econômica, passaram os senhores do imperialismo ianque ao terreno das demonstrações navais e finalmente à rutura de relações diplomáticas, como que anunciando a disposição em que se encontra o governo de Washington de ir até a guerra declarada.

Nos demais países de América Latina, são utilizados todos os recursos, desde a propaganda mentirosa e as calúnias contra o go-

vérno de Fidel Castro até a pressão diplomática e financeira com o objetivo de isolar o governo revolucionário de Cuba e facilitar a agitação reacionária e tirânica, como os de Trujillo, Ydgoras ou Prado, iniciar a agressão armada e o preparo de mercenários que, pagos, armados e instruídos pelo governo de Washington, ataquem ao povo cubano. É o dinheiro das tristes que alimenta a hipocrisia de todos esses senhores que na chamada imprensa séria ou nos países derramam lágrimas pelos bandidos que o governo de Fidel Castro, em defesa da revolução e dos sagrados interesses do povo, leva ao paredão e fuzila. É o dinheiro das tristes que orienta a política reacionária do Itamarati e dita ao sr. Lafer declarações que se opõem frontalmente aos sentimentos do povo brasileiro.

O povo cubano, no entanto, não cederá. Unido em torno de Fidel Castro, o povo de Cuba está disposto a defender suas conquistas revolucionárias e preferirá morrer lutando a aceitar novamente o jugo infamante do colonizador ianque. Qualquer agressão militar a Cuba levará a matança de milhares e milhares de pessoas. Será uma guerra sangrenta, uma nova Coreia ou uma nova Argélia em nosso Continente.

Nenhum patriota, nenhum democrata da América Latina pode ficar insensível diante de semelhante ameaça. Os governantes de Washington não poderão levar adiante seus planos agressivos contra Cuba se tiverem a certeza de que em defesa do povo cubano levantar-se-ão os demais povos da América Latina e que outros Cubas surgirão no Continente. Não poderão intervir militarmente em Cuba também enquanto não conseguirem a submissão à sua vontade e a adesão a seus planos agressivos dos governos dos demais países da América Latina, inclusive e particularmente do Brasil.

Nossa solidariedade ao povo cubano precisa por tudo isso ganhar as ruas, refletir a verdadeira força de nosso povo, sua disposição de luta, seu amor ao valente povo irmão de Cuba que não permitiremos de forma alguma que continue a bater-se sozinho em defesa de uma causa que é a nossa própria causa, de conquistas que nós também desejamos alcançar e que haveremos de alcançar. Mantenhamo-nos vigilantes contra o reacionarismo do Itamarati, exijamos do governo brasileiro uma posição clara em defesa do governo revolucionário de Fidel Castro, contra qualquer tentativa ianque no sentido de envolver o Brasil em suas manobras agressivas.

A solidariedade a Cuba é no momento atual tarefa de honra de todo patriota e democrata brasileiro, que saberá, independentemente de quaisquer diretrizes, agir por iniciativa própria, por em tensão toda sua capacidade de ação, sua experiência política, suas relações no meio social em que vive e trabalha, para mobilizar companheiros e orientá-los e esclarecê-los na luta necessária contra os agressores ianques e todos aqueles que em nossa terra atacam e caluniam a Revolução Cubana.

Nosso povo está com o povo de Cuba. Apesar de insuficientemente informado, já compreende que a Revolução Cubana é a vanguarda de nossa própria revolução. O que é urgente é mobilizá-lo e organizá-lo para que manifeste publicamente sua solidariedade e revele a disposição em que se encontra de participar ativamente da defesa da Revolução Cubana.

RAMIRO LUCHESI

# Os Comunistas e a Justa Luta Dos Servidores Militares e Civis de São Paulo

Já há vários meses vêm os servidores civis e militares do Estado batendo por melhores vencimentos. Premidos de um lado pela política de inflação e carestia do governo federal, de outro pela política dita «de austeridade» do governo estadual vêm eles reclamando todos os anos reajustamento de vencimentos. Mas, obtêm sempre reajustamentos em bases muito inferiores a suas reais necessidades, o que determina que suas dificuldades de vida aumentem constantemente. De sua parte, os servidores militares pleiteiam também, com razão, que seus vencimentos sejam equiparados aos da polícia civil. Há dois meses atrás sua luta atingiu um ponto agudo, mas o desfecho foi então adiado uma vez que ainda se esperava um gesto de compreensão do governo, através de lei da Assembleia Legislativa.

Entretanto, a maioria governista da Assembleia, pressionada pelo sr. Carvalho Pinto, negou-se não apenas a conceder o aumento que todo o funcionalismo esperava, mas também a aprovar a paridade pleiteada pelo pessoal da Força Pública e Corpo de Bombeiros. Isso significa a condenação de todo o funcionalismo a dias mais difíceis. E para o

pessoal da Força Pública e do Corpo de Bombeiros, em particular, representa a continuação de uma situação de verdadeiro desespero.

O resultado de vários inquéritos comprovou que o consumo de carne e leite pelas famílias do pessoal militar do Estado apresenta índices tremendamente baixos. E freqüentemente os jornais dão notícia de atos de desespero a que são levados os integrantes do Corpo de Bombeiros e da Força Pública, em decorrência da absoluta insuficiência do seu ganho e das terríveis dificuldades daí resultantes. É necessário ainda ter em conta que, mesmo o pessoal do Corpo de Bombeiros, que arrisca a vida praticamente todos os dias, não recebe o chamado adicional de risco de vida, uma porcentagem de 35 a 40% concedida desde há muito a outros setores do funcionalismo, pelas mesmas razões.

O governo do sr. Carvalho Pinto afirma não poder atender às necessidades dos servidores por falta de meios. Diz que é necessário realizar uma política «de austeridade» para haver superávits orçamentários. A verdade, entretanto, é que essa «austeridade» visa sempre comprimir o orçamento dos humildes. Graças ao orçamento do Estado e às fabulosas verbas do «Plano de Ação» — um segundo orçamento — jamais faltam fundos para as obras que interessam às grandes empresas imperialistas, como a Light e a Bond & Share, ou aos agentes do imperialismo. E esse argumento de falta de fundos é tão mais inconsistente quanto é bem sabido que o último aumento do imposto de vendas e consignações, de 3,41 para 4,8%, solicitado ainda no governo do sr. Jânio Quadros, mas sob recomendação do sr. Carvalho Pinto, foi apresentado como indispensável para que pudessem ser atendidas as necessidades de reajustamento dos servidores do Estado. E é notório que nem a metade da receita proveniente desse aumento tem sido efetivamente aplicada em benefício do funcionalismo.

Por todos esses motivos é que a população de São Paulo prestigia vigorosamente a atitude tomada

pelo pessoal do Corpo de Bombeiros e da Força Pública, visando ver atendidas suas necessidades, ao mesmo tempo que condenava vigorosamente a posição assumida pelo governador Carvalho Pinto. A vaia estrondosa que ecoou na Praça Clóvis Beviláqua quando o sr. Carvalho Pinto compareceu, numa atitude de desafio, ao quartel do Corpo de Bombeiros, contrasta de forma flagrante com o calor dos aplausos com que foi recebida a passeata das famílias dos oficiais e praças do Corpo de Bombeiros e da Força Pública. Por outro lado, o pânico do sr. Carvalho Pinto e dos seus assessores, cercados de metralhadoras e carros de guerra, contrasta com a serenidade e firmeza dos servidores militares, que enfrentam a repressão de que são vítimas com a serenidade e confiança dos que defendem uma causa justa.

Há, ainda, coisa mais grave. Abdicando da autonomia estadual, o sr. Carvalho Pinto apelou para a intervenção de tropas federais a fim de sufocar a luta dos servidores militares do Estado. Isso não fez, entretanto, senão aumentar a frente comum dos democratas, patriotas e progressistas contra seu governo.

A justa luta dos servidores militares de São Paulo vem sendo prestigiada por numerosos partidos e correntes políticas, organizações sindicais, empresas e estudantes, por intelectuais, donas de casa, homens do povo. Os comunistas deram-lhe desde o primeiro momento todo o apoio. O Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Socialista e grande número de parlamentares solidarizaram-se publicamente com ela.

Por outro lado, a luta dos servidores militares constitui um extraordinário fator de esclarecimento do povo de São Paulo e de todo o Brasil, ao mesmo tempo que acelera o processo de formação da frente única de todos os nacionalistas e democratas. Não só a posição reacionária, e criminoso mesmo, do sr. Carvalho Pinto foi posta em evidência, mas também a covarde atitude de fura-greve do sr. Carlos Lacerda, que mandou bombeiros da Guanabara para São Paulo.

As verdadeiras causas das dificuldades por que atravessa o povo são também postas cada vez mais em evidência. Cresce a compreensão de que tais dificuldades resultam não apenas da política antinacional e antipovo do governo federal, da política de «austeridade» do sr. Carvalho Pinto, mas também, e principalmente, da exploração e opressão que sofremos por parte do imperialismo norte-americano e dos entraves causados ao progresso do país pelo regime de grande propriedade agrária.

Por isso mesmo, a luta contra a carestia, a fome e a miséria liga-se cada vez mais à luta contra o imperialismo norte-americano e seus agentes, à luta contra o latifúndio e pela reforma agrária. Por essas mesmas razões, a luta contra a inflação e a carestia, por melhores vencimentos e salários, se desenvolverá também, e cada vez mais, no sentido de uma luta por um governo saído do próprio povo e que aten-

da às necessidades do povo, um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas reafirmam, neste momento, sua atitude de inteiro apoio à luta dos servidores militares do Estado pela paridade de vencimentos com a polícia civil; à luta de todos os servidores civis por 40% de aumento, incluídos desde já nos vencimentos — como já obtiveram os funcionários da Assembleia Legislativa; pela liberdade imediata de todos os militares e civis presos e pelo respeito completo de seus direitos e regalias; contra toda tentativa de aplicação da Lei de Segurança e outros códigos de castigo contra homens que reivindicam o direito a mais pão; pelo pleno respeito às liberdades democráticas e à autonomia do Estado. Fiéis como sempre foram às justas causas dos trabalhadores e do povo, os comunistas farão tudo para contribuir para a vitória da causa justa e humana dos servidores militares e civis do Estado.

## Fora de Rumo

Paulo Moita Lima

Em Moscou, o professor Viktor Davidov, secretário do Instituto Sternberg de Astronomia, sustenta que uma espessa camada de gelo, misturada a uma substância parecida com areia, envolve Marte. Sob essa camada há água. Então o professor Davidov conclui: «Se há água, deve haver vegetal e em consequência a vida ali é possível!»

Preocupações mais terra-a-terra — entretanto, dominam as elites ocidentais e cristãs. John Kennedy, o novo Presidente dos Estados Unidos, anuncia que tudo fará para manter a firmeza do dólar. Estamos em 1961. Já em 1930, durante o XV Congresso do Partido Comunista da URSS, em discurso de encerramento, Stalin observava que na União Soviética e no mundo capitalista vivia-se um período de mudança brusca. Na União Soviética, de mudança para o desenvolvimento rápido das forças econômicas e no mundo capitalista de mudança brusca, no sentido do declínio de suas forças.

As mesmas preocupações terra-a-terra do sr. Kennedy atrapalham, em nossa esfera meio estadual, meio municipal, a euforia megalomaniaca do ilustre Governador Lacerda. A varíola e o alastrim invadem a Cidade de São Sebastião. Ora, o Santo-Mártir é responsável pelo combate à peste. Dispõe para tanto de recursos sobrenaturais, antigos e modernos. Agora conta com a ajuda de um chefe de executivo eleito por um quarto dos votantes que dois novos flagelos começam, neste abrasador começo de ano, a castigar, através de novas aflições.

Contudo, nem a varíola nem o alastrim impediram que o sr. Lacerda (risinho e mais risinho), segundo apresentação de um documento fotográfico de imprensa, fosse ao aeroporto embarcar oficiais e soldados de uma das mais prestigiosas corporações do Rio, o Corpo de Bombeiros. Servindo-se da rígida disciplina militar, Lacerda atribuiu aos soldados do fogo o

papel de furões da greve dos colegas paulistas.

De Portugal chega mais uma vitória: a missão que o levou há dias a Havana; mediação para afeitar os ardores da guerra-freio de Wall Street contra o povo cubano. Medicação discretíssima, ordenada por Jk, com muitos panos mornos, para não deixar mal o Departamento de Estado e para permitir que se extingua o por-morte natural, sem maiores espasmos, a gestão do homi-n-dólar Horácio Lafer no Itamarati.

### Ajuda a NOVOS RUMOS

Recebemos e agradecemos:	
De Fortaleza (resultado de um Bingo realizado no dia 3 de janeiro) . . . . .	20.000,00
De Rio Grande (resultado de uma rifa de Natal) . . . . .	3.300,00
Dos operários da seção de Vagões da Light na Guanabara (contribuição mensal) . . . . .	500,00
De Tatuapé (S. Paulo) . . . . .	586,00
De José de Assunção (sepatieiro) . . . . .	300,00
Um amigo . . . . .	200,00
	26.886,00





**NR em Pernambuco**

**Preses (no Recife) fala da coexistência**

Durante uma hora e 35 minutos, Prestes falou ao povo do Recife, na noite do dia 4, relatando aspectos da conferência dos Partidos Comunistas, realizada em Moscou, e analisando os problemas e as possibilidades da coexistência pacífica entre as nações no mundo de hoje. A palestra do líder comunista, estiveram presentes numerosas personalidades, entre as quais o sr. Newton Cardoso, presidente do PSB de Pernambuco, que presidiu os trabalhos, os deputados Luís Maranhão Filho e Francisco Julião, dois representantes da magistratura pernambucana, jornalistas, presidentes de Sindicatos e Federações de trabalhadores, a ex-deputada Adalgisa Cavalcanti e a dra. Maria Ceales,

os professores Arnaldo Marques e Otávio de Freitas Júnior, o dirigente comunista Gregório Bezerra, e os vereadores Carlos Duarte e Miguel Batista. Ao fim da conferência, quando Prestes conclamava o povo pernambucano a desenvolver uma campanha de solidariedade ativa ao povo cubano, o deputado Francisco Julião, sob os aplausos entusiásticos da multidão presente ao teatro, leu uma nota do Conselho das Ligas Camponesas, manifestando irrestrito apoio a Cuba e comunicando a abertura do voluntariado entre os camponeses para defender o povo cubano ameaçado pelo imperialismo norte-americano. O recinto do teatro ficou superlotado.

**NR em Minas Gerais**

**Continua firme a Greve Dos Operários de Marzagânia**

Desde o dia 12 de dezembro encontram-se em greve os trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais, de Marzagânia, localidade situada próximo a Belo Horizonte. Os seiscentos operários daquela empresa foram obrigados a recorrer à greve para exigir o pagamento de seus salários, atrasados desde julho de 60.

A situação dos trabalhadores da Fábrica de Marzagânia é de completa miséria, já tendo se registrado caso de morte de operários por inanição. Há seis meses sem ver um centavo, sem crédito no mercado, os trabalhadores lêsteis de Marzagânia foram obrigados a cruzar os braços para forçar os seus patrões a pagar-lhes o que devem. A direção da empresa, porém, alegando dificuldades financeiras até hoje não tomou nenhuma providência concreta para saldar os seus compromissos, levando o desespero a centenas de lares já invadidos pela fome.

**NR em Sergipe**

**Átomos para a paz**

Os intelectuais sergipanos sempre foram ardorosos partidários da paz. Em recente reunião promovida por um grupo de escritores e jornalistas, foi formada uma comissão capaz de contribuir para o esclarecimento do povo acerca dos problemas da paz e da guerra. Será presidida pelo Dr. José Augusto Garcez, figura das mais proeminentes do Movimento Cultural Sergipano.

Considerando que aumentam as possibilidades de serem evitadas as guerras e que a energia atômica pode e deve ser utilizada para fins pacíficos, idealizaram os intelectuais sergipanos realizar uma exposição denominada «ATOMOS PARA A PAZ». Agora será concretizada aquela iniciativa e os sergipanos poderão dar sua contribuição mais efetiva à causa da paz.

**História do petróleo sergipano**

Um grupo de patriotas sergipanos, tendo à frente o professor Franco Freire, o Dr. José Augusto Garcez, estudantes, jornalistas, radialistas e parlamentares, iniciou um trabalho de pesquisa a fim de obter elementos necessários à organização de uma exposição sobre o petróleo a ser realizada em Aracaju.

A iniciativa tem o objetivo de contar ao povo o que tem sido a luta em defesa da Petróleo e a exploração do petróleo em solo sergipano.

**Velho feudo**

A Companhia Fiação e Tecidos Minas Gerais é de propriedade da família Carvalho de Brito, tradicionais latifundiários mineiros. A própria fábrica está instalada dentro de um de seus feudos onde a maioria dos empregados recebe um tratamento desumano, apesar de Marzagânia se encontrar a poucos minutos da Capital.

Os atuais dirigentes da empresa alegam estar impossibilitados de pagar os operários porque várias das firmas que adquiriram seus produtos ainda não saldaram os seus compromissos e que os bancos, inclusive o Banco do Brasil, se negam a emprestar-lhes dinheiro.

**Sindicato age**

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte, ao qual estão filiados os operários de Marzagânia, vem dirigindo o movimento grevista, que conta com a participação da totalidade dos empregados da fábrica. Um grande movimento de solidariedade vem sendo desenvolvido pelos demais órgãos sindicais do Estado, o que tem possibilitado minorar o sofrimento de cerca de 3 mil pessoas que vivem na dependência da empresa relapsa.

O Sindicato por duas vezes tentou conseguir um crédito especial junto ao SAPS para os trabalhadores grevistas, mas a direção da autarquia se negou a socorrer aqueles operários.

**NR no Espírito Santo**

**Violência Contra Camponeses: Polícia Trabalha Para Grileiro**

Viçosa, janeiro (do correspondente) — Policiais a serviço do grileiro Hermolan Coutinho, invadiram terras de São Domingos, em Colatina, ocupadas por lavradores que ali tinham suas casas e plantações, destruindo e incendiando casebres, espancando e expulsando os lavradores de suas propriedades.

Em consequência do despejo, mais de 300 pessoas encontram-se sem ter onde agasalhar seus filhos, passando fome e sem poder cuidar de suas criações nem retirar sequer uma espiga de milho, fruto do seu trabalho.

**Grilagem típica**

A questão das terras de São Domingos, constitui caso típico de grilagem. As terras pretendidas pelo grileiro Hermolan, foram ocupadas há 10 anos por lavradores que as trataram e cultivaram. De um tempo para cá, apareceu o sr. Hermolan dizendo-se proprietário da gleba e pretendendo o despejo dos ocupantes. Estes resistiram até o dia 27, quando se verificou a invasão noturna e a destruição arbitraria.

**Protesto**

Após os despejos, uma comissão de lavradores de São Domingos dirigiu-se a Viçosa, onde tentou avisitar-se com o governador para solicitar as medidas no sentido de assegurar o retorno das famílias despejadas às suas terras e exigir que se ponha fim à onda de violências da polícia a

serviço do grileiro. Conseguiram apenas, apesar de todos os esforços, um ofício da Secretaria do Interior recomendando ao delegado de Colatina a cessação das medidas punitivas contra os camponeses.

**Civis e militares ganham abono e aumento**

Viçosa, janeiro (do correspondente) — Rejeitando um veto do governador Carlos Lindenberq que reduzia o abono a ser concedido ao funcionalismo civil do Estado, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou a tabela que concede aumento, a partir de 1.º de janeiro, aos civis e militares.

Em relação aos barnabês, a lei aprovada pelos deputados capixabas autoriza o pagamento do abono mensal de 3 mil cruzeiros e aumento o salário-família para 500 cruzeiros, estendendo-o aos filhos dos servidores já falecidos. Os contratados e diaristas também foram incluídos nos benefícios do instrumento aprovado na sessão legislativa.

**Aumento dos militares**

A mesma lei autoriza o aumento de vencimentos do pessoal da polícia militar, ativos e inativos, ficando o seguinte tabelo:

	Cr\$
Coronel .....	35.000,00
Ten. coronel .....	31.000,00
Maior .....	28.000,00
Capitão .....	25.000,00
1.º tenente .....	23.000,00
2.º tenente .....	21.000,00
Aspirante .....	19.000,00
Subtenente .....	17.000,00
1.º sargento .....	15.000,00
2.º sargento .....	13.000,00
3.º sargento .....	11.000,00
Cabo .....	7.000,00
Soldado .....	5.100,00
Aluno .....	5.100,00

**Viçosa**

A aprovação da referida lei constituiu uma vitória da unidade do funcionalismo estadual que, através de uma campanha vigorosa de esclarecimento, levou a Assembleia Legislativa a derubar os vetos apostos pelo governador do Estado ao projeto inicial, fracionando inclusive a bancada situacionista no Legislativo.



**Coquetel de NR em São Paulo**

Realizou-se dia 6, na Associação Paulista de Imprensa, uma reunião de confraternização promovida pela Sucursal de NOVOS RUMOS, ao ensejo do Ano Novo.

Ao coquetel compareceram expressivas figuras da intelectualidade bandeirante e dos setores sindicais e partidários.

O jornalista Orlando Bomfim Jr., diretor executivo de NR, foi saudado pelo sr. Moraes Júnior, da juventude socialista e o advogado Bartolomeu dos Santos, do Partido Trabalhista. Ambos afirmaram encontrar em NR o idealário pelo qual se devem bater todos os homens que desejam realmente o progresso do Brasil. Os jornalistas Câmara Ferreira e George Cabral, de São Paulo, saudaram, igualmente, o visitante, em nome da sucursal.

Finalmente, Orlando Bomfim Jr., pela direção de NR agradeceu o com-



**SINDICATO DO COURO DE CARUARU**

Em solenidade realizada na sede da entidade, no dia 1.º de janeiro, foi empossada a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de Caruaru. A reunião, que foi presidida pelo sr. Severino de Sousa Ferraz, compareceram líderes sindicais e representantes de associações populares da cidade. Os membros da nova diretoria do sindicato

(foto), são os seguintes: Luis Clementino da Silva, Gonçalo Alves Cavalcanti, Joaquim Cassimiro da Silva, Alcides Augusto da Silva, Antônio de Lima Filho, João Marinho Filho, João Rodrigues da Silva, José Virtuoso de Barros, Arnábio de Azevedo Maia, Laurival Trajano dos Santos, Manuel Apolônio de Lima e Antônio dos Santos Neves.

**NR na Bahia**

**Câmara do Salvador Desapropriou Fazenda Ubaranas**

Salvador, janeiro (do Correspondente) — A Câmara Municipal aprovou decreto desapropriando as terras da Fazenda Ubaranas, no local do mesmo nome. O ato, resultado da luta dos posseiros da região ameaçados de expulsão pelo proprietário da fazenda, foi aprovado tendo como base artigo da Constituição Federal e decretos que trataram da assistência às populações que carecem de meios de subsistência.

**A luta**

A questão dos terrenos de Ubaranas, antigamente de propriedade da família Custódio, começou quando da venda dos mesmos em hasta pública a um coronel reformado da polícia, de nome Izaías Reis. Abandonados durante muitos anos, foram os terrenos ocupados por famílias de sertanejos que ali construíram seus casebres e suas hortas sem que ninguém com isso se preocupasse. Entretanto, após o leilão, o novo proprietário investiu contra os ocupantes da Fazenda, utilizando os mais diversos meios para desalojá-los das terras. Houve resistência e logo se organizou uma entidade para defender os direitos dos posseiros, a «Sociedade Protetora dos Posseiros de Ubaranas». A entidade imediatamente procurou tomar medidas para impedir a expulsão das famílias das terras da fazenda e apelou para a solidariedade da população da região. Ao mesmo tempo, na Câmara Municipal, o vereador Paulo Moreira apresentava o projeto de desapropriação da fazenda e pedia o apoio das associações populares de

Amaralina a sua iniciativa. Em reunião, realizada na sede da «Sociedade de Defesa de Amaralina», a qual compareceram representantes da «Associação de Alto das Caqueiras» e da «Associação de Defesa do Nordeste» (núcleo de Amaralina), constituiu-se uma comissão popular de solidariedade aos moradores da Fazenda de Ubaranas.

As entidades, unidas, deram todo apoio ao projeto do vereador Paulo Moreira e, através numerosas manifestações, exigiram da Câmara a aprovação imediata da lei de desapropriação das terras da fazenda, o que foi conseguido, finalmente, na sessão de 22 de novembro no Legislativo da capital baiana.

**Caravelas: fundada União dos Lavradores**

Caravelas (BA), dezembro (do Correspondente) — Realizou-se no dia 24, na localidade de Ponta d'Areia, neste município, a solenidade de fundação da União dos Lavradores e Assalariados Agrícolas de Caravelas. A reunião estiveram presentes grande número de lavradores e personalidades do local, entre as quais o sr. Benedito Pereira Filho, o líder sindical Alberto Paulo Megalco, o agricultor Nilo dos Santos e o comerciante Leonidas Rocha.

Falando durante a solenidade, o sr. Nilo dos Santos afirmou que a criação da entidade dos lavradores e trabalhadores agrícolas vinha ao encontro de suas necessidades, já que a mesma poderia dirigir suas lutas e pugnar por suas reivindicações.

A União, segundo os estatutos aprovados, providenciará, de imediato, a criação de uma cooperativa de consumo e crédito para os lavradores, assim como manterá serviços de assistência médica e jurídica para atender a todas os seus associados.

O programa da entidade consigna também a necessidade da realização da reforma agrária no Brasil, passo fundamental para o desenvolvimento e independência econômica do país.

**NOVOS RUMOS**

Diretor	Mário Alves
Diretor Executivo	Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe	Fragmom Borges
Secretário	Luiz Fernando Cardoso
Gerente	Guttenberg Cavalcanti
Redatores	
Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Faço, Solon Pereira Neto	
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1712 — Tel: 42-7344	
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar S/905	
SUCURSAL DE S. PAULO	
Rua 15 de Novembro, 228	
8.º andar — S/827	
Tel: 37-32 64	
Endereço telegráfico — «NOVOS RUMOS» ASSINATURAS	
Annual .....	Cr\$ 500,00
Semestral .....	250,00
Trimestral .....	130,00
Área anual, mais .....	200,00
Área trimestral, mais .....	100,00
Área mensal, mais .....	50,00
Número avulso .....	10,00
Número atrasado .....	16,00



**Notas Sobre Livros**

Por ocasião do 50º aniversário da morte de Tolstói, em novembro último, as revistas soviéticas, principalmente as revistas literárias, publicaram numerosos estudos, ensaios, artigos, documentos e notas informativas sobre sua vida e sua obra. De um desses artigos extraímos os dados que se seguem, relativos à monumental edição das obras completas do genial escritor.

A edição, que adotou a denominação de Edição Jubilar, foi iniciada em 1926, data centenária de Tolstói, e só em 1958, trinta anos depois, pôde ser concluída, abrangendo um total de 90 tomos. Além de 450 obras, com as respectivas variantes, a edição compreende 13 tomos de "diários", desde sua primeira anotação, a 17 de março de 1817, até a derradeira, a 3 de novembro de 1910, duas semanas antes de sua morte. Suas cartas, endereçadas a diversas pessoas, contam-se por mais de 9.000 e encenam 31 tomos.

Trata-se de uma edição crítica, meticolosamente preparada por numerosa equipe de especialistas, filólogos, historiadores, críticos, arquivistas. Trabalho gigantesco, imperceptível monumento erigido à glória de Leão Tolstói. A Edição Jubilar vem a ser igualmente uma notável contribuição do governo soviético ao tesouro cultural da humanidade, que tem no gênio de Yasnaia Poliana um dos seus mais altos expoentes.

Sabe-se que Lenin escrevera, ainda antes da Revolução de Outubro, uma série de importantes ensaios sobre a obra de Tolstói. Em 1918, depois da vitória da Revolução, Lenin tomava a si, pessoalmente, a incumbência de elaborar o plano para a publicação das suas obras completas, plano esse que serviria de base para o decreto datado de 1925, do então Conselho dos Comissários do Povo, dispondo sobre a referida publicação. Em 1928 saía o primeiro tomo da monumental Edição Jubilar. Outro decreto governamental, datado de 1939, dispôs sobre a centralização de todos os originais e materiais relacionados com a obra do escritor no Museu Nacional Leão Tolstói, o que veio facilitar enormemente os trabalhos de preparação da edição.

"O mérito principal da edição — escreve L. Opubskaia — reside em que, para a maioria das obras de Tolstói, se estabeleceu o texto canônico, ou seja, o texto original do autor em sua última redação. Tudo realizado mediante escrupulosa investigação de todas as fontes do texto e a eliminação de numerosos desvirtuamentos, que sofreram as edições anteriores por culpa da censura czarista, dos redatores, dos amigos, dos copistas e dos revisores."

Grande número de eruditos e conhecedores da obra de Tolstói colaborou na preparação da Edição Jubilar. Seus trabalhos são o fruto de muitos anos de acuradas pesquisas, e enriqueceram a edição com enorme quantidade de dados de valor científico. Através deles o leitor acompanha, passo a passo, a própria história do inenunciável labor literário de Tolstói, seus processos de criação e seus métodos de trabalho, extremamente exigentes. De suma importância são os dados relativos à sua evolução ideológica, permitindo fixar sua posição na luta político-social da segunda metade da década de 60 e bem assim esclarecer suas opiniões estéticas e sociais desde o momento em que chegou a Petersburgo, procedente de Sebastópolis, em novembro de 1855.

Tolstói recebia muitas cartas de leitores desconhecidos, inclusive operários e camponeses, cujas opiniões sobre seus livros e suas idéias lhe interessavam sobremaneira. Segundo Kurolenko, essas opiniões da gente simples, vozes e clamores do povo, produziram "as mais radicais mudanças na concepção tolstoiiana do mundo".

O grande satirico russo Saltykov-Schedrin dizia, no século passado, que "o escritor escrevia por escrever e o leitor lia por ler". A Revolução de Outubro, que foi também uma revolução cultural, mudou tudo isso completamente. Depois de 1917, o escritor soviético escreve porque escrever é a sua missão; e o leitor lê no livro que lê um amigo, um conselheiro, um mestre. Eis porque as obras de Tolstói alcançaram tiragem incomparavelmente mais elevada depois de 1917, num total superior a 40 milhões de exemplares até 1957. A Edição Jubilar de suas obras completas e um marco monumental da cultura popular socialista.



**GERAÇÃO DESESPERADA**

O cotunista social Jacinto de Tormes veio, aflitíssimo, pelas páginas de seu jornal contando que numa buate de Copacabana uma centena de jovens bebe uísque, dança chá-chá-cha, etc. e tal. São moços demais para isso, dizia o cronista. No mesmo jornal, dias depois, veio outro cronista, Antônio Maria (que anda fazendo ótimas crônicas e a quem aqui apregoamos minha solidariedade pelas coisas que tem escrito) mostrando que é impossível, como quer Jacinto, localizar o problema da moeldade num bar, numa cidade, sem ver ou sentir a extensão desse problema que tanto tem de social quanto de econômico.

Naturalmente que há neste momento, no mundo capitalista, uma geração desesperada. Agora mesmo uma revista reacionária — risível — chamada "Paris Match" publicou uma longa reportagem sobre os chamados "blousons noirs" da França que existem em todos os países com nomes diversos. (No Brasil, Jacinto apelidou-os "geração Mustafa") Apresenta números eloqüentes, como por exemplo: em quatro anos, a partir de 1957, a população juvenil francesa aumentava 17% enquanto a delinqüência também juvenil aumentava 30%.

Falta de escolas, falta de divertimentos naturais à idade, falta de trabalho, falta de família (pais divorciados, ou desquitados, ou separados, novos maridos, novas esposas, brigas nos casais, falta de ternura) tudo isso e mais dinheiro curto e que tornaram desesperados os jovens de hoje que, além disso, são vítimas do mau cinema, das histórias de quadrinhos, da falta de boa leitura, vítimas da guerra, da fome, da miséria. Um jovem de hoje é um ser indefeso cercado de maldade e vícios por todos os lados.

Claro que nesse caso da buate de Copacabana, nada há de mais. Podem tomar uísque e passar uma noite dançando? E porque então têm dinheiro para isso. São meninos ricos que se divertem como sempre se divertiam os meninos ricos do mundo: gastando o dinheiro do pai que fica muito contente em vê-los tão "bem". Mas creio que um governo brasileiro que se interessasse realmente pelos nossos problemas — devia, com a máxima urgência, olhar para o problema da juventude deste país. Acabar com isso de rotular de transviada ou dar outros nomes a esses jovens que são apenas vítimas de circunstâncias socio-econômicas e que precisam, devem ser ajudados.

Paçam-se estatísticas, veja-se o que representa na vida brasileira a população juvenil, como vive, promovam-se inquirições e depois então acusem os jovens. Foi, por assim dizer, quanto tanto em juventude brasileira penso sempre na beleza que são os estudantes da UNE, esses mesmos que agora proclamam como todas as pessoas de bem do mundo: "Cuba, sim; lanções, não!" Infelizmente não posso deixar de — ao lado do orgulho com que vejo a atitude de nossos estudantes — saber, sentir e ver a delinqüência juvenil imperando, os jovens abandonados sem caminho a escolher e não ser o da desgraça.

Os jovens que Jacinto chama geração Mustafa são outra coisa. Mas os outros? Os outros não precisam de idade, precisam, sim, de compreensão e ajuda.



**Tópicos Típicos**

Na ÚLTIMA HORA de sábado passado, o cronista Antônio Maria escreve sobre a mais recente ideia de Carlos Lacerda, ocorrida por ocasião da visita do governador da Guanabara ao estádio do Maracanã. Conta que, percorrendo pela primeira vez em sua vida as dependências do estádio, o governador se deteve diante das instalações sanitárias, perguntou quantas pessoas usufruíam em média os serviços de W.C. por partida, e, informado, comunicou aos que o acompanhavam que tivera uma ideia, uma ideia legitimamente lucrativa: instalar borbóietas na entrada dos mielórios e cobrar uma taxa de frequência "per capita".

Antônio Maria ridiculariza, com inteira justiça, a inovação. E lamenta a sorte do cartório, nas mãos de Lacerda. A carestia da vida alcança inesperadamente um setor novo: "Restavam pouquíssimas coisas que se podiam fazer de graça neste Rio de Janeiro. Uma delas era o pipi". Agora, começam a aparecer as primeiras evidências de que temos o lacerdismo no poder. Os torcedores querem urinar? Pois paguem. Está instituído o imposto miccional no Maracanã.

Ja imaginam vocês quanta coisa não há aí vir, depois de entrar em vigor o sistema lacerdiano de administração dos locais? É possível até que o Rio de Janeiro seja transformado numa segunda Clochemerle.

Estamos a ver S. Ex.<sup>o</sup> o governador inaugurando as borbóietas, e muito democraticamente, pagando a taxa de ingresso no W.C., sob os aplausos, entusiásticos da sua equipe. Nessa ocasião — é lógico — fará um discurso, fazendo que a medida é excelente e que o público, pagando, terá garantido a conservação e limpeza para os aposentos que frequentam. E advertirá o povo contra o preço comunista, sempre assustador.

Estamos a ver, também, as situações equívocas que o novo sistema não pode deixar de criar. O caso dos que não tendo dinheiro disponível, vão acabar satisfazendo suas necessidades em qualquer canto inapropriado. O caso dos molequinhos mendicantes que, em vez de pedir dinheiro para comprar pão, pedirão dinheiro para ir ao banheiro.

Não duvidamos, mesmo, que a Coca-Cola, com o tipo publicitário que tem, lance uma campanha, visando manter o nível de vendas, oferecendo: "Compre duas garrafas e ganhe uma entrada grátis para o banheiro."

Com o tempo, aliás, e com a inflação, esperamos que o governador Carlos Lacerda aperceba-se de que pretende por em prática, determinando à administração dos locais do estádio do Maracanã que adote processos modernos, compatíveis com a organização capitalista do nosso sistema de produção. E mandando ativar, por cima das borbóietas, um cartão com os dados estatísticos de cada um, com o nome, endereço, e o que pagar, qualquer que seja o seu salário, e pague novamente, atraindo um crediário."



**NO 150º ANIVERSARIO DA UNIVERSIDADE HUMBOLDT**

**Amplios Debates de Problemas Atuais d'a América Latina**

PAULO CAVALCANTI

Quase cem entidades culturais e pesquisadores da realidade política, social e cultural da América Latina se associaram ao Instituto Românico da Universidade Humboldt, de Berlim oriental, para um amplo debate e troca de experiências, entre os dias 2 e 3 de novembro último, na florescente e progressista capital da República Democrática Alemã.

Comemorando o transcurso do 150º aniversário da Universidade em que, no século passado, estudaram filósofos como Hegel, Marx e Engels, os dirigentes do Instituto Românico programaram um Colóquio sobre problemas atuais da América Latina, convidando professores, técnicos e estudiosos das Américas e do continente europeu. Os festejos pela passagem do século e meio da Universidade Humboldt também incluíam seminários a respeito de outros temas, assistidos igualmente por especialistas de várias partes do mundo. No mesmo momento em que o Instituto Românico de Berlim, dirigido pela doutora Rita Schober, realizava o seu colóquio sobre as questões mais momentosas da realidade latino-americana, outros Institutos da Universidade Humboldt debatiam problemas de matemática, de física, de literatura, de política estudantil, de coexistência pacífica, de geografia, etc., nos mais variados e amplos salões daquele famoso estabelecimento de ensino superior da Europa. Viveu, assim, a Universidade de Berlim dias memoráveis, de intensa vibração cultural, de que participavam grupos especializados de técnicos, de sociólogos, de pesquisadores e de cientistas da Alemanha Democrática. A atuação da massa de estudantes berlinenses e de outras partes da Alemanha foi das mais vivas, comprovando, assim, o alto nível de conhecimento dos universitários que o socialismo está forjando naquela jovem República de trabalhadores e camponeses.

**O que foi o Colóquio Latino-Americano**

Mais de cinquenta teses e comunicações foram recebidas pelo Instituto Românico, para o Colóquio. Ao chegar a Berlim, cada convidado estrangeiro encontrou o seu trabalho integralmente traduzido para o alemão e mimeografado em dezenas de cópias. Essas teses e comunicações versavam sobre os problemas mais variados da atualidade, desde o indianismo brasileiro ao neo-realismo mexicano. Das questões ligadas à ideologia hispano-americana ao estudo da pintura muralista de Orozco, Rivera e Siqueiros. Dos angustiantes problemas do Nordeste brasileiro à análise de novos aspectos da obra de Camões. Tudo isso de permeio com apreciações interessantes a respeito da questão agrícola, da política colonialista na América Latina, da influência religiosa entre os indígenas e de outros tantos estudos de etnologia, de geografia humana, de literatura moderna, etc.

Entre os convidados estrangeiros, encontravam-se os professores William Atkinson, diretor do Instituto Hispânico da Universidade de Glasgow, na Escócia, Roland Labarre, da França, Carlos M. Rama, do Uruguai, Juan Francisco Mujica, da Universidade Livre de Bogotá, Alan Carey Taylor, da Universidade de Londres, de escritores e estudiosos procedentes de Cuba, Peru, México, Chile, Equador, etc., além de representantes dos Institutos Românicos dos países socialistas.

Durante três dias, da manhã à noite, com pequeníssimos intervalos para as refeições (que se realizavam, de resto, nos próprios restaurantes da Universidade) discutiram-se os mais diversos problemas da América Latina, com proveitosos debates — diante de uma assistência numerosa e entusiástica, a que se juntavam, por interesse cultural, centenas de estudiosos da Alemanha Democrática.

**Arquivos do nazismo trazidos à baila**

Uma das mais vivas intervenções do Colóquio foi a proferida pelo jovem professor Katz, da Universidade Humboldt. Sua contribuição, baseada toda ela em pesquisas levadas a efeito nos arquivos diplomáticos do governo de Hitler, existentes, em parte, na República Democrática Alemã, dizia respeito à aberta ingerência do fascismo nos negócios internos da América Latina, particularmente do México, na época de ascenso do nacional-socialismo hitlerista. Esses documentos diplomáticos foram trazidos à luz pela primeira vez e denunciavam, insuspeitamente, o suborno de órgãos

da imprensa da América Latina pelos nazistas, com o objetivo de propagar, nas Américas, as idéias da Alemanha de Hitler e «justificar» a política belicista dos círculos mais reacionários do imperialismo germânico. Segundo os documentos exibidos pelo Prof. F. Katz, milhões de marcos alemães foram pagos para corromper jornais e políticos do México, a fim de dificultar a formação da frente-popular que existia naquele país, ao tempo do governo Cárdenas. Somas vultosas também foram distribuídas à imprensa mexicana, bem como a certas personalidades do mundo social e político, no sentido de dificultar a nacionalização do petróleo. Com isso, o imperialismo alemão dava a sua quota de ajuda aos negociantes da Standard Oil dos Estados Unidos, com a finalidade de manter sob domínio dos trustes as reservas petrolíferas do México. Mais de 35 estações de rádio na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Chile, etc. receberam dinheiro de Hitler, comprovadamente, para fazer propaganda do nazismo e facilitar os planos de agressão e de conquista dos imperialistas da Wermacht.

A comunicação do Prof. Katz teve, assim, uma importância fora do comum nos debates do Colóquio sobre assuntos da América Latina, sobretudo porque veio revelar, atra-

vés de documentos diplomáticos autênticos e incontestáveis, a política de corrupção do imperialismo junto a países de fácil dominação econômica. Hoje, quando os nacionalistas brasileiros acusam certos órgãos da imprensa burguesa de «vendidos ao imperialismo norte-americano», não o fazem em vão. E dia virá em que documentos também autênticos e insuspeitos hão-de comprovar tais denúncias.

**Interesse pelos problemas brasileiros**

Como convidado do Instituto Românico, apresentamos ao Colóquio uma comunicação sobre os problemas econômicos, políticos e sociais do Nordeste brasileiro. Verificamos, então, o estado atual do interesse do povo da Alemanha Democrática pelas questões do nosso país. Em nosso estudo, demonstramos a luta, através de mais de um século, do povo nordestino pela reforma agrária e pelo desenvolvimento econômico. E terminamos por transmitir aos integrantes do Colóquio a participação das massas camponesas nas lutas de hoje contra o latifúndio e as formas semifeudais de exploração do trabalho humano no campo, através das Ligas Camponesas, lideradas por esse brilhante e bravo deputado socialista que é Francisco Julião. De tal modo ecoaram

as nossas palavras a respeito do estado de miséria e de abandono das populações rurais do Nordeste, que o Instituto Românico da Universidade de Rostock, dirigido pelo Prof. Adalbert Desau, nos convidou para uma conferência naquela cidade, onde tornamos a transmitir, objetivamente, os dados mais importantes da dura realidade dos camponeses nordestinos, que, agora mesmo, são vítimas da truculência e da parcialidade do governador de Pernambuco, Dr. Cid Feijó Sampaio, eleito, em 1958, inclusive, pelo voto dos componentes das Ligas de Francisco Julião e de outros comprovados dirigentes políticos do Estado.

Sobre o Brasil, ainda o Colóquio debateu outras teses, elaboradas por estudiosos de vários países, como a que apresentou a Prof. Ursula Schlenker a respeito da situação dos indígenas americanos, do maior interesse para os novos estudos da etnologia ameríndia.

O Instituto Românico da Universidade Humboldt, pela atuação de seus melhores dirigentes, como os professores Rita Schober, Waldo Rosa, Clare e Karl Heinz Barck, ensejou, desse modo, no 150º aniversário daquela secular casa da cultura e do saber alemão, um dos mais profundos debates sobre a realidade da América Latina, nos últimos tempos.

**O Gosto Amargo do Tombo**

PAULO SABOYA

Ao término do ano de 60, nada mais justo para o espectador atento aos lançamentos comerciais, do que volver, por um instante, seus olhos para os filmes com os quais os exibidores nos «contemplam» nesses últimos meses. O que destaca? Na enxurrada de exhibições, é claro que abunda o mediocre e ou o inconsequente; mas adotando um critério pouco rígido de seleção, podemos escolher uma meia dúzia de películas regularmente bem feitas e de algum nível intelectual. Se tornarmos nosso critério um tanto mais rígido, sobrarão três: «Apasionata», «Hiroshima Meu Amor» e «A Doce Vida». O primeiro, revolucionário por origem e definição, já que provém de um país revolucionário: a Tchecoslováquia. O segundo, também revolucionário quer temática, quer estruturalmente. Dialético, denunciando o pensamento de seus autores: os ex-militantes do PCF Marguerite Duras e Alain Renais. O terceiro, por sua vez, é novo e insolito, alcançando o maior «sucesso» do ano e levando de roldão a todos os demais. É obra acabada e conseqüente. Disse sucesso e por isso, talvez, «A Doce Vida» tenha despertado a maior onda crítica dos últimos tempos. Poucos, muito poucos, mesmo, são os que, possuindo uma coluna de jornal, deixaram de emitir uma opinião mais ou menos inteligente sobre a obra em questão. Críticos cinematográficos, ou não, brigam e concordam sobre o filme. «La Doce Vita» transcende, pois, ao âmbito puramente cinematográfico. É fato social, no sentido de que desperta polémica entre pessoas alheias ao cinema, tomado este como simples diversão, ou como meio de expressão artística e, portanto, veículo de idéias ou ideologias. Mas não pára aí a originalidade do filme de Federico Fellini. Se todos escreverem sobre «A Doce Vida», somente alguns mais engajados no cinema partem para uma crítica global, total à película. Há, por acaso, alguma distorção visual assim procedendo? Sem dúvida, mas tratando-se, como realmente acontece, de um painel extra, super ou supra real, nada existe de criminoso em tomarmos uma parte da película e sobre ela debruçarmos-nos, com o devido zelo de não perdarmos o sentido global do filme. E é, precisamente, este engano que, conscientes ou não, cometem todos os críticos de «A Doce Vida». Mas não há motivos de desencanto com grande parte da intelectualidade do Brasil por isso. Sendo, como são, na maioria por vocação, falta de imaginação ou corrupção, defensores da burguesia e seus porta-vozes, têm, é claro, que adotar a lógica desta classe. São metafísicos e abstratos. Ora, a metafísica nada mais faz do que analisar pedaços da realidade como um todo, procurando algo de acabado naquilo que é parte da globalidade. Ouçamos Engels: «Para o metafísico, os objetos e as imagens deles no pensamento — os conceitos — são objetos de investigação separados, fixos, imóveis... E, com este engano, invalidam suas descobertas e invenções.

Como disse mais acima, «A Doce Vida» é um painel, um afresco da sociedade moderna italiana e já tem sido comparado a obras plásticas de diversos autores. Porém, jamais ouvi alguém ligá-lo a alguma obra de Hieronymus Bosch que, na minha opinião, é aquele artista, plástico que, por seu espírito, toque e temas, mais se aproxima desta película de Fellini. Tenho, no momento, acidentalmente, à minha frente, duas reproduções de Bosch. A primeira é a visão total de uma de suas mais célebres produções: «Cruz às Costas»; a segunda, um detalhe desta mesma obra. São seis rostos dispostos em um espaço pictórico mínimo. Um, sofreador e abatido, olhos fechados e fronte coroada de espinhos, é Cristo. Outro, um obeso soldado de elmo com ar aparelhado que fita o distante, sem se preocupar com o que ocorre. Os demais discutem e, com seus semblantes animalescos, também parecem distantes da realidade objetiva. Um desses atraindo, sobremodo, minha atenção. Seu ritual facial denota ira, sua boca, vista de perfil alcança que — a metade do rosto e tem a mobilidade de quem fala. Escolho-o, à minha fantasia, como a imagem medieval do homem que pensa, discute e brada sem se preocupar com o que o envolve. Em outras palavras, permitam-me a comparação, é o Steiner medieval.

quentemente acontece na produção comercial, de máquinas para rodar, que renunciam à sua personalidade para se adaptarem à rapidez da tarefa. Os seus produtos não podem ser objetos de análise crítica.

O olhar do artista colhe o sentido das coisas: e a imagem adquire significado, transforma-se em símbolos ou metáforas. «E qual será o sentido que Fellini dá às coisas? Isto é, qual a ideologia de Fellini anterior à confecção deste filme e que marca com traços bem vivos toda a narrativa? Sua visão moral, é óbvio. As posições tomadas pelo cineasta em pauta, sempre indicam sua visão moral do mundo. O próprio final que teria a película: «Babilônia Ano 2000» é bastante significativo.

É claro que Fellini tenta dar sua visão da sociedade através de episódios sem continuidade dramática e, aparentemente, sem outras ligações entre si, do que a presença, comum a todos, do repórter Marcello. Mas a ligação real entre as diversas secções da película é a ideológica, apesar do caráter de quase documentário que o diretor imprime a seu filme. O autor de «Na Estrada da Vida» vê a sociedade e a fotografa em momentos que julga significativos. Nesse ato, no entanto, vai toda uma concepção de vida, porque, também os olhos têm ideologia. Vemos e deixamos de ver, damos significação ou reputamos sem importância, fatos que em maior ou menor escala confirmam nossas idéias sociais. Isto, sem querer demonstrar que nossas idéias precedem os fatos. Pelo contrário, aquelas são frutos desses. Mas falamos a respeito de um estágio superior de compreensão, quando nossa própria lógica interior nos doa um método de análise da realidade. Bela Balizis tem um ótimo capítulo a este respeito: Então não é possível qualquer objetividade na imagem cinematográfica? Certamente. Mas não será mais do que a impressão da objetividade que, caso o desejemos, se pode obter perfeitamente. E a objetividade que o quadro cinematográfico exprimir representará também, naturalmente, uma disposição subjetiva do observador.

E exatamente este toque moral que faz com que o intelectual Steiner se suicide. Steiner, simplesmente, abandona sua vida diante da incompreensão dos fatos. E outro não poderia ser seu caminho se quisesse ser radical? O suicídio, também é uma forma de alienação, mas não a típica. O suicídio é a forma mais ascética de alguém se livrar da «angústia de viver» total e completamente, já que Steiner não só elimina sua pessoa física, como também assassina seus dois filhos, isto é, não deixa traços nem memória no mundo. O suicídio de Steiner é significativo, pois é a morte de um tipo de intelectual, de uma mentalidade que, por ser «livre», perde-se no seu mar de não compromissos e, enclausurado na torre de marfim, isola-se de seus semelhantes, apagando-se a fatos da natureza pura, mas jamais se ligando a homens para o esclarecimento e possível aprofundamento de suas idéias. Steiner em seu claustro não é diferente de um John Osborn com seu molequismo sócio-psicológico, de um Albert Camus irracionalista ou do escatológico Tennessee Williams. São, todos, homens que constatarem o absurdo e a ele se rendem. Procuram o inacessível e não a paz que é possível obter. É lógico que fracassam. Daí o desespero e a angústia, o vazio que os derrota. Como foram, no entanto, longe demais em seus pensamentos, já não podem ser «dilectantes» e falta-lhes coragem para ser profissionais. Da-se o impasse. Sem se comprometer com uma causa, fica o vácuo e o terrível sentimento de inutilidade. Ora, este sentimento, como observou Sartre, é quase o fim do artista, pois «um dos motivos precipuos da criação estética será, justamente, a necessidade que sente o artista de se tornar essencial em relação ao mundo.» Sem este compromisso não há revivência, resta o isolamento e a ausência típica dos falsos intelectuais que tentam combater uma sociedade, adotando seus critérios. Erram, já que mistur se faz combater a moral burguesa, não por seus delízes, por sua doce vida, mas com a moral nova e vigorosa, a visão ética progressista do proletariado. Só assim nossos atos podem adquirir significado social, pois do contrário, gestos e atitudes ficam sem sentido e não passam de monícos.



# O Povo e a Constituinte

MARCELOS CORREA REIS

O carrega, depois de muitos anos de luta pela autonomia, vai receber um justo prêmio: a Constituição estadual que está sendo elaborada. Com ela, o novo Estado toma corpo, se completa, se organiza. E o caso de um sindicato, que precisa ter os seus estatutos, para se reger por eles a fim de garantir a realização de seus objetivos.

Mas, todo trabalhador sabe que as determinações dos estatutos podem representar muito para o sindicato. E é exatamente por isso que existe a opinião contrária aos estatutos padrão impostos pelo Ministério do Trabalho. Sendo o sindicato uma organização dos trabalhadores, pelos trabalhadores mantida e dirigida, a eles cabe deliberar, democraticamente, sobre quais os estatutos que mais lhes convêm. Se eu vou construir uma casa, com o meu dinheiro e para nela morar, não tem nenhum cabimento que outra pessoa venha me obrigar a construir a casa de acordo com uma determinada planta que não escolhi.

Ora, se os estatutos são importantes para um sindicato, a Constituição é muito mais importante ainda para o Estado. E como o alicerce de uma casa. Sobre ele é que se constrói. E aí estão em jogo os interesses atuais e futuros de toda a população carioca. E, antes de mais nada, é necessário determinar um ponto: a nossa Constituição, elaborada em 1961, deve refletir a nova situação do mundo, do país e da Guanabara, situação diferente daquela em que foram elaboradas as Constituições estaduais de 1947.

O povo tem todo interesse em acompanhar a elaboração da Constituição e nela influir. Há importantes reivindicações que devem ser defendidas na Constituinte. A divisão do Estado em municípios é uma delas. E se trata de problema que encerra consequências práticas enormes. A situação atual é a do maior centralismo. E o que ocorre? Ocorre que o dinheiro é arrecadado, pelo Estado, de toda a população, mas empregado geralmente de maneira arbitrária e desproporcional, em detrimento dos interesses da maioria. O caso da SURSAN é típico. Os recursos para suas obras provêm do conjunto da população (e sabemos que os bairros mais populosos são os da Zona Norte). Mas as obras se concentram na Zona Sul. Não queremos dizer que essas obras não sejam necessárias. Mas, e as obras (são tantas!) de que também a Zona Norte necessita? A divisão do Estado em municípios visará forçar uma descentralização democrática em benefício dos bairros suburbanos, que são os mais sacrificados. Os municípios terão suas arrecadações encaminhadas para suas próprias obras. E o Estado, arrecadando em todos os municípios, zelará pelo interesse comum a todos.

Também creio que na Constituição deve ser assegurada a defesa dos favelados. Por que razão as favelas não são tratadas como um bairro qualquer? Por que excluí-las dos benefícios dos serviços públicos? É interessante visitar o Jardim Zoológico. Tudo é feito pelo governo para que os bichos vivam bem. São até reproduzidas as condições em que eles vivem na natureza. Mas não há nenhuma preocupação em proporcionar, aos moradores das favelas, o mínimo indispensável a que possam viver condignamente. E são, em sua esmagadora maioria, trabalhadores, que constroem as riquezas e diretamente contribuem com impostos para o Estado. Essa situação deve ter fim. Os direitos dos favelados devem ser resguardados na Constituição.

Há outras questões básicas, como a dos serviços públicos e a da escola pública, a respeito das quais falarei noutra oportunidade. Quero agora, antes de terminar, fazer referência às condições em que está sendo elaborada a Constituição. O governo Lacerda exerce, sobre a constituinte, uma pressão permanente no sentido reacionário. Todos sabemos como ele conseguiu a maioria e o que tem exigido dessa maioria. Torna-se, assim, necessário anular essa influência má e influir num sentido democrático e progressista. A ação apenas de deputados, por mais dedicados e combativos que sejam, não poderá resolver. A pressão popular é que será decisiva. Cabe ao povo, pois, debater seus problemas e organizadamente exigir, com a ação de massas, que sejam dadas, na Constituição, soluções justas.

# Desenvolvimento Econômico e Humanismo Brasileiro

Por ocasião da solenidade de encerramento de mais um curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o dr. Luiz Mário Camargo Xavier, em nome da turma de formandos, pronunciou importante discurso, do qual transcrevemos o trecho seguinte:

«Envolvido pelo emocional embate de uma difícil, áspera e dura luta pelo desenvolvimento e a emancipação nacionais, o heróico e sacrificado povo brasileiro hoje também se defronta com as afilidas contradições e tormentos antagonismos próprios e comuns às etapas decisivas das sociedades em crise de desenvolvimento.

Então, é compreensível entender que «idéias» e interesses dominantes erigidos em instituições e privilégios anti-sociais e privatistas — temerosos e horridos de um futuro que possivelmente os recolherá as gavetas frias e silenciosas dos «arquivos históricos» — intolerante e egoisticamente se voltam para o passado e a tradição intentando medidas «legais» que possibilitem e assegurem a sua sobrevivência e continuidade!

São os mendazes, estereis e rotineiros apelos do pretérito usando repulz os fecundos, enérgicos e verazes reclamos do porvir!

Não ignoramos, porém, que este é o procedimento histórico do conservadorismo de todos os tempos, pois tal como nos ensina genial pensador «quanto mais se desenvolvem as contradições entre as forças produtivas em crescimento de uma sociedade, mais a ideologia de sua classe dirigente se deixa penetrar pela hipocrisia. E quanto mais a vida desmascara a sua natureza mistificadora, mais a linguagem dessa classe se faz sublime e virtuosa!».

## Solidariedade

### a Cuba:

### Nova Iguaçu

No próximo dia 21, sábado, às 21 horas, terá lugar na Câmara Municipal de Nova Iguaçu, ato público de solidariedade a Cuba, patrocinado pelos sindicatos, estudantes e intelectuais daquela importante cidade fluminense.

A conferência será pronunciada pelo jornalista e advogado Marco Antônio Coelho.

Não obstante, para movimentar, acelerar e dinamizar o nosso desenvolvimento, a nossa emancipação econômica, operando a grande transformação de nossa realidade, necessário se faz um pensamento revolucionário, ativo e dialético e consequentemente dinâmico e objetivo, não se satisfazendo em conceber e idealisticamente realidades imaginárias e sua concretização impossível, porém sim, e, principalmente, que seja capaz de «levar a idéia a realização trazendo ao mesmo tempo a realidade a idéias», refletindo corretamente nossas realidades objetivas e oferecendo simultaneamente uma diretriz de ação prática de modo a permitir que todas nossas camadas sociais e sobretudo trabalhadoras se aparelhem teoricamente, permitindo-se-lhe uma consciência mais realística dos fatos sociais e suas consequências, de suas aspirações revolucionárias e suas limitações; enfim, uma ideologia de sentido eminentemente universal e humanista, que se abre para o futuro abrangendo e refletindo uma visão prática das realidades objetivas de cada período histórico e suas possibilidades reais, reconhecendo que as idéias são elaboradas pelos fatos, que, sempre em renovação contínua, reclamam e postulam também condutas novas!

Esta transformação, todavia, não será obra individual, mas coletiva, somente realizada quando iniciativa característica do povo, pois a História não é fruto de elites privilegiadas e privatistas em seus desígnios, porém a obra sofrida e coletiva das grandes massas imbuídas de aspirações e propósitos essencialmente sociais, igualitários e humanísticos.

O DESENVOLVIMENTO econômico que postulamos é o que possibilita a realização do humanismo brasileiro interessando a totalidade de nossas classes sociais e principalmente aquelas que mais padecem e sofrem maiores necessidades e cujas exigências mais dificilmente se atendem, e que por isso mesmo reclamam e obrigam um projeto de desenvolvimento que sobreponha o interesse social ao privado, reconhecendo a «livre-iniciativa» ou a «livre-empresa» — não como princípio fundamental e elementar do ESTADO, porém, sim, e necessariamente, como uma concessão de fato — que não pode absolutamente omitir-se diante da voracidade

## SOMENTE NUMA REMESSA:

# Subsídio de Cr\$ 1,3 Bilhões do Brasil ao Grupo Light (III)

Há muitos anos sem trazer capital novo de fora para o país, a Light funciona no Brasil à base do reinvestimento de seus lucros e de empréstimos do governo brasileiro. Além dos empréstimos, a Light consegue arrancar milhões e milhões de cruzeiros do governo na forma de subsídios cambiais. Somente no caso de uma das remessas de juros do Grupo Light, realizada no dia 23 de maio de 1958, a vantagem obtida pelo Grupo foi de mais de 1 bilhão de cruzeiros: precisamente de Cr\$ 1.379.292.952,00.

## Subsídio de bilhões

Com efeito, sendo os seus empréstimos externos registrados na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Grupo Light recebe câmbio favorecido, mais barato (o chamado câmbio de custo) para suas remessas de juros e amortizações.

Em maio de 1958 o câmbio de custo fixado pela SUMOC ainda era de exatamente Cr\$ 51,32 por dólar. Foi a esse câmbio que o Grupo Light fez, naquele 23 de maio, uma remessa de juros no valor de US\$ 22.180.813,00, segundo informou a SUMOC em resposta a um requerimento de informações enviado pelo deputado Salvador Lossaco.

Ainda segundo a resposta da SUMOC, no dia em que foi contratado câmbio favorecido desta remessa, a taxa do câmbio livre foi de Cr\$ 113,50. A Light obteve, portanto, um subsídio cambial do governo no valor de Cr\$ 62,18 — diferença entre a taxa no livre e o câmbio de custo — para cada dólar.

Para a remessa de US\$ 22.180.813,00, significa uma subvenção de 1 bilhão e 380 milhões de cruzeiros.

Somente em uma única remessa, um lucro de mais de 1 bilhão! Quanto não terá o governo entregue em subsídios cambiais para o total das remessas de juros e lucros do Grupo Light? Sim, porque antes da Lei 3.244 (13-8-57), que determina em seu artigo 51 que os lucros só podem ser remetidos pelo câmbio livre, até mesmo as remessas de lucros da Light eram feitas a câmbio favorecido.

## Concentração Rio-S. Paulo

Para discutir lucros e tarifas da Light é preciso levar em conta — além das doações ao governo, das manobras contábeis de dissimulação dos lucros pelo aumento artificial das despesas e das várias outras traucas descritas anteriormente — igualmente o fato de que a Light serve as zonas mais densamente povoadas e industrializadas do país (Rio e S. Paulo) e, por isso, tem um alto índice de utilização de sua capacidade instalada.

A rentabilidade de um sistema de produção e distribuição de eletricidade cresce em proporção direta com a densidade de consumo (ou seja, a relação da quantidade de kilowatts-hora consumidos por quilometro quadrado); isso porque a concentração do consumo numa área menor encurta as linhas de transmissão e distribuição em relação à quantidade de energia vendida e garante o máximo de utilização da capacidade de geração instalada.

## Ordenação do consumo

É exatamente a área de consumo mais densa, a área mais rentável, que é servida pela Light. Essa área igualmente permite maior utilização da capacidade de geração instalada por apresentar uma grande variedade de consumidores, cujas necessidades de consumo de eletricidade diferem.

Se um grupo de indústrias necessita maior quantidade de energia em dado momento e outro grupo de indústrias em outro é possível fazer uma composição do fornecimento que resulta, no final, em maior aproveitamento da capacidade

de. Sabe-se, por exemplo, que algumas fábricas que têm necessidade de produzir gelo seco concordaram em fazer funcionar suas câmaras frigoríficas de madrugada, quando a procura de eletricidade é menor. Estas composições foram ainda mais facilitadas há alguns anos atrás, quando foi feita a interligação entre os sistemas de eletricidade do Rio e S. Paulo.

## Superutilização

Além disso, há muitos casos em que a Light impõe o horário do fornecimento aos consumidores que, diante da situação de monopólio do «holding», não têm outra alternativa senão aceitar.

Com todos esses arranjos, a Light está não só utilizando ao máximo, como até superutilizando sua capacidade instalada, que não é suficiente para atender à procura nos momentos em que ela é maior.

De fato, a procura de eletricidade não se mantém uniforme, tendo altos e baixos, ou seja, momentos em que é maior ou menor. Por isso, existe geralmente nos contratos entre a Light e o Governo uma cláusula que obriga as companhias a manter uma capacidade instalada 20% maior do que a necessária, para atender uma eventual elevação abrupta do nível máximo de consumo de um período, nível esse que os técnicos chamam de «demanda de pico».

## Cláusula não cumprida

Mas as concessionárias simplesmente não têm essa capacidade instalada de reserva. Como observou o deputado Lúcio Hauer na Câmara «é porque as usinas não man-

têm a reserva de capacidade a que se obrigam que são tão freqüentes as crises de energia elétrica. Quando ocorre um aumento da demanda de eletricidade, as companhias são incapazes de atender a esse aumento e entram em fase de racionamento de energia. E nesse momento que a incúria das concessionárias estrangeiras de serviços de eletricidade, que já rendeu a elas um superlucro pela superutilização da capacidade instalada, passa a funcionar como elemento de pressão contra o Governo, que é levado a financiar a ampliação urgente da capacidade instalada das concessionárias para superar a crise e acabar com o racionamento».

## Distribuição

Acrescente-se a tudo isso o fato de que a Light, assim como a Bond and Share, estão comprando quantidades crescentes de energia às usinas do Governo, para distribuí-las aos consumidores. Percentualmente, a participação dos trustes estrangeiros de eletricidade na distribuição é maior do que na geração. Como todos sabem, a geração de eletricidade exige muito maiores investimentos do que a distribuição. E é o Estado que está arcando com as despesas na geração, através de investimentos pioneiros que, de início, não têm sua capacidade de instalação absorvida pelo consumo e, por isso, têm um rendimento menor.

Tudo isso nos leva a concluir que os lucros da Light são muito maiores do que os alcançados por ela. O fato é que o «holding» resiste o quanto pode a um tombamento físico e contábil, que permitiria ao Governo verificar realmente seus custos e lucros.

## SÃO PAULO

# Estende-se a Todo o Estado a Luta Dos Bombeiros e Soldados

A solidariedade do movimento sindical paulista aos bombeiros e soldados da Força Pública, ao contrário do que indicam as palavras «tranquilas» dirigidas pelo governador Carvalho Pinto, intensifica-se e torna-se mais ativa, em todo o Estado. Perlo de 50 diretorias de sindicatos, reunidas no Capital paulista, terça-feira, no Sindicato dos Metalúrgicos, lançaram um manifesto em que expressam integral apoio ao Corpo de Bombeiros e à Força Pública, consideram que a intervenção do Exército viola a autonomia do Estado e põe em risco as liberdades democráticas garantidas pela Constituição, e responsabilizam o governador Carvalho Pinto e a maioria governamental na Assembleia Legislativa pelo rumo que tomaram as negociações, uma vez que se têm recusado sistematicamente a atender às justas reivindicações dos bombeiros e soldados. Decidiram ainda promover uma concentração popular, sexta-feira próximo, às 17,30 hs., na Praça da Sé, seguida de uma passeata pelo centro da Cidade, em solidariedade aos soldados do fogo e da polícia.

O Plenário Sindical de Campinas, por outro lado, aprovou uma moção de solidariedade ao Corpo de Bombeiros e à Força Pública. O mesmo fizeram os tecelões de São Bernardo do Campo, reunidos em assembleia, enquanto os gráficos, têxteis e trabalhadores na construção civil daquela cidade, quando esta nota era redigida, preparavam-se para reunir-se também em assembleias, quarta e quinta-feira, com o mesmo objetivo. Ao mesmo tempo, tinham sido convocadas, com fins idênticos, uma assembleia inter-sindical em São Caetano do Sul, com a participação dos sindicatos de metalúrgicos, têxteis e trabalhadores na construção civil, a ser realizada na quinta-feira, e outra em Santo André, com a participação dos bancários, trabalhadores em cerâmica e na construção civil, metalúrgicos e têxteis.

## Revolta dos nervos

O QG da Força Pública, na Capital do Estado, encontra-se cercado por 100 soldados do Exército, pertencentes

ao 5º RI. O oficial-de-dia que se encontrava no Quartel, à chegada das tropas do Exército, foi acometido de uma crise nervosa, e teve de ser internado no hospital da Força Pública.

Os tenentes Cândido e Sacilote, comandantes, respectivamente, da 3ª, (Assis e da 2ª. (Tatuí) Companhias da FP, passaram telegramas de solidariedade ao comando do movimento. Os oficiais da FP de Sorocaba decidiram mandar rezar missa de 7º dia, pela morte dos sargentos bombeiros. Os oficiais do 1º BP, sediado na Capital, recusaram-se a cumprir ordens de seus superiores, no sentido de que obrigassem à força das armas, os seus subordinados a trabalharem.

A imprensa do Capital, de um modo geral, após a reunião realizada segunda-feira entre o governador Carvalho Pinto e os donos de jornais, passou a boicotar e tornar-se mais hostil ao movimento reivindicatório dos bombeiros e soldados. O jornal «Última Hora», que vinha dando certo apoio ao movimento, publicou, na terça-feira, um editorial sobre a questão, em que passou a condenar a luta do Corpo de Bombeiros e da Força Pública contra os salários de fome que recebem do governo.

## Dia 20 na ABI:

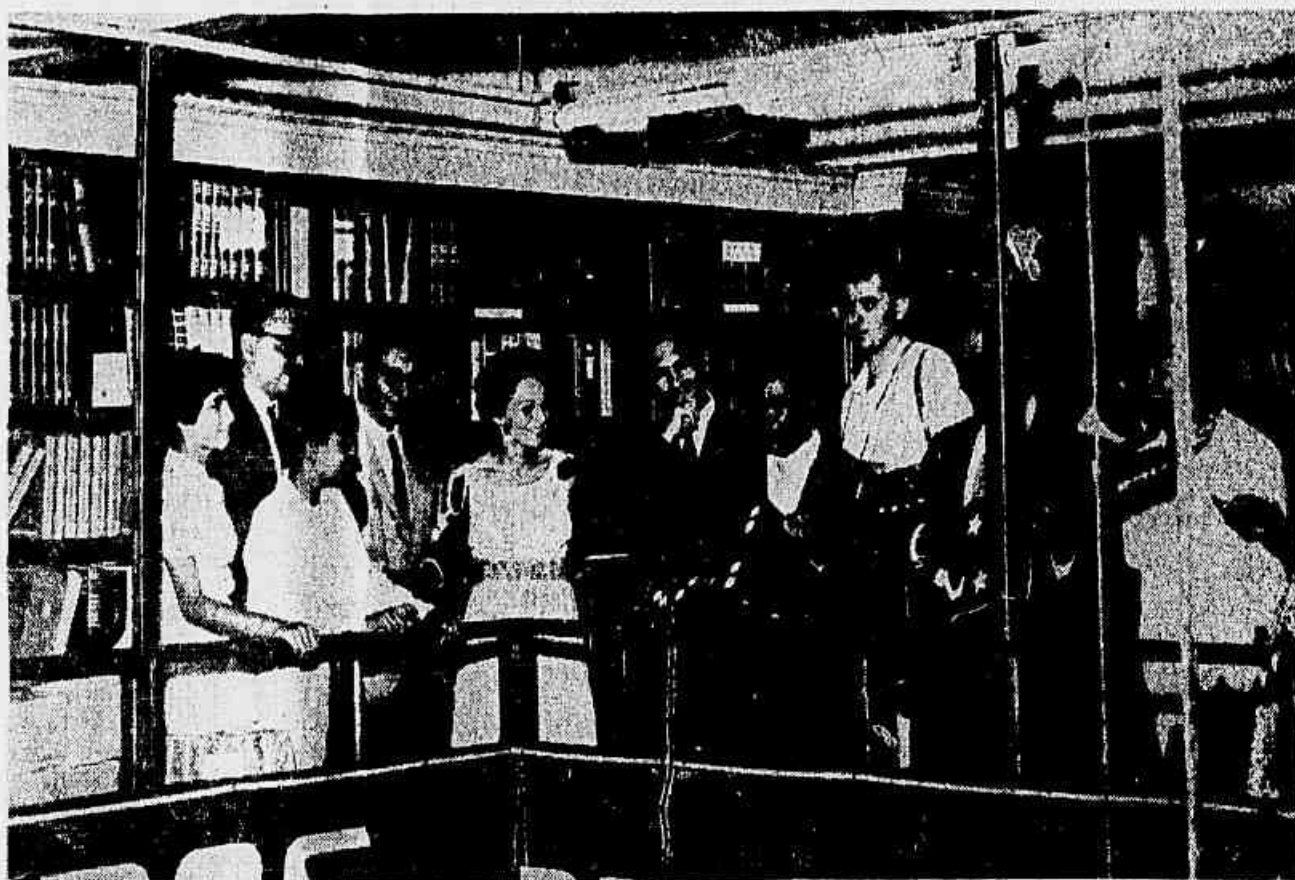
### Ato público de solidariedade a Cuba

Dia 20, sexta-feira às 20 horas, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, será realizado um grande ato público de solidariedade à Revolução Cubana. Durante a solenidade, deverá ser eleita a diretoria do Movimento Nacional em Defesa de Cuba.

Ao ato comparecerão numerosas personalidades, entre as quais os deputados federais Josué de Castro, Vasconcelos Tôres, Sérgio Magalhães, Gabriel Passos, Barbosa Lima Sobrinho, senador Lourival Fontes, o estudante Oliveiros Guanais (presidente da UNE), dirigentes sindicais Benedito Cerqueira, Thaumaturgo Gaio e Raphael Martineili.

Na ocasião deverão usar da palavra o deputado Josué de Castro, o presidente da UNE, o dep. Roland Corbisier e prof. Darcy Ribeiro.

O ato público será encerrado com a apresentação da peça «A Luta ou a Muerte», do jornalista e dramaturgo Oduvaldo Viana Filho.



# Julião Autografa o Seu "Irmão Juazeiro"

«Irmão Juazeiro», de Francisco Julião, levou à Livraria Francisco Alves, em São Paulo, centenas de admiradores do deputado e escritor pernambucano. Saída do nordeste e publicado e sofrido, vítima do latifúndio e do coronelismo, «Irmão Juazeiro» é o romance — como

acentuou Julião — que abre na literatura brasileira o ciclo da reforma agrária. O presidente das Ligas Camponesas de Pernambuco, solicitado pelos que o foram abençoar, fez comício na «Francisco Alves» defendendo a luta dos trabalhadores agrícolas e rurais.

para o Brasil uma posição de negro progressista, sem a nuca dos latifúndios. Violeiros do Nordeste, a imprensa «cantante e andante» daquela vasta região, trouxeram música típica no local. Depois, muitos autógrafos, para mais de 300 volumes adquiridos na hora.



GOVERNO CRISTÃO BELGA TIRA DOS POBRES PRA DAR AOS RICOS

# Austeridade Belga Paralisa o País: Greve Geral Continua

Há mais de 30 dias a Bélgica se encontra semiparalisada. As minas de carvão na Valônia estão desertas, as chaminés das grandes fábricas de Namur e Liège não fumegam, em Bruxelas os serviços públicos estão desorganizados, o porto de Antuérpia está congestionado. Nas ruas e praças das principais cidades do país milhares de trabalhadores desfilam cantando a «Internacional» e clamando contra o governo. Nos muros e nos cartazes empunhados pelos manifestantes que desfilam, as palavras de ordem: «Greve!» — «Não toquem nas nossas pensões, nos direitos que conquistamos» — «Austeridade é miséria».

Responsável por essa situação é o governo social-cristão presidido pelo primeiro-ministro Gaston Eyskens, e a lei de austeridade (a «Lei Única») apresentada pelo seu partido como solução para a crise econômica em que se debate o país e que se aprovou após a proclamação da independência do Congo, a colônia belga.

## Lei contra os trabalhadores

Como ocorreu na França logo após o advento de De Gaulle, como aconteceu em certa medida na Argentina de Frondizi, a «Lei Única» apresentada pelo Partido Social-Cristão ao parlamento, que contou de imediato com o apoio do Partido Liberal, objetiva, sob a capa do saneamento da situação econômica e financeira do país, a reformulação da política tributária, a redução das pensões e diminuição real dos salários dos trabalhadores. O projeto era velho, de 1956, mas, apesar de contar com o beneplácito dos economistas, não foi logo apresentado. Eyskens começava então a governar e não tinha interesse nenhum em jogar de imediato o seu prestígio com uma lei tipicamente antipopular, de sacrifício para as classes trabalhadoras. Guardou-a e ficou esperando o momento propício para submetê-la à decisão do parlamento. Os acontecimentos do Congo agravaram de tal maneira a situação do país, que ao governo não restou outro recurso senão o de jogar com a lei para tentar «reanimar o capitalismo belga». Extrair do máximo do povo, através aumento de impostos, corte nas pensões para os aposentados e nos seguros dos desempregados; provendo uma diminuição no salário real dos trabalhadores e adotando medidas «contra» o funcionalismo para diminuir a despesa do Estado, procurava equilibrar a situação e manter intactos os privilégios dos grandes industriais que dominam o país.

O mês escolhido para jogar a grande cartada foi dezembro. O projeto foi ao parlamento depois de negociações preliminares do governo com os partidos representados no legislativo, em virtude das quais Eyskens garantiu uma maioria sólida para a aprovação da lei.

## A reação

Marcado o início do debate para 20 de dezembro, as entidades de trabalhadores do país, o Partido Socialista e o Partido Comunista imediatamente alertaram o povo contra o crime que se pretendia consumir. Uma grande manifestação foi realizada nos grandes centros do país no dia 14 e uma greve geral nacional foi convocada para o dia 20.

O movimento eclodiu no dia determinado, participando dele, inicialmente, os trabalhadores filiados às duas centrais sindicais do país (a FGTB e a católica), as organizações do funcionalismo, dos professores, etc. A greve atingiu a tais proporções que o governo foi obrigado a declarar o recesso do parlamento até o dia 3 de janeiro, adiando assim a discussão da lei e procurando ganhar tempo para modificar a situação a seu favor. Nessa altura, em virtude da traição dos dirigentes sindicais católicos, o governo conseguiu dividir o movimento e fazer com que uma parte dos trabalhadores em greve retornasse ao trabalho. Não conseguiu, entretanto, apesar dos seus esforços, diminuir a importância da greve que assumiu, em determinados momentos, verdadeiro caráter de luta insurrecional como o confessou o primeiro-ministro.

Em virtude da cisão no movimento provocada pela atitude dos dirigentes sindicais católicos, a luta se concentrou na Valônia, no sul do país, a região industrial por excelência e onde sempre predominaram as tendências mais democráticas e republicanas da Bélgica. Enquanto no Flandres, monárquico e católico, o movimento arrefecia, no sul ganhava proporções tais a obrigar o governo a decretar medidas de exceção e a ordenar o retorno das tropas belgas da OTAN sediadas na Alemanha para «garantir as instituições».

## Vitória indefinida

Com a cisão no movimento, e sentindo que qualquer vacilação poderia levar à queda do Gabinete, o primeiro-ministro, logo após o reinício das atividades do parlamento, ordenou o prosseguimento da discussão do projeto e a sua aprovação, o que ocorreu no dia 13 de janeiro. Durante a discussão o governo tentou romper novamente a unidade do movimento através negociações com a ala moderada do Partido Socialista. Sem fazer nenhuma concessão aos trabalhadores, o Partido que havia aprovado uma verba de 6 milhões de francos belgas para custear as despesas de lua de mel do rei Balduino, que se casara exatamente nos dias em que mais acesa era a luta contra o projeto de «austeridade», exigia dos socialistas pura e simplesmente a suspensão do movimento, «para o bem do país».

A ala esquerda do Partido, principalmente os dirigentes sindicais que têm sua base de ação na região sul, rejeitaram a proposta e manifestaram a sua decisão de continuar a luta até a vitória. A aprovação do projeto não passou, por isso mesmo, de uma vitória sem definição para o governo, já que este se mostra incapaz de conter o movimento de protesto da massa trabalhadora que há um mês se mantém firme na greve contra a lei.



Greve na Bélgica

Manifestações como essa (foto) têm sido realizadas quase todos os dias pelos trabalhadores belgas na luta contra a «Lei Única», através da qual o governo pretende jogar sobre os trabalhadores o onus da crise.



Estamos com Cuba

SÃO PAULO

De mãos erguidas, estudantes e trabalhadores votam moção de solidariedade à Revolução Cubana no comício da Praça da Sé. O comício foi o coroamento de uma passeata realizada pelas ruas centrais da capital de São Paulo, quando maior era o movimento na cidade. No palanque que aparece à direita da foto, podemos distinguir o chefe improvisado da manifestação — o escritor e jornalista Armando Gimenes — que observa o desenrolar do comício, enquanto falava o representante do Partido Socialista Brasileiro.

# Passeata e Comício em Defesa de Cuba

Com a participação de numerosos estudantes e trabalhadores, realizaram-se na última semana em São Paulo, uma passeata e um comício de apoio à Revolução Cubana.

As 17 horas, quando maior é o movimento na capital, desfilaram pelas ruas centrais (XV de Novembro, Av. São João, Av. Ipiranga, Barão de Itapetininga, Viaduto do Chá, Largo de São Francisco e Praça da Sé) diretores e associados da Comissão Paulista de Solidariedade, União Paulista de Estudantes Secundários, União Estadual dos Estudantes, dirigentes sindicais, trabalhadores de várias categorias, intelectuais e senhoras.

As faixas e «slogans» lograram a simpatia da população que, postando-se à beira das calçadas, acompanhou a passeata. «Patria ou morte!», «Não queremos em Havana a bandeira americana!», «Salve, salve, o bom Fidel, que derrotou, o tigre de papel!», «Havana é dos cubanos, fora os americanos!», «Cuba sim, ianques não!», repetidos cadenciadamente pelo povo em desfile despertaram o interesse de milhares de pessoas que nas ruas, nos edifícios, nos estabelecimentos comerciais, nos veículos, tiveram a atenção atraída para a manifestação.

## Light

Quando o desfile chegou ao prédio da Light, no Viaduto do Chá, a multidão, ritmicamente, adotou um novo «slogan»: «encampação, paredon...»

## Comício

Finalmente, por duas horas seguidas, na praça da Sé, diversos oradores manifestaram o protesto do povo. Entre outros, falaram os deputados Luciano Lepera e Miguel Norge Nicolau (este representando 15 parlamentares que enviaram uma mensagem aos promotores do comício), Enio Sandoval, Bensaude Maracajá (presidente da UEE), o jornalista e escritor Armando Gimenes, dirigentes sindicais e populares.

## Programação

Comícios, passeatas, conferências, palestras em estações de rádio, artigos na imprensa interiorana, inscrições nos muros, folhe-

tos e cartazes estão sendo programados em vários municípios e bairros de São Paulo, em apoio à revolução chefiada por Fidel Castro.

## Nota Internacional

## A Agricultura Soviética, o Macaco e a Cotia

Vem obtendo extraordinária repercussão a reunião que se realiza em Moscou do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Trata-se de uma assembléia dedicada a um dos mais importantes problemas que se defronta a economia da URSS: a execução do plano da agricultura.

As agências telegráficas transmitem, porém, de maneira unilateral e muitas vezes deturpadas as informações sobre o importante debate entre os dirigentes do PCUS e técnicos agrícolas. Os jornais da chamada grande imprensa publicam unicamente o aspecto negativo das muitas vezes acaloradas discussões. E tentam apresentar o primeiro-secretário do PCUS como uma espécie de palmarista do mundo nas suas observações e apertes nos informantes da situação agrícola.

O que ocultam as agências telegráficas estrangeiras que abastecem a imprensa no Brasil é que os dirigentes soviéticos não temem discutir abertamente um dos seus principais problemas. E nesta discussão o direito de crítica é o mais amplo, crítica objetiva, a base de fatos e visando corrigir erros. Mais ainda: é todo um coletivo — e não Fulano ou Beltrano — que busca as soluções mais justas para as dificuldades, para corrigir os erros, encontrar caminhos certos para novos avanços da agricultura soviética.

Há erros? Os soviéticos não os negam; dizem-no publicamente. Há também os responsáveis por esses erros, e os responsáveis não podem fugir a sua responsabilidade, como ocorre em outros países.

Mas as agências telegráficas estrangeiras e a nossa imprensa por elas abastecida deturpam o sentido das críticas da reunião do Comitê Central do Partido Comunista soviético tendo em mira dois objetivos principais: Primeiro, fazer crer ao mundo que há uma crise na agricultura soviética, que semelhante crise seria fatal na agricultura coletivizada.

Nada mais falso.

A agricultura na URSS, hoje a mais altamente mecanizada do mundo, alcançou a primazia mundial na produção do mais valioso dos cereais, o trigo. Atualmente em caso de calamidades, a agricultura da URSS pode abastecer perfeitamente o país, pois em vez de um celeiro único, como havia antes (a Ucrânia) existem vários celeiros, depois do desbravamento das terras virgens. Tanto assim que hoje não é mais a Ucrânia a principal região produtora de trigo, e sim o Kazaquistão, república soviética da Ásia Central.

Em segundo lugar, a propaganda hostil à URSS procura fazer crer que os agricultores soviéticos — os colcosianos, os membros das cooperativas agrícolas — não têm interesse no aumento da produtividade. É também falso. O socialismo, na sua etapa atual, leva em conta o interesse individual para aumentar a produtividade. Os que trabalham mais e melhor percebem mais altos salários e prêmios pelo seu trabalho. Nos últimos tempos, isto tem sido dito e repetido por Kruschiov. E tem sido levado à prática.

Depois dos formidáveis avanços registrados nos últimos cinco anos na agricultura e na pecuária soviéticas, não pode sequer haver dúvidas quanto ao êxito no cumprimento dos atuais programas de produção rural na URSS. O estardalhaço das agências americanas faz lembrar a história do macaco que a passadeira do trem advertia a cada um, não vindo o próprio rabo sobre os trilhos...



Londres: Comício Contra Intervenção Dos EUA no Congo

Centenas de africanos e ingleses realizaram um comício em Hyde Park, em Londres, para exigir a libertação de Lumumba e o reconhecimento de seu governo pelas Nações Unidas, tendo os ora-

dores denunciado a política de intervenção dos Estados Unidos nos negócios internos do Congo. Os manifestantes dirigiram-se para o prédio do Centro de Informações

das Nações Unidas, logo após o comício do Hyde Park, e novos oradores fizeram-se ouvir sustentando aquelas reivindicações. Na foto, um aspecto da manifestação.



RESTRIÇÃO AO FILME ESTRANGEIRO SÓ FAVORECE O PRODUTO BRASILEIRO

# Dublagem Abriu Uma Nova Frente na Batalha do Cinema Brasileiro

Reportagem de LUIZ GAZZAREO

Diz um adágio popular que «onde há fumaça há fogo», outro diz que «mais vale um pássaro na mão do que dois voando». Ambos se aplicam ao problema da dublagem dos filmes estrangeiros, assunto que veio à baila e está provocando uma pequena tempestade com ventos do quadrante norte graças a um projeto apresentado pelo senador Gilberto Lindgren, suplente do senador Guido Mondin, em outubro de 1960 na Câmara Alta.

O referido projeto, se for aprovado, obrigará o produtor estrangeiro a dublar os seus filmes no Brasil, utilizando para isso artistas brasileiros, técnicos e laboratórios brasileiros. Obriga também a dublagem da parte musical, mas abre exceção (muito justamente) para os filmes chamados musicais. Faz-se ainda em torno dos motivos que levaram o já famoso sr. Lindgren a apresentar o projeto do senador Lindgren abriu ao produto estrangeiro uma nova área, a dos analfabetos, que pelo fato de serem só videntes nacionais. Por fim, todos os que gritam contra, advogam a defesa dos princípios estéticos, a salvaguarda de uma arte ameaçada de deformação pela dublagem.

## Onde há fumaça há fogo.

O primeiro refrão. O que nos levou a pensar nê e, por associação, a meditar um pouco sobre a importância do projeto, foi o fato de a onda de protestos suscitados pela proposição do sr. Lindgren, da qual participam em grande número elementos reconhecidamente honestos e lutadores intransigentes em defesa do cinema brasileiro, ter sido imediatamente encampada e transformada em campanha por alguns dos órgãos da imprensa brasileira conhecidos por suas estreitas ligações com os interesses alienígenas, como são os casos de «O Globo» e do «Estado de São Paulo». A fumaça, no caso, é representada pela defesa da arte e, porque

não dizer, pelos que vêem na dublagem uma ameaça ao cinema brasileiro. O fogo, esse apareceu nas declarações de mister Harry Stone ao vespertino dos irmãos Marinho, muito bem acompanhado pelos representantes de outros produtores estrangeiros no Brasil.

Mister Stone, depois de falar dos prejuízos artísticos como um anjinho que se preocupa com os problemas estéticos do cinema e não com a remessa de dólares para os «States» deixou escapar em sua entrevista a «O Globo» a afirmação de que «a dublagem traria prejuízos comerciais aos filmes estrangeiros. O redator especializado que comentou o assunto no «Estado de São Paulo», teve a inabilidade de afirmar, após algumas ligeiras considerações de ordem econômica, que a dublagem «Tornaria proibitiva a importação do filme estrangeiro, com prejuízo para o intercâmbio (?)» — a interogação é nossa e por causa do «intercâmbio» — dessa forma de arte que une os homens e aproxima os países e povos».

Partindo dessas duas formulações sobre o problema é que queremos situar nossa posição em relação ao debate que se trava. Acreditamos que os problemas de ordem estética são importantes, como o é também a questão da penetração do filme estrangeiro no mercado ainda inacessível da população analfabeta. Mas...

Pagando o preço que se paga para entrar no Brasil (de 20 a 30 mil cruzeiros de tarifas alfandegárias), o filme estrangeiro, mesmo o mais mediocre, encontra todas as facilidades para retirar do mercado uma margem de lucro compensadora. As facilidades são tais que há mais de 10 anos o Brasil importa em média 500 filmes por ano advindo daí a saturação do mercado. Nenhuma restrição existe à importação e à remessa das rendas obtidas pelos filmes estrangeiros no mercado nacional. Exceto as despesas de manutenção das suas agências, salários de empregados e alguma coisa de publicidade, os distribuidores estrangeiros, os norte-americanos principalmente (pois são eles os donos incontestáveis do mercado), remetem para o exterior em média 10 milhões de dólares anualmente, (fa-

ziam-no até há bem pouco tempo com privilégio cambial), tudo isso às expensas da economia nacional. Essa situação excepcional, que inclusive lhes proporcionou apoderar-se do mercado exibidor, quando comparada com a do cinema nacional se torna ainda mais grave. Orfão de pai e mãe, vivendo do esforço de alguns e das vantagens de outros, o pobre do cinema brasileiro ainda encontra, no seu mercado de origem, um competidor mais experimentado que concorre com ele nas condições mais vantajosas. O filme brasileiro, o de nível um pouco acima do inferior, representa um investimento de capital da ordem de 3 a 4 milhões de cruzeiros, quantia que ele vai procurar recuperar no seu mercado. Entretanto, para azar dos azares, encontra competindo com ele um filme geralmente mais bem realizado, já pago no seu mercado de origem, e que deve recuperar no mercado brasileiro a quantia de apenas 20 ou 30 mil cruzeiros representados pela licença alfandegária. Não é preciso contar o fim. Nisso reside a condição essencial da dominação do mercado pelos norte-americanos, da existência do «dumping».

## Onde entra a dublagem

Do valor da dublagem, da importância que ela terá para reduzir a discrepância entre o produto estrangeiro e o nacional, pouco se falou até agora. Ou melhor, ainda não se falou.

Segundo os cálculos mais otimistas, a dublagem de um filme comum de longa-metragem (90 minutos) custará mais de 1,5 milhões de cruzeiros, dinheiro que será pago pelo produtor estrangeiro a artistas, técnicos e estabelecimentos industriais brasileiros (dinheiro que deixa de sair do país). Além disso, o custo da dublagem diminuirá a diferença de preço entre o produto nacional e o importado, o que já implica numa vantagem para o primeiro. Mais ainda: distribuidores estrangeiros, que tem condições de oferecer percentagens maiores para os donos dos cinemas exibirem seus filmes, serão obrigados, com a dublagem, a reavaliar essas percentagens de acordo com o crescimento da despesa. E, por fim, a instituição da dublagem, pelo ônus que

acarretará ao filme importado, obrigará o distribuidor estrangeiro a selecionar a mercadoria e com isso reduzir automaticamente o número de filmes que exporta para o Brasil. Sabendo-se que um dos objetivos que visam todos aqueles que lutam pelo cinema brasileiro é a liquidação do «dumping» no mercado exibidor, a instituição da dublagem, no contrário do que querem fazer ver muitos, representará um passo efetivo nesse sentido.

Por trás e como elementos da confissão temerosa de mister Stone e do confrade do «Estado» estão os dados acima fornecidos. O que faz com que certos órgãos da imprensa mantenham quase que diariamente como assunto de primeira página o problema da dublagem, chegando alguns ao deslante de invocar a defesa de um cinema que nunca defenderam (o brasileiro, é claro), é exatamente a compreensão que eles têm das dificuldades que um tal projeto acarretará ao filme estrangeiro do ponto de vista da dominação do mercado.

## Mais vale um pássaro...

Agora vamos invocar o segundo refrão. Não se pode negar que para resolver a crise da indústria cinematográfica (se é que ainda se pode falar nisso) no Brasil são necessárias algumas medidas básicas de ordem governamental (legislativas e executivas). Em documentos e relatórios exaustivos, os estudiosos dos problemas econômicos do cinema brasileiro procuraram mostrar às autoridades os caminhos para se criar uma indústria do cinema em nossa terra. Muitas visitas de delegações a presidentes eleitos, projetos engavetados na Câmara e outras tantas iniciativas frustradas constituem a história dos esforços da gente de cinema para promover o desenvolvimento da sétima arte. A situação continua como antes e alguns paliativos reivindicados e conseguidos (dentre eles a elevação do preço do ingresso e a concessão de crédito em bancos oficiais) não resolveram o problema. O concorrente estrangeiro, que é o principal inimigo a ser combatido, não foi atingido por essas medidas e todas as que se pretendeu fossem tomadas com esse objetivo foram igno-



## Escolha não é difícil

Agora, quando aparece um projeto desses, que irá prejudicar e muito o distribuidor estrangeiro (o que significará favorecer na mesma medida o produto nacional), erguem-se vozes para tentar impedir a sua aprovação. Para os que são contra a dublagem, mas lutam pelo cinema nacional, lembramos o refrão.

## Analfabetismo e estético

Argumento contrário que impressiona à primeira vista é o da penetração do filme estrangeiro no que chamamos mercado do espectador analfabeto. Claro que com a dublagem isso necessariamente acontecerá. Mas, que valor, do ponto de vista da receita do mercado exibidor, representa o espectador analfabeto? Mínima. Os centros de grandes mercados cinematográficos são exatamente aqueles onde a percentagem de analfabetos é a mais baixa do país. E mais, o preço do ingresso alcançou tais níveis nesses centros que limitam a frequência dessa categoria de público. As áreas onde a percentagem de analfabetos é maior são exatamente aquelas que contribuem com uma parcela baixíssima no total de ingressos vendidos anualmente ao espectador brasileiro.

Para se ter uma idéia mais exata da situação do mercado, é bastante lembrar que São Paulo (capital) e Rio de Janeiro (GB), representam mais de 60% da receita provinda da exibição de filmes no Brasil.

Os que são contra a dublagem alegam que serão grandes os prejuízos artísticos que os filmes sofrerão com a medida. Entre os dois da foto e dois dubladores nacionais, a escolha não é difícil.

Outro dos argumentos aos que são contra a dublagem, exatamente o que mais colunas de jornal tem tomado, é o de ordem artística. Não se pode negar que a dublagem constitui um elemento estranho incluído à obra já acabada; que desvaloriza em certa medida a interpretação do artista e mesmo pode desvalorizar o texto falado da obra cinematográfica. Mesmo levando-se em conta esses fatos, não concordamos com aqueles que a definem como liquidação da obra, deformação completa. Argumentamos primeiro com o número grande de atores estrangeiros que aparecem nos filmes com suas falas dubladas (veja-se o caso do «Dôce Vida», uma obra-prima que não deixou de o ser mesmo sabendo-se que os atores como Alan Cuiñy e Yvette Forneaux foram dublados). Em relação ao texto, o uso da legenda, em nossa opinião, favorece muito mais à deturpação e à escamoteação de diálogos inteiros do que a dublagem.

Mesmo aceitando-se em parte esse argumento, é necessário convir que os de ordem econômica devem prevalecer. O projeto de dublagem, se aprovado, constituirá uma barreira natural para a entrada indiscriminada do filme estrangeiro no país, abrindo novas possibilidades para o filme brasileiro no mercado interno. Entre os dois argumentos, ficamos com o segundo. Afinal de contas, quanto mais restrições surgirem para o domínio do cinema estrangeiro no Brasil, melhor para o nosso.



## Racionando «abacaxis»

A dublagem, mesmo que não se leve em conta as vantagens de ordem econômica para o Brasil, será de grande utilidade como saneadora do mercado cinematográfico. Onerará de tal forma o filme estrangeiro que apenas aqueles de renda garantida serão exibidos. Constituirá um verdadeiro anteparo à entrada de abacaxis como o da foto acima. Trata-se de grande vantagem, bastando atentar para o inenunciável número de filmes «históricos», as tremendas superproduções que invadem como uma verdadeira enxurrada o país, de ano a ano.

## NOVOS RUMOS

### O Testamento de Adão

Há quase meio século os camponeses da Catalunha, numa insurreição contra o domínio feudal, proclamavam uma verdade que, ainda hoje, é válida no Brasil e em outros países do mundo: «Adão morreu sem deixar testamento; portanto, a terra deve ser repartida entre os seus filhos, que são todos os homens. É injusto que uns a possuam e outros fiquem sem ela.» A injustiça perdura. E para os homens brasileiros que trabalham no campo nunca houve a libertação dos escravos. Pretos e brancos, depois de todas as leis de alforria, continuam sem liberdade. Continuam dependentes das casas grandes. Arrolados entre os bens dos senhores do engenho, dos fazendeiros, dos donos das terras, que fazem a conta daqueles bens somando as léguas de terra, as cabeças de gado, os pés de cana e os braços dos trabalhadores, como se fossem quantidades homogêneas. Quando esses trabalhadores cansam, adoecem e morrem são sucedidos no cansaço, na doença e na morte pelos filhos e pelos netos. É a herança maldita. A herança de uma vida primitiva, material e espiritualmente. Trabalham como os bois, em cujos pescoços colocam as pesadas cangas, todos os dias. E a mesma canga, a de boi e a do homem. Trabalham só para pagar as contas de pouco que compram nos armazéns das fazendas. Moram em arremedos de casas. Mal se vestem e mal comem. Nunca entraram na porta de uma escola, por isso nem conhecem o jeito das letras. Também, não conhecem médico e nem dentista. Os caminhos são difíceis, as cidades distantes, a exploração desapiedada. Mas de vez em quando há uma santa missão, quando lhes é ensinado que é preciso respeitar a propriedade do coronel, herdeiro legítimo de Adão. Dessa miséria, o coronel arranca o luxo das famílias e o luxo das amantes, as viagens, os automóveis e os anéis de doutor para todos os filhos. Dessa miséria os latifundiários se nutrem, engordam, são eleitos e elegem os seus compadres, a quem entregam os fuzis e as baionetas, para impedir qualquer protesto. Mas, em Pernambuco, aos camponeses começa a chegar aquela compreensão de que falava Máximo Gorki, a compreensão de que o homem é o criador e o dono do mundo, por isso responsável pela felicidade. E lá se vão grupos de camponeses procurar nos engenhos despropriedades uma forma de vida humana. É verdade que as chamadas «forças de ordem», um dos mais ridículos eufemismos da violência, usaram as baionetas e os fuzis — que os coronéis lhes deram, para impedir a confraternização entre os estudantes e os legítimos donos dos frutos da terra. Mas não importa. O fundamental é que os camponeses já não acreditam na felicidade só depois da morte, pregada pelos missionários, e não acham os caminhos tão difíceis, mesmo quando no meio desses caminhos encontram os obstáculos que a sociedade opõe à realização de sonhos que começaram a ser sonhados desde que foi descoberto que Adão não deixou testamento.

Ana Montenegro



# Iniciativa Passa às Mãos Das Ligas Camponesas

RUI FACÓ  
Enviado especial de MR a Pernambuco  
(Primeira de uma série de reportagens)

Encontro Recife alvoroçado, situação tensa, manchetes nos jornais, comentários de todos. Prisões de camponeses e estudantes. Uma bela mulher tem seu nome envolvido nas notícias deturpadas da imprensa.

Mas não se trata de nenhum drama pessoal. Recife agita-se em torno de um problema altamente explosivo nesta hora: o problema da terra trazido à tona em nova etapa pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião. A coisa resume-se no seguinte: o governador Cid Sampaio mandara expulsar dezenas de famílias camponesas de terras por elas ocupadas em duas fazendas recentemente compradas pelo Estado. Utilizou a força, prendeu o que sua polícia considerava os líderes da ação e vários estudantes que tinham levado alimentos aos deslocados.

## Antecedentes próximos

Estes acontecimentos do dia 8 de janeiro tinham sido precedidos imediatamente de uma polémica entre Julião e o Governador do Estado. A 23 de dezembro, Francisco Julião dirigira uma carta a Cid Sampaio (Jornal do Comércio do Recife, 27. XII. 1960) acusando seu governo de violências contra os filhos das ligas camponesas. Dizia a carta altera: «Os jornais estão repletos de notícias sensacionais sobre os últimos ataques ocorridos em vários locais onde as ligas já se encontram organizadas. E acrescentava, referindo-se às mais recentes expulsões de trabalhadores das fazendas e engenhos de Pernambuco: «... Há mais de cem famílias de camponeses debaixo de pés de pau, provavelmente despejados dos engenhos Pindobal e Malemba e da propriedade Estância, com a ostensiva participação da polícia e do capanga...»

O governador revidara (Jornal do Comércio, 31. XII. 60). Mas sua resposta era uma evidente fuga do problema, pura e simplesmente reconhecendo que se haviam registado atos de violência, que pretendia encaminhá-los para a justiça.

A réplica de Julião foi recusada pela imprensa, que só a divulgou (Jornal do Comércio 5. I. 1961) mediante pagamento.

## Das palavras à ação

O fato era incontestado: uma centena de famílias se encontrava mesmo ao deus-dará, debaixo de pés de pau, como dizia Julião, não só homens validos, mas sobretudo mulheres, muitas delas grávidas, e crianças. Um espetáculo que no mundo de hoje talvez restasse apenas na África, na Índia e no Brasil: criaturas humanas relegadas ao mais completo abandono, famílias, descalças, muitas nuas, dormindo ao relento, muitas enfermas, sem a menor possibilidade de qualquer assistência médica.

O governador de Pernambuco, que para eleger-se prometera a adoção de medidas energéticas de reforma agrária e cortejar as ligas camponesas, fala em «solução humana», que o grave problema «exige o planejamento» mas o que revela na prática é a disposição de manter o status quo, isto é, assegurar o domínio dos senhores latifundiários sobre a massa camponesa espoliada.

Na verdade, o governador de Pernambuco encontra-se num beco-sem-saída

de, impreciso entre seus compromissos de candidato ante um eleitorado que começa a abrir os olhos, e a formidável pressão dos interesses egoístas de uma minoria privilegiada há séculos: os latifundiários. Aquêles em ensaios de rebelião; estes enfurecidos pelo medo pânico ao verem esboçar-se sua ordem de coisas.

E o governador tem medo também. Não medo físico, naturalmente, mas medo de classe. Queixa-se em sua carta a Julião: «... Expropriei Galiléia (...). Em decorrência disto, sofri tenoz campanha de setores mal informados que me taxaram até de agente da subversão social».

Diante disto, Cid Sampaio recua escandalosamente e desaperta para a esquerda:

— Não, parece gritar, as Ligas é que são subversivas!

E se ele não o diz tão claramente, diz-lo seu secretário de Segurança, sempre que as Ligas se agitam e passam a ações práticas ante a inação do governo.

Assim, nada mais resta ao governador Cid Sampaio que assumir o papel de um demagogo ante o problema camponês em Pernambuco, e quando a demagogia não surte efeito, lançar mão da violência. O candidato prometeu medidas de reforma agrária. Na Pátria, em face à resistência feroz do latifúndio, prefere defender o latifúndio. (Não fosse ele também um grande latifundiário...).

Exemplo frisante e o mais recente foi a desapropriação dos engenhos Terra Preta e Barra. Destinar-se-iam estas duas propriedades a acolher 140 famílias que o governo pretende evacuar da Galiléia, sob o pretexto de que as terras são insuficientes e só comportariam 45 famílias. No entanto, Terra Preta e Barra já contam 200 famílias e como têm apenas 1.000 hectares, seria necessário deslocar também estas 200 famílias... Para onde?

## A baleia da reforma

Os assessores do governador convenceram-no de que as tais medidas de reforma agrária só seriam realizáveis mediante providências de ordem técnica, tudo devidamente planejado.

E' a última arma de Cid Sampaio para ir protelando o assunto. Naturalmente, encontra na imprensa burguesa os defensores deste seu ponto de vista: os que querem reforma agrária apenas no papel ou em discursos de véspera de eleição. E' a posição dos jornais conservadores de Pernambuco, é a posição do Correio da Manhã no Rio, quando se trata realmente de passar a medidas concretas.

Mas, uma vez que se conserva intacto o latifúndio, com todas as suas prerrogativas e odiosos privilégios jurídicos, econômicos e políticos, de que «planejamento» se pode falar? Porque não é com a desapropriação de algumas fazendas que se fará a reforma «técnica», tudo direitinho, 10 hectares para cada família, etc.

E tanto não é possível fazê-lo que Cid Sampaio trata de deslocar 140 famílias já abrigadas — bem ou mal, mas livres do domínio direto do latifúndio — em Galiléia, e teria que remover

outras tantas da Terra Preta e Barra para abrigar os galileus.

E' evidente, portanto, que o governador de Pernambuco procura batar remendo em pano sujo.

## Mas a questão é outra

Que aconselhou, nesta emergência, Francisco Julião aos camponeses das ligas?

Uma atitude perfeitamente razoável e lógica, de acordo também com o seu desejo unânime: não arredarem pé da Galiléia enquanto não lhes forem asseguradas as garantias de que terão, nas imediações, terras próprias e suficientes para trabalhar.

Porque o verdadeiro objetivo do governador Sampaio e apenas este: desagregar os mais fortes e organizados núcleos das ligas camponesas, dispersando seus componentes. Por isso quer retirar 140 famílias de Galiléia, berço e inspiração do atual movimento camponês no Nordeste.

Cid Sampaio, os latifundiários nordestinos, apavorados, tentam deter a ação das ligas. Daí a rapidez relâmpago com que a polícia militar embalsada foi mandada pelo governador de Pernambuco para expulsar os camponeses que tinham ocupado Terra Preta e Barra, adquiridas com o dinheiro do povo, muito bem pagas pelos cofres públicos. Os soldados montaram guarda as cancelas dos engenhos. E os capangas ficaram em pé de guerra na porta de cada grande propriedade na zona da mata. Para alguns engenhos, segundo me informaram, foram mandadas tropas da polícia.

## Concentração em Tapera

A meia hora de Recife, na estação de Tapera, concentraram-se mais de 50 pessoas expulsas por Cid Sampaio de Terra Preta e Barra. Os latifundiários vizinhos ficaram inquietos.

Encontrava-me com Julião em sua casa do suburbio recifense de Caxangá quando chega um emissário de Tapera. Jovem, vestido com a simplicidade do nordestino do interior, tem uma fisionomia preocupada.

— Dr. Julião, é melhor o senhor não ir a Tapera hoje de tarde, como prometeu... Sua vida corre perigo. Os camponeses que estão lá concentrados bataram um pano vermelho num pedaço de pau, num lado e outro da estrada, e estão parando todos os veículos para... pedir esmola. A comida acabou e não resta outro recurso... O deputado José Mista mandou contratar capangas para matar o senhor...

Julião não demonstra em sua fisionomia serena o menor choque. Tudo lhe parece familiar e esperado. Não altera a voz:

— Eu vou assim mesmo.

Nesse mesmo instante chega um homem bem vestido, roupa clara, mas um tanto apressado. Senta-se numa das cadeiras de vime da grande sala de Julião. E' o dr. Nilton Cardoso, presidente do Partido Socialista Brasileiro. Revela ter recebido, manhã cedo, a visita do secretário do Governo, dr. João Monteiro.

Não afirma expressamente, mas com toda a evidência procura uma solução conciliatória entre Julião e Cid Sampaio.



## Esta criança está enferma

Aqui vemos uma das crianças recolhidas por Julião na estação de Tapera e levada ao médico, doente há dias sem qualquer assistência. E' um entre muitos filhos de trabalhadores agrícolas que desde cedo conhecem a selvageria de um regime econômico e social terrivelmente injusto e contra o qual seus pais começam a levantar-se.

— São 110 famílias desalojadas, 90 em Pindobal, 8 em Caicara e as restantes em Malemba. O tenente Alencar veio aqui ameaçar expulsar esta gente hoje a tarde...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

## A iniciativa com Julião

A situação continua neste pé. Camponeses desalojados das fazendas pelo fato de pertencerem às Ligas, e as Ligas crescendo, multiplicando-se e tomando a iniciativa em suas mãos, dia a dia. O governo manobra com medidas demagógicas mas perde a iniciativa ante as situações concretas com que se defronta.

E a massa camponesa apenas começa a despertar.

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.

Julião permanece irredutível.

— Não adianta, Vocês não acabaram com as Ligas...

— Não vim polemizar com você, responde ríspido o dr. Monteiro.

O presidente do Partido Socialista interveio e diz a parte a Julião: — Você foi muito veemente com o Monteiro.



## Expulsos da terra pela Polícia de Cid

Na estação de Tapera foram concentrados mais de 50 camponeses expulsos pela polícia do governador Cid Sampaio dos engenhos Terra Preta e Barra. São miseros esfarrapados, descalços quase todos, muitos enfermos. Mas dêtes mesmos os latifundiários vizinhos tiveram medo e tentaram desalojá-los à força, impedidos por Julião.



## A «reforma agrária» de Cid Sampaio

Quando candidato ao governo de Pernambuco, o sr. Cid Sampaio prometeu solenemente adotar medidas de reforma agrária, caso eleito. Diante de uma situação concreta envia a força armada contra os camponeses para despejá-los e defender o latifúndio. Estes soldados montam guarda as fazendas Terra Preta e Barra, depois de expulsarem os camponeses.



ECONOMIA DE DIVISAS: 40 MILHÕES DE DÓLARES POR ANO

# Refinaria de Caxias Novo Êxito da Petrobrás

Está oficialmente marcada para hoje, dia 20, a incorporação ao parque de refino do país de uma nova e grande unidade: a refinaria de Duque de Caxias. Desde que foi fundada a primeira estaca no solo lodoso de Caxias, para a construção da refinaria, transcorreram cerca de 18 meses. Se na construção de Cubatão os operários não foram importados do estrangeiro, aqui é sensivelmente pequeno o número de técnicos contratados no exterior. A refinaria de Duque de Caxias, desde já, é uma vitória inconteste dos nacionalistas brasileiros, que vêm enfrentando e derrotando ano após ano os estrangeiros que se opõem ao monopólio estatal. É também uma vitória da indústria nacional que dirige sua organização e montagem, bem como uma afirmação da capacidade já atingida por certos setores da indústria nacional e, ao mesmo tempo, do papel importantíssimo desempenhado pela Petrobrás ao criar mercado no Brasil para uma série de indústrias que sem ela simplesmente não poderiam existir.

## Visita de jornalistas

Excelente a iniciativa do setor de divulgação da Assessoria de Relações Públicas da Petrobrás convidando jornalistas para uma visita às obras. Seguramente umas quatro dezenas de profissionais da imprensa lá estiveram vendo, ouvindo e observando. Abrindo o programa, o general Artur Levy, chefe da obra, fez uma exposição, flúida a qual foram-lhe dirigidas diversas perguntas. Apesar da segurança e da habilidade que manifestou nesse contacto com a imprensa, foi possível aos jornalistas conhecer fatos e tirar uma série de conclusões acerca do significado da nova refinaria.

## Refinaria e oleoduto

Localizada no município fluminense que lhe há o nome, a refinaria fica a 40 minutos de automóvel do centro do Rio de Janeiro, na margem esquerda da baía de Guanabara. O abastecimento de óleo cru será feito através de um oleoduto (já terminado, pelo preço de 2,5 bilhões de cruzeiros) que liga seus reservatórios de matéria prima a um terminal oceânico situado a pouco mais de 17 quilômetros, na Ilha d'Água. A esse terminal terão acesso os maiores petroleiros do mundo (mesmo os de 110 mil toneladas, ainda em construção). Tudo isso e mais o fato de que o transporte de óleo é feito diretamente do mar para a refinaria, sem pagamento de taxas portuárias, etc., faz com que a matéria prima a ser operada em Caxias tenha o seu custo consideravelmente mais baixo do que o de Cubatão, por exemplo.

## Proporções da refinaria

Mais sugestivo, talvez, do que dizer que a refinaria ocupa uma vasta área de 10 milhões de metros quadrados, será a seguinte comparação contida num mapa distribuído pela Petrobrás aos jornalistas: se a área da refinaria se situasse aqui, no Estado da Guanabara, estender-se-ia de Ipanema à enseada de Botafogo, compreendendo todo o bairro de Copacabana, parte do Leme e da Urca. Todavia, deste vasto território, toda adequação para a instalação de uma refinaria foi antes bastante discutida, a Petrobrás só está ocupando cerca de 3 milhões de metros quadrados. Os restantes 7 milhões constituem uma reserva, ante a perspectiva de ampliações da própria refinaria, ou de que ali se venham a instalar indústrias petroquímicas.

Sendo o primeiro grande empreendimento inteiramente concebido, projetado e realizado pela Petrobrás, a refinaria de Duque de Caxias pode valer-se de uma grande experiência já adquirida em obras anteriores. Assim, grande parte dos materiais consumidos pela obra procede de fábricas nacionais ou instaladas no Brasil, bem como nos trabalhos de montagem já houve a participação de diversas firmas brasileiras. De todo o material empregado, 60 por cento originam-se do próprio país e se essa percentagem não é maior deve-se — segundo o general Artur Levy — à falta, em quantidade suficiente, de certos aços especiais no Brasil, bem assim ao fato de que não há neste país uma avançada indústria de instrumentação.



## Chefe da obra com jornalistas

### Água e força elétrica

Para se ter uma idéia das necessidades de água da refinaria basta dizer que os mananciais a serem por ela utilizados — ligados à refinaria por uma adutora de 26 quilômetros de extensão — seriam suficientes para abastecer uma cidade de 250 a 300 mil habitantes. Essa água não será subtraída ao consumo de nenhuma cidade, mas procede de fontes inaproveitadas.

Também no que se refere à força elétrica, a refinaria é auto-suficiente. Como explicou o general Artur Levy, preferiu a Petrobrás realizar vultosa inversão na geração de energia do que ficar sujeita às variações do fornecimento da Light, embora os fios da empresa estrangeira passem perto de Caxias. Para dar uma idéia da energia elétrica a ser produzida na refinaria — 22.500 quilowatts — diremos que poderia atender ao consumo de uma cidade de 500 mil habitantes. (A título de curiosidade: durante muitos anos, Salvador, bem como diversas cidades do Recôncavo baiano, teve como fonte abastecedora de energia praticamente apenas a hidrelétrica de Bananeiras, com 11 mil quilowatts instalados).

## Inauguração e funcionamento

A rigor, não se pode falar em inauguração da refinaria no dia de hoje. Isto porque, conforme foi explicado aos jornalistas, hoje haverá o início dos testes de operações. O período de testes — que compreende a experimentação de todas as unidades e serviços da refinaria, desde a adução de água, mecanismo de refrigeração com água do mar, filtragem, casa de força, etc. — terá a duração prevista de dois a três meses. Só então, depois de verificado estar tudo em condições normais de funcionamento, a refinaria começará a processar óleo propriamente.

E aqui cabe uma observação: apesar da grande participação de firmas nacionais no fornecimento de materiais e na montagem de diversos equipamentos, a montagem da principal unidade da refinaria, aquela que destilará o petróleo, está a cargo de uma firma norte-americana, a Foster-Wilfer. Não obstante ser considerada uma das maiores empresas do mundo montadoras de refinarias de petróleo, não se pode esquecer o fato de que são precisamente os testes petrolíferos norte-americanos os maiores interessados em torpedear a Petrobrás. Como também não se pode esquecer que praticamente todas as empresas ligadas às atividades da indústria do petróleo — não importa em que ramo — conjugam-se de uma maneira ou de outra, com os recursos financeiros daquele país, notadamente a Standard Oil. Dentro mesmo da Petrobrás a experiência

Ex-presidente da Petrobrás, o general Artur Levy é agora o chefe da obra em Duque de Caxias. Durante sua administração, os trabalhos avançaram bastante e, segundo ele, dentro de dois ou três meses a refinaria estará em funcionamento. A água a ser consumida pela refinaria daría para uma cidade de 250-300 mil habitantes e a eletricidade para uma população de 500 mil. O setor de divulgação da Assessoria de Relações Públicas da Petrobrás convidou jornalistas para uma visita às obras. O general Artur Levy abriu o programa com uma exposição (foto).

com o trabalho de tais empresas não pode ser considerada boa. A refinaria de Mataripe, por exemplo, só veio a funcionar em regime de plena normalidade e rendimento depois que os engenheiros brasileiros da Petrobrás assumiram-lhe o controle.

Resta, assim, esperar pelos resultados dos testes, pois, como dizem os técnicos, máquina parada não pode apresentar defeito...

## Capacidade: 90 mil barris por dia

O custo total da refinaria de Duque de Caxias é avaliado em 14 bilhões de cruzeiros, dos quais, até 31 de dezembro último, já haviam sido gastos 8 bilhões. A economia de divisas a ser proporcionada pela nova unidade será de 40 milhões de dólares. Desde o seu primeiro dia de funcionamento efetivo, poderá ela processar 90 mil barris diários de óleo cru. Entretanto, trabalhará sensivelmente abaixo da capacidade instalada. Isto é, num regime de 50-55 mil barris por dia. Tal fato é explicado devido a que o parque de refino existente no país já é suficiente para todo o mercado nacional. Quanto à área a ser suprida pela nova unidade da Petrobrás, que compreende os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, parte de Goiás e de Mato Grosso, tem um consumo de derivados de petróleo estimado em 65 mil barris por dia. Já existindo na área uma refinaria, a de Mangueiras, com uma capacidade autorizada de 10 mil barris, caberia à refinaria de Duque de Caxias complementar a necessidade do consumo, com cerca de 55 mil barris.

Dois problemas colocam-se, pois aqui. O primeiro é o da projetada construção de uma refinaria em Belo Horizonte. É evidente que se o consumo atual da mencionada área — que inclui o Estado de Minas — pode ser atendido pela refinaria de Duque de Caxias, não se justifica a instalação de uma refinaria em Minas, pelo menos agora. Além do mais, mesmo supondo que o consumo cresça muito e absorva os 30 mil barris não aproveitados da refinaria de Caxias, esta última pode, com pequenos acréscimos — conforme assegurou o general Levy — ampliar sua capacidade de produção para 150 mil barris diários. De tal maneira, um vultoso investimento da Petrobrás, como seria a refinaria de Minas, seria de todo contra-indicado do ponto de vista da economia da empresa estatal.

O outro problema é o da produção das refinarias particulares. Todas elas, sem exceção, têm uma produção efetiva superior à capacidade autorizada pelo título legal de funcionamento. Entretanto, é na refinaria de Capuava, ligada à Standard Oil que o problema se apresenta mais sério. A menciona-

da refinaria está operando, com efeito, cerca de 33 mil barris por dia, quando sua capacidade autorizada é de somente 20 mil barris. É evidente que já não há mais razão de ser para esse superprocessamento de Capuava e nem deve ser usado sobre a empresa estatal — que pertence a todo o povo e não a um grupo privado — o ônus da subutilização. Mais cedo ou mais tarde, porém, a solução terá que ser encontrada com a encampação dessas refinarias particulares, reivindicação nacionalista endossada inclusive pelo general Sardenberg, presidente da Petrobrás, diante da Frente Parlamentar Nacionalista.

## Etapas da refinaria

Outro aspecto que deve ser destacado é o seguinte: devido à natureza das instalações nesta primeira etapa, a refinaria somente poderá

processar óleo leve, isto é, com pequeno teor de enxofre. Significa isto que, de imediato, terá a refinaria de trabalhar com óleo extraído da Venezuela, que preenche tais requisitos. O petróleo baiano, pesado e rico em parafina, não poderá ser utilizado pela refinaria de Duque de Caxias antes de concluída a segunda etapa das obras, com a instalação de um «cracking» catalítico. Isto requererá, segundo o general Levy, um prazo não inferior a 12 ou 18 meses, quando, então, poderá ser refinado em Caxias qualquer tipo de óleo, puro ou em mistura com os de outras procedências. A explicação dada pelo general Levy é de que a estrutura do consumo na região a ser servida pela nova unidade apresenta, no momento, maior exigência dos derivados a serem produzidos na primeira fase: gás liquefeito, gasolina comum, querosene, óleo Diesel e óleo combustível.

## Nota Econômica

Com o fechamento da última comporta, foi inaugurada na semana passada a barragem de Três Marias. As fortes chuvas cidas nas cabeceiras do S. Francisco obrigaram a uma antecipação de três dias no fechamento, tornando meramente simbólica a inauguração programada por JK para o dia 11, se bem que ainda falte calculadamente um mês de trabalho intenso por serviços de acabamento.

O presidente foi apenas logrado, mas inesperados estão os aspirantes donos das terras adjacentes, que estão sendo ou serão inundadas pela represa. Queriam eles adiar a inauguração da barragem até que dos generosos cofres públicos saísse o que eles estão exigindo pela desapropriação dos seus latifúndios. Na luta que sustentaram contra Três Marias chegaram até a obter uma decisão favorável no Tribunal Federal de Recursos. Agora, com o fechamento da última comporta, criou-se uma situação virtualmente irreversível: uma libertação das águas poderia ocasionar uma catástrofe, afirmou os engenheiros. Assim, os retrogrados donos de terras acham-se em situação semelhante à de Ivan Oehokov, personagem do romance de Boris Pilniak, assistindo melancolicamente a inundação dos seus feudos, que agora têm uma função social. Mais afortunados, porém, que o mendigo do romance, salaram-se das águas, por certo continuarão a reclamar e se dividirem, ainda ganharão a questão...

A barragem de Três Marias é uma das maiores do mundo. O lago a ser formado com o represamento do S. Francisco terá uma superfície aproximada de 200 mil hectares e o volume de água represada será de cerca de seis vezes o volume d'água da baía de Guanabara.

São múltiplas as finalidades da barragem de Três Marias e não se pode mesmo afirmar que a produção de energia elétrica seja a principal, apesar de que a usina elétrica a ser ali instalada, por etapas, com os 520 mil quilowatts previstos, será a segunda do Brasil (logo depois de Furnas) e maior do que qualquer das lá construídas no nosso País.

A regularização do regime do rio S. Francisco é uma das aspirações de muitos técnicos brasileiros, embora as obras requeridas por esse objetivo — tanto no que se refere aos recursos financeiros, como aos técnicos — tornassem remota a concretização do sonho. Se bem que Três Marias não venham a resolver por completo o problema das enchentes e da extrema variação do volume d'água do rio entre o período de estígio e o das chuvas, contribuirá consideravelmente para melhorar a situação. A solução definitiva só virá com a construção de outras obras de vulto, ainda que menores que Três Marias, entre elas a de Sobradinho, a Jusante de Juazeiro, na Bahia, próximo à foziteira com Pernambuco.

Um dos problemas mais sérios de S. Francisco é o da navegação. O trecho médio do rio, compreendido entre Pirapora, em Minas, e Juazeiro, na Bahia, mede cerca de 1.200 quilômetros (aproximadamente a distância do Rio a Brasília por estrada de rodagem) e é navegável, embora precariamente. Nas épocas de cheia, o percurso pode ser feito pelos antiquados navios movidos a roda a peneira profundidade de muitos trechos do rio impede o uso de

## Dicionário

### A Renda Feudal da Terra

O fato de que o camponês retentasse nas terras do senhor — e acabasse sob a dependência pessoal — o último — era como que o contrato de terra — implicava para o camponês uma economia. Evidentemente, se o camponês não se sujeitava a trabalhar durante alguns dias na semana gratuitamente para o dono da terra, ou a entregar-lhe determinada parte da colheita obtida com o seu próprio trabalho, assim, se não houvesse a dependência pessoal não teria podido existir o próprio modo de produção feudal.

Da mesma maneira que o tempo de trabalho do escravo, também o tempo de trabalho do camponês se dividia-se em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho suplementar. Durante o tempo necessário, ele criava o produto necessário à sua própria subsistência e de sua família; no tempo suplementar criava o produto do qual se apropriava o senhor feudal.

A renda feudal da terra era precisamente esse produto suplementar devido pelo camponês ao seu senhor. Tanto era produzida pelo camponês trabalhando diretamente nas terras do senhor, como entregando a este última uma parte do produto obtido na própria economia do camponês. A base da existência da renda feudal da terra era a propriedade feudal da terra, em relação com a dependência direta do camponês ao latifundiário.

Foram três os tipos de renda da terra no feudalismo:

Renda-trabalho, ou corveia — Nesta forma de renda, que predominou na fase inicial do feudalismo, o camponês trabalhava determinada parte de semana — três dias ou mais — na propriedade do senhor, utilizando seus próprios instrumentos de produção, isto é, arado, gado de tração, etc. Nos restantes dias da semana, trabalhava em sua própria economia. Dessa maneira, o trabalho necessário e o trabalho suplementar estavam nitidamente separados no espaço e no tempo. O trabalho necessário era realizado nos dias da semana em que o camponês trabalhava em sua própria terra; o suplementar nos outros dias e na terra do senhor. Os tipos de trabalho realizados pelo camponês para o senhor eram os mais variados: arava, plantava, colhia (tomada conta do gado, era carpinteiro, lenhador, transportava os produtos em seus animais, etc. Deve-se notar que só no tempo em que o camponês trabalhava em sua economia, podia ter interesse nos resultados do seu trabalho. Quando estava trabalhando para o senhor esse interesse desaparecia.

Com o desenvolvimento do feudalismo, a renda-trabalho foi sendo substituída pela renda-produto e mais tarde pela renda-dinheiro. Sob estas formas de renda, o camponês era obrigado a entregar ao latifundiário determinadas quantidades de trigo, algodão, gado, aves e outros produtos agropecuários, ou, então, o dinheiro apurado com a venda desses produtos no mercado. O mais comum, porém, era a combinação dos diferentes tipos de renda, a princípio da renda-trabalho e da renda-produto e, mais tarde, também da renda-dinheiro.

## Um Velho Sonho Concretizado

propulsão a hélices) das companhias de navegação baiana e mineira até em 8 dias. Entretanto, em alguns trechos a torrente é de tal modo caudalosa que põe em perigo mesmo as embarcações maiores. Em contraste, no período de estio, sobretudo nos meses de junho a setembro, o mesmo percurso requer até o dobro do tempo e mais. Nesta fase, as viagens são frequentemente interrompidas à noite e sucedem-se os encaixes em bancos de areia. Agora, com a regularização do regime do rio, é possível a instalação de um sistema de sinalização, tal como existe nos grandes rios que cortam os países mais desenvolvidos, permitindo a navegação regular, talvez a hélices, em qualquer época do ano.

Não é preciso destacar a importância da criação de um traçado normal de vapores pelo S. Francisco, não apenas por ser o transporte sobre água mais barato que qualquer outro, como pela extrema pobreza da região sanfranciscana em matéria de rodovias e ferro.

Outro flagelo a que estavam expostas as populações ribeirinhas do S. Francisco eram as periódicas enchentes. Como se sabe, o S. Francisco atravessa extensas regiões semi-áridas, onde as únicas terras cultiváveis situam-se numa estreita faixa ao longo de suas margens. Com as enchentes, os prejuízos das populações que ali habitavam eram às vezes totais, quando não sucedia a perda de vidas humanas. Agora, não só esses lavradores e criadores estão a salvo das enchentes, como o programa de irrigação de uma faixa mais larga poderá ser atacado com maior segurança. A fertilidade das terras para certas culturas é assombrosa. Quando tudo corre bem, as colheitas de cebola, por exemplo ultrapassam amplamente as possibilidades do mercado e abarrotam os depósitos, mesmo com a venda do produto a preços baixos.

No que se refere à produção de energia elétrica, o principal beneficiário será o Estado de Minas Gerais, que tem grande participação na construção de Três Marias, através das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Ao lado da CEMIG, participa na construção da obra a Comissão do Vale do S. Francisco. Até o momento, já foram feitos investimento de 7,5 bilhões de cruzeiros, dos quais 4 bilhões emprestados pelo BNDE à Comissão do Vale do S. Francisco.

A regularização do regime do rio contribuirá também para aumentar o potencial utilizável em Paulo Afonso, já estando projetada a instalação ali, por etapas, de 1 milhão de quilowatts. Atualmente, Paulo Afonso está com 180 mil quilowatts, que deverão ser 310 mil ainda este ano.

Muitos outros objetivos serão atingidos com a construção de Três Marias e a realização do programa que sua existência torna possível e necessário. De toda maneira, grandemente importante está destinado a influir profundamente na fisiologia econômica do Brasil e onde uma profunda reforma agrária que se era uma antiga necessidade, torna-se agora uma realidade. Paulo Afonso e Três Marias, invariavelmente.





# Bombeiros e Milicianos da FP em Greve Contra o Regime da Fome Imposto Por CP

As primeiras horas da madrugada do dia 14, no Q. G. do Corpo de Bombeiros da praça Clóvis Bevilacqua, subia uma estada «magirus» levando no topo uma bandeira negra. A partir daquele momento os soldados do fogo se encontravam em greve. Logo depois recebiam a adesão de diversas unidades da Força Pública sediadas em São Paulo.

O movimento, auge de uma crise que grassa entre os elementos da milícia paulista, eclodiu depois de conhecido o resultado da votação, pela Assembleia Legislativa, do projeto de aumento de salários e vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado. Na noite de sexta-feira, dia 13, com as galerias do Palácio «9 de Julho» completamente tomadas por oficiais, suboficiais e praças da FP, os deputados situacionistas rejeitaram as emendas que equiparavam os servidores militares aos civis, mantendo assim uma situação de inferioridade de vencimentos daqueles, agravada ainda pelos baixos níveis aprovados. O não atendimento das justas reivindicações dos militares provocou, já no recinto do Legislativo paulista, as primeiras manifestações de revolta.

### A greve e a intervenção

Deflagrada a greve, o governador do Estado imediatamente reuniu o secretariado em Palácio decidindo, depois, solicitar a intervenção das tropas do Exército. Entre 4 e 5 horas da manhã do dia 14, mais 800 homens sob o comando dos generais Artur de Costa e Silva e Altair Franco Ferreira, rumaram em jipes e carros de combate, fortemente armados, transportando inclusive canhões antitanques, em direção ao Q. G. do Corpo de Bombeiros que foi imediatamente cercado e ocupado. A ação das forças do Exército estendeu-se em seguida, a pedido do governador amedrontado, a outros quartéis da Força Pública, que também foram cercados.

O governador Carvalho Pinto, em face dos acontecimentos, não se limitou apenas a pedir a intervenção do Exército. Falou à imprensa lamentando que soldados tão heróicos e bravos tivessem tido aquela conduta. Mas não disse nada sobre os motivos que determinaram a greve, o justo aumento de vencimentos que ele obrigou a maioria parlamentar a rejeitar, e mais, ordenou a substituição de comandos e a prisão de mais de um milhar de milicianos.

### Manifestação pacífica

Os oficiais e praças da corporação sediadas no Q. G. da praça Clóvis Bevilacqua, foram intimados, depois da ocupação e da substituição do comandante, a abandonar o local com suas viaturas. Cenas dramáticas se registraram então, com milicianos procurando impedir por todas as formas a partida dos veículos. Nesse momento, uma mul-

tidão se aglomerava na praça, avacianando os bombeiros e vaiando as autoridades. A situação ficou de tal maneira insustentável, que o comandante das tropas do Exército ordenou a retirada dos contingentes que ocupavam o quartel. Em seguida, sob o comando de 30 oficiais, centenas de bombeiros partiram com suas viaturas, não para as suas sedes, como havia sido determinado, mas para o Palácio dos Campos Eliseos, onde realizaram uma manifestação pacífica de protesto contra as determinações do governador Carvalho Pinto. Na interior do Palácio, quando se soube que os bombeiros se encontravam nas imediações, estabeleceu-se o pânico e foi organizado a «resistência» contra um suposto assalto. Trêmulos, empunhando revólveres, o sr. Carvalho Pinto e seus secretários se preparavam para a «defesa». As tropas do Exército, chamadas em socorro pelo governador, logo acorreram à sede do Executivo, cercando e prendendo todos os manifestantes. A pé, em filas de 4 a 6 homens, os soldados do fogo percorreram as ruas centrais da cidade, escoltados por tanques, cantando o hino da corporação e sob os aplausos entusiásticos dos populares, que se aglomeravam nos calçadas. Durante toda o desenrolar dos acontecimentos, a população paulista encontrou inúmeras oportunidades para manifestar sua solidariedade aos milicianos da Força Pública.

Registraram-se também, nos diversos locais em que a tropa do Exército interveio, momentos de grande emoção. Bombeiros, peito aberto, enfrentavam a tropa e denunciavam o estado de miséria em que vivem com suas famílias. Muitas vezes o espírito de camaradagem prevaleceu entre os militares do Exército, que foram incapazes de dispensar tratamento humilhante aos grevistas.

### Movimento amplia-se

Apesar da intervenção do Exército, o movimento ampliou-se no domingo e, já na segunda-feira, se contavam as seguintes unidades que tinham paralisado os seus trabalhos: 1º B. P. (Batalhão de Rádio Patrulha); Corpo de Bombeiros (com atendimento parcial); 2º B. P. (todos os postos foram desocupados e seus homens, mais de mil, recolheram-se aos quartéis deixando nos postos o seguinte aviso: «o governador é quem pode atendê-los»); 9º B. P., que atende à Zona Norte da cidade; Batalhão de Trânsito, cujos elementos abandonaram os semáforos da cidade; Batalhão de Guardas; 1º B. P., paralisada a polícia de choque; 10 B. P., que presta serviços nos municípios do «ABC»; Regimento 9 de Julho, cujos oficiais se declararam presos. O movimento tendia a crescer, principalmente em virtude das declarações do sr. Múcio Lima Faria, diretor do DEA, de que os elementos da milícia haviam recebido um aumento su-

perior a 60% sobre os níveis atuais. Os militares denunciaram como falsas e visando a iludir a boa fé da população, as declarações do diretor do DEA.

Em cidades do interior do Estado registraram-se adesões ao movimento dos milicianos paulistas. Em Sorocaba, todos os oficiais do 7º B. P. se declararam presos; nas companhias de Assis, Itapetininga e Batucatu estão hasteadas as bandeiras negras, o mesmo acontecendo com a 3ª Companhia Intendente de Sorocaba. Nesta última cidade toda a tropa se manifestou solidária com a oficialidade presa. Em Santos também se registraram manifestações de apoio à greve. Na cidade praiense oficiais do Corpo de Bombeiros e das unidades da FP foram detidos e conduzidos por forças do Exército para o Forte de Taquá.

A repressão ao movimento também se manifestou em escala estadual, havendo, segundo informações extra-oficiais, mais de mil oficiais e soldados detidos. Por outro lado, anunciava-se em São Paulo que o governador Carvalho Pinto ordenara ao sr. José Bonifácio Nogueira, membro de seu Gabinete, o estudo com as autoridades judiciárias e militares de medidas concretas à aplicação da Lei de Segurança contra os grevistas.

### Movimento prossegue

A situação, apesar da calma aparente nos quartéis, continua tensa, e o movimento dos milicianos prossegue em todo o Estado. Segunda-feira circulavam notícias em São Paulo sobre uma possível mediação do cardeal Mota, que seria portador de uma proposta da corporação ao governador Carvalho Pinto. Essa proposta, segundo se soube, condicionava a cessação do movimento ao envio, por parte do Executivo, de uma mensagem do Executivo à Assembleia, propondo a regularização da situação salarial da corporação, mensagem essa a ser preparada por uma comissão a ser designada, e à concessão imediata de um abono de 30% sobre os vencimentos aprovados pelos deputados.

### SOLIDARIEDADE DA POPULAÇÃO AOS MILICIANOS DA FORÇA PÚBLICA

## Sindicatos em Assembleia Permanente: Carvalho Pinto Vaiado Pelo Povo

Numerosas manifestações de solidariedade popular marcaram a greve dos bombeiros e dos milicianos da F. P. contra as injustiças cometidas pelo governador Carvalho Pinto, o economista que comprou uma coleção de passari-



### Povo Participou da Passeata

Mulheres e filhos de oficiais e praças, militares fardados, em trajes civis, além de numerosos dirigentes sindicais, deputados e vereadores, intelectuais e populares que no trajeto aderiram à manifestação, desfilaram pelo centro da cidade em passeata de protesto contra a adensa política do governador Carvalho Pinto e de solidariedade aos milicianos da F. P. em luta por aumento de vencimentos. Iniciada no Largo de São Francisco, o desfile durou ab-

ca de 2 horas, terminando com um comício. Faixas alusivas aos acontecimentos registrados no fim de semana eram carregadas por familiares dos militares, dirigentes sindicais e estudantes, e nelas podia-se ler: «CP covarde da FP», «A ULTAB defende as reivindicações da FP e do Corpo de Bombeiros» (esta faixa era transportada pelo líder comopê Joffre Correia Neto e pelo presidente da ULTAB), «Nossos maridos honram nossos lares», «Queremos pão

e não tanques», «Opressão — tirania — CP», «A FP agradece a solidariedade dos Sindicatos», «A USE opõe os milicianos» e muitos outros. Durante o comício que finalizou a manifestação, falaram, entre outros, o deputado Luciano Lopera, o deputado Ivete Vargas e os srs. Paulo Marinho e Guanabara Filho. Participou da manifestação, em respeito da qual vemos na foto, a esposa do governador, Carolina Maria de Jesus.

## Oficiais da FP Desmentem Dados Fornecidos Pela DEA

O Clube dos Oficiais da Força Pública distribuiu à imprensa a seguinte nota:

«Houve erro na demonstração de cálculos divulgada por certa imprensa de São Paulo, à guisa de esclarecimento sobre o aumento de vencimentos dos servidores. Afirma o diretor do DEA que um soldado da Força Pública terá acréscimo em seu orçamento, na base de 77%, e um primeiro-tenente na de 56%, elevando-se para mais de 60% a partir de julho. Vejamos a realidade dos fatos:

a) a soma dos vencimentos e vantagens devidas aos primeiros-tenentes, de acordo com a notícia, é de ..... Cr\$ 33.680,00, quando a soma correta das parcelas ali enumeradas seria de Cr\$ 34.680,00;

b) a soma dos vencimentos e vantagens da soldado engajado, é de ... Cr\$ 15.920,00, quando a soma correta seria de Cr\$ 15.400,00;

c) mesmo que consideradas corretas as totais supra (o que não é realidade, como abaixo se demonstrará) a movimentação de aumento, a partir de julho, seria de apenas 60%, também para o soldado e não 77%;

d) a afirmação do diretor do DEA da impressão de que todos os componentes da Força Pública, bem como, a Guarda Civil e demais carreiras militares, terão o seu orçamento mensal, a partir de maio 20% sobre os atuais vencimentos, como consequência da aplicação da gratificação de guarnição especial, o que, na verdade, não acontece. Essa gratificação, cujo projeto de lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa e ainda é objeto de discussão, será paga por dia de tra-

balho prestado por oficial ou praça empregado em serviço onde haja condições precárias de segurança, estabilidade e acomodações, isto é, nos chamados serviços de escala, tais como, prontidão para fogo, guarnição de Rádio-Patrulha, guardas de presídios e outros, os quais são, via de regra, prestados em regime de 24 horas de trabalho ininterrupto por 24 horas de descanso. Dessa forma, o máximo que oficiais e soldados poderão receber, a título de gratificação especial, será de 20% sobre 15 dias de vencimentos em cada mês, o que corresponderá a 10% do vencimento mensal.

Por outro lado são empregados, diariamente, cerca de 2.400 soldados e 20 oficiais (capitães, primeiros-tenentes e segundos-tenentes) em trabalhos que podem ser amparados pelo projeto de lei que institui esta gratificação, restringindo-se a este número de militares o pagamento diário da vantagem.

Assim sendo, verifica-se que uma vez promulgada a lei que reajusta os vencimentos dos servidores do Estado, inclusive, os da Força Pública, caberá ao primeiro tenente e ao soldado, os seguintes vencimentos e vantagens:

1 — Vencimento de primeiro-tenente, com dez anos de serviço, casado e com um filho (hipótese do diretor do DEA): 31-12-1960 — Cr\$ 21.600,00, (vencimentos) Cr\$ 600,00, (salário-família) (básico): ara %), ..... Cr\$ 22.200,00, Cr\$ 5.600,00, (abono); Cr 400,00 (aumento de salário-família); de 1-1-1961 (aumento de 27%), Cr\$ 28.200,00, Cr\$ 2.200,00, (adicional); de 1-5 a 30-6-61, (aumento de 36%), Cr\$ 30.400,00, Cr\$ 880,00, (elevação de abono para

30%); de 1-7-1961 em diante (aumento de 41%), Cr\$ 31.280,00.

OBS.: Se o primeiro-tenente contar menos de 5 anos de serviço, o aumento total será de somente 31%.

2 — Vencimentos de soldado engajado, com dez anos de serviço, casado e com um filho:

até 31-12-1960 (básico para %) 9.000,00 (vencimentos), 600,00 (salário-família), 9.600,00, 2.700,00 (abono), 400,00 (aumento de salário-família);

de 1-1 a 30-4-1961 (aumento de 32,29%) 12.700,00, 900,00 (adicional);

de 1-5 a 30-6-1961 (aumento ... 41,66%), 13.600,00.

Se o soldado tiver menos de 5 anos de serviço o aumento total ficará reduzido a somente 32,29%, pois não fará jus ao adicional por tempo de serviço.

Esta é a demonstração real do aumento estável a beneficiar o primeiro-tenente e soldado engajado que contém entre 10 e 15 anos de efetivo serviço prestado ao Estado.

A gratificação de guarnição especial, se vier a ser concedida, não poderá ser considerada como aumento genérico e estável aos componentes da Força Pública, pois beneficiará, conforme se demonstrou, apenas aqueles que prestarem trabalhos especiais e transitórios assemelhando-se, pela sua natureza, a pagamento de diárias por serviço prestado, vantagem que pela sua descontinuidade não pode ser considerada um aumento básico de salário, como quis fazer paracer o diretor do DEA em suas afirmações».

chos para o Estado por 2 milhões de cruzeiros e não quer conceder aumento de vencimentos aos heróicos soldados do fogo. Já no sábado, logo após a intervenção das tropas do Exército nos quartéis da corporação, diretores e oficiais das principais organizações sindicais de São Paulo dirigiram-se ao Q. G. do Corpo de Bombeiros para levar sua solidariedade aos grevistas. Diretores da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, de centros acadêmicos e de secundaristas e comissões de populares organizadas nas ruas, espontaneamente, também acorreram na manhã de sábado à sede da Praça Clóvis Bevilacqua pelo mesmo motivo. Deputados que defenderam a reivindicação da corporação, entre os quais os srs. Luciano Lopera, Rocha Mendes e Jetero de Faria Cardoso também compareceram ao Q. G. do Corpo de Bombeiros, colocando seus serviços a disposição dos milicianos. Durante a visita dos parlamentares à sede da corporação, o deputado Luciano Lopera proferiu a decisão injusta do governador Carvalho Pinto que, apesar de alegar a excelente situação financeira do Tesouro Estadual, se nega a conceder um aumento de vencimentos que amenizaria a miséria dos lares de milhares de milicianos.

Manifestações importantes foram a do Conselho Sindical que, reunido em caráter de emergência, deu a público um manifesto de solidariedade aos grevistas, e a de 45 associações de servidores públicos estaduais, que também manifestaram no mesmo sentido. Vereadores do capital e de cidades do interior, através telegramas, manifestaram também sua solidariedade à luta dos bombeiros e dos milicianos da Força Pública.

### Manifesto dos trabalhadores

Os representantes dos sindicatos e federações de trabalhadores de São Paulo reuniram-se na manhã de domingo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, ocasião em que divulgaram um manifesto de apoio à luta dos oficiais e praças da F. P. e dos bombeiros. O documento, após assinalar as justas razões que levaram os elementos da corporação à greve e depois de denunciar a recusa do governador Carvalho Pinto a proposta de mediação formulada pelas entidades sindicais, recomenda aos trabalhadores: dar todo apoio à campanha, para que ela tenha êxito; recomendar as organizações sindicais que convoquem assembleias para discutir e

tomar conhecimento da situação; apelar aos integrantes do Exército para que confraternizem com a campanha contra o alto custo de vida e reiterar ao governador a oferta de mediação.

Após a reunião, os dirigentes sindicais determinaram a convocação de assembleias permanentes de todas as categorias profissionais, para a defesa das garantias constitucionais e das liberdades democráticas.

### Guarda-civil

Também o Centro Social dos Inspectores da Guarda-Civil divulgou nota de solidariedade à luta dos milicianos da F. P., aproveitando a mesma para discordar de declarações do diretor da corporação sobre a situação reinante na corporação.

### Manifestações populares

Durante os acontecimentos registraram-se numerosas manifestações de solidariedade popular, principalmente na praça Clóvis Bevilacqua. Milhares de paulistanos postaram-se, durante todo o dia de sábado, defronte do Q. G. do Corpo de Bombeiros, acompanhando com emoção os episódios da luta. Frequentemente esturijam aplausos aos soldados do fogo e manifestações de repulsa à ação do governo do Estado. O entendo dos dois bombeiros vitimados em acidente ocorrido no domingo, quando iam atender um chamado, apesar das precauções tomadas pelas autoridades para que não se transformasse em demonstração de protesto contra as autoridades, foi acompanhado por grande massa popular.

### Vaiado o governador

O governador Carvalho Pinto também foi alvo da repulsa popular. Na tarde de sábado, quando se retirava da sede do Corpo de Bombeiros, recebeu significativa homenagem da multidão postada diante do Q. G. da corporação... uma sanara e oneradora voia.

### Coronel em São Paulo Ganha Menos Que Subtenente na Guanabara

Prova mais concluyente da justiça da luta dos oficiais e praças da F. P. de São Paulo, e que desmente e desmoraliza as declarações do governador Carvalho Pinto e dos homens do seu

governo, é a tabela comparativa dos padruos de vencimentos dos quadros da Polícia Militar da Guanabara e da Força Pública de São Paulo.

	GUANABARA	S. PAULO
	CR\$	CR\$
Tenente-coronel	62.700,00	30.000,00
Major	55.500,00	28.000,00
Capitão	47.175,00	25.400,00
Primeiro tenente	41.400,00	21.600,00
Segundo tenente	36.750,00	18.600,00
Aspirante	30.220,00	15.800,00
Subtenente	30.220,00	15.800,00
Primeiro sargento	29.420,00	13.900,00
Segundo sargento	25.125,00	12.900,00
Terceiro sargento	22.800,00	12.000,00
Cabo	17.665,00	10.000,00
Soldado	14.145,00	9.000,00



# PRESERVAR A PAZ: MISSÃO HISTÓRICA DO CAMPO SOCIALISTA

**W. GOMULKA**  
Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês

No quinquênio que agora se encerra, a indústria carbonífera realizou grandes progressos nos domínios da produção, da técnica, da economia e do bem-estar social. As metas estabelecidas para a indústria do carvão durante esse período foram atingidas. Superando as deficiências dos anos anteriores as minas de carvão entraram numa fase de vertiginoso desenvolvimento.

Em 1960, a indústria carbonífera, conforme se espera, extrairá mais de 104 milhões de toneladas de carvão, ultrapassando, desse modo, em mais dois milhões e meio de toneladas a meta prevista no plano econômico nacional para aquele ano. A produção global dos anos de 1959-1960 alcançará as previsões desse quinquênio, isto é, chegará a 498 milhões de toneladas.

Durante o último quinquênio, os operários das minas carboníferas lograram imenso sucesso no tocante ao rendimento do trabalho. De acordo com as previsões do Plano Quinquenal, o aumento global de rendimento do trabalho devia ser de 1 147 quilos diários em 1955, a 1 200 quilos em 1960, ou seja, de 4,6 por cento. Essas previsões foram não somente atingidas como ultrapassadas. Este ano, o rendimento global atingirá 1 280 quilos, sendo então cerca de 12 por cento superior ao do ano de 1955.

Em 1957, teve início a redução das horas de trabalho nas minas de carvão. Este ano, o trabalho na maior parte das minas é ou está sendo reduzido para sete horas (meia). Ao mesmo tempo, procedeu-se, pouco a pouco, à supressão das horas extraordinárias e do trabalho aos domingos.

Durante o presente quinquênio, o salário dos mineiros aumentou consideravelmente, apesar da redução do tempo de trabalho. O salário médio mensal dos operários do setor industrial das minas de carvão se elevará este ano a mais de 2 700 slots, enquanto em 1955 era de apenas 1 725 slots. Isso representa um acréscimo de 57 por cento sobre o salário nominal.

As perspectivas de desenvolvimento de toda a nossa economia nacional estão estreitamente ligadas ao rápido incremento da extração do carvão e ao aumento dos fundos de investimentos nas minas. Em 1965, de acordo com as diretrizes do Plano Quinquenal, deveremos extrair 113,6 milhões de toneladas de hulha e 27 milhões de toneladas de linhita. Em relação ao corrente ano, prevemos para 1965 um aumento de 9,5 milhões de toneladas na extração da hulha e de 18 milhões na de linhita.

## A guerra mundial não é mais um fenômeno inevitável

Vosso trabalho, assim como o trabalho de toda a classe operária e o de todos os trabalhadores de nossa indústria e de nossa agricultura, não é somente o fator principal do desenvolvimento da economia nacional, tem também enorme importância na solução positiva do problema fundamental do mundo atual — o problema da paz.

O campo socialista e todo o movimento operário internacional que é dirigido pelos comunistas, encarregaram-se de uma missão histórica — preservar a humanidade da catástrofe de uma guerra termo-nuclear, assegurar uma paz duradoura a todos os povos do mundo. Esta é a tarefa mais urgente e mais importante que a presente etapa histórica impõe aos comunistas, ao movimento operário e a toda a humanidade.

A conferência dos partidos comunistas e operários de 81 países do mundo, realizada recentemente em Moscou, por ocasião do 43.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, foi consagrada a essa grande causa.

Nessa conferência, foi analisada minuciosamente a situação internacional e formulada a atitude do movimento comunista frente

aos problemas essenciais do mundo contemporâneo em dois documentos de grande importância — a declaração e o apelo aos povos — que receberam aprovação unânime.

Os partidos comunistas e operários do mundo inteiro partem do princípio de que, a luta entre o capitalismo e o socialismo, entre o velho e o novo mundo, pode e deverá decidir-se não por meio de uma nova guerra mundial, mas pela competição pacífica entre os dois sistemas sociais.

A tese de que a guerra mundial deixou de ser um fenômeno inevitável em nossa época foi firmemente confirmada pela conferência dos partidos comunistas e operários. As novas condições e a atual correlação de forças no mundo permitem, desde já, evitar eficazmente as guerras agressivas e basear as relações entre os Estados no princípio da coexistência pacífica. Este princípio leninista, tão fortemente defendido e aplicado com objetividade às condições do mundo contemporâneo pelo 20.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, constitui a base das resoluções da conferência e traça as linhas cardeais da ação de todos os partidos comunistas e operários e dos países do campo socialista.

A possibilidade de evitar a eclosão de uma nova guerra decorre do caráter da etapa histórica contemporânea. O traço mais característico desta época é o fato de que o sistema socialista mundial, guardião da paz, transforma-se em um fator decisivo do progresso da humanidade. Em contraposição, o imperialismo cuja natureza engendra as guerras de agressão, embora ainda disponha de uma poderosa força econômica e militar, já perdeu sua superioridade no mundo. Ele se desmorona em meio a contradições cada vez mais profundas e não é mais capaz de decidir livremente se deve ou não haver uma guerra mundial. Tampouco pode exercer influência decisiva no curso dos acontecimentos internacionais, na orientação da evolução do mundo. A esfera do domínio imperialista se retrai e sua base colonial sofre uma total desintegração.

A grande importância da conferência de Moscou, assim como a importância do fato de que os partidos comunistas e operários que dela tomaram parte, confirmaram o caráter inteiramente justo da política posta em prática até o momento pelo campo socialista — política de coexistência pacífica — e comprometeram-se a consagrar todas as suas forças e sua energia à luta pela preservação da paz. A declaração adotada pela conferência de Moscou mostra claramente o que deverão fazer os trabalhadores de cada país para evitar uma guerra mundial e defender a paz.

Sob a direção de seus partidos comunistas e operários, os povos dos países socialistas podem servir mais eficazmente à causa da paz, desenvolvendo a edificação do socialismo, sobretudo no domínio econômico. Cada novo sucesso econômico dos países do campo socialista, bem como o aumento constante do peso específico da produção socialista na emulação pacífica com o sistema capitalista, criam a base material indispensável de nossa força e aumentam a eficácia de nossa política internacional em favor da paz.

Na sua luta pela paz, a classe operária, dos países capitalistas desenvolvidos dirige seu golpe principal contra o domínio exercido pelo capital monopolista sobre a vida e a política desses países, e contra a corrida aos armamentos nucleares.

A luta pela completa independência nacional, pela soberania política e econômica, a extinção das bases militares estrangeiras em seus territórios, o seu afastamento da órbita dos pactos de guerra imperialistas, são as tarefas de primeiro plano das massas populares do terceiro grupo de Estados que contam cerca de um bilhão de habitantes, nos países subdesenvolvidos, da maioria das nações que se libertaram da escravidão colonial nos últimos quinze anos.

A luta para evitar uma guerra mundial, pela coexistência pacífica dos Estados de diferentes sistemas sociais uniu em uma corrente anti-imperialista todas as tarefas principais acima mencio-

nadas que constituem o centro da política dos partidos comunistas e operários nas três esferas fundamentais do mundo contemporâneo.

Tal é o conteúdo essencial do programa de ação do movimento comunista mundial debatido na conferência de Moscou. Essa é a política internacional que o movimento comunista e os países do campo socialista opõem à política imperialista de agravamento da guerra fria, de intensificação da corrida armamentista e de preparação do mundo para uma guerra termo-nuclear.

Os governos dos Estados do bloco atlântico brincam com o fogo, expõem a um enorme perigo seus próprios povos e toda a Europa, quando, complacentes diante das reivindicações do Chanceler Adenauer, procuram transformar as forças militares "atlânticas" no que se chama de "Quarta Potência Atômica".

## A corrida armamentista: perigo mortal

Os Estados Unidos pagam anualmente à RFA centenas de milhões de dólares para a manutenção de bases militares americanas em seu território. Durante os últimos seis anos, esta soma elevou-se a mais de três bilhões de dólares, fato que transformou a República Federal Alemã no segundo credor dos Estados Unidos em todo o mundo. E agora, apoiado pela Grã-Bretanha, o governo dos Estados Unidos deseja que a RFA aumente sua participação nos gastos para a manutenção das tropas norte-americanas na Alemanha Ocidental. Entretanto, os militaristas germano-ocidentais não desejam contribuir com um só centavo para auxiliar seus aliados que se encontram em penosas dificuldades financeiras. Os bilhões que acumularam lhes são necessários para o incremento de sua própria indústria bélica e para continuar acelerando a expansão econômica e política da República Federal Alemã.

A corrida armamentista não constitui somente um perigo mortal para a paz. É também o maior

contracenso econômico que conheceu a história. Dispende-se anualmente no mundo 100 bilhões de dólares em armamentos, enquanto o valor de todo o comércio internacional atinge 70 bilhões de dólares. Acumulou-se nos arsenais do mundo uma tal quantidade de produtos explosivos que, avaliados em TNT, caberia cerca de dez toneladas desse material a cada habitante do globo terrestre.

O desarmamento, condição principal à preservação da paz, deve ser imposto aos imperialistas. E isso se conseguirá, graças a política pacífica, à superioridade do campo socialista e à força de pressão da classe operária e das grandes massas sociais do Ocidente, esmagadas pelos gastos com armamentos e procurando evitar as ameaças de uma guerra termo-nuclear.

O caminho do desarmamento seria facilitado se fossem aceitas as propostas apresentadas na ONU pela Polónia, no sentido de que todos os países do Clube Atômico se abstenham imediatamente de entregar aos demais armas atômicas, de construir novas bases militares em territórios estrangeiros, bem como se aprovassem nossa proposta sobre o estabelecimento de uma zona desatomizada na Europa Central.

A política de nosso país será sempre guiada, como até o momento, pela aspiração à coexistência pacífica e à consolidação da paz na Europa e no mundo.

## A união inquebrantável do mundo socialista multiplica nossas forças

Unido a todos os povos dos países socialistas, nosso povo, nossa classe operária, encontram-se numa posição de vanguarda na luta pela paz, onde se forja o potencial econômico, técnico, material e moral dos Estados socialistas.

O desenvolvimento econômico dos países do campo socialista lhes permitirá conseguir no fim do próximo quinquênio superar o mundo capitalista quanto ao volume global da produção de bens materiais. No curso do presente quinquênio, a área das nações socialistas e, so-

retudo, a URSS já obteve e consolidou sua superioridade sobre o mundo capitalista nos domínios decisivos do progresso e da técnica, do ponto de vista do número e da capacidade dos quadros científicos e técnicos. Nesse domínio a União Soviética — o principal Estado do campo socialista — atingiu a superioridade militar e técnica sobre os Estados Unidos. As armas termo-nucleares e os foguetes soviéticos paralizam o aventureirismo belicista das potências imperialistas, garantem a segurança de todo o campo socialista, defendem a paz de toda a humanidade.

A causa fundamental do sucesso do socialismo, a principal garantia da paz mundial, o desenvolvimento positivo e da segurança de todos os países socialistas é a unidade intangível do campo socialista. Esta unidade multiplica nossas forças, facilita incensuravelmente o desenvolvimento econômico de cada nação socialista e representa fator decisivo para o sucesso de nossa luta comum por evitar a guerra.

A unidade dos países socialistas se baseia na solidariedade e unidade dos partidos comunistas e operários que constitui a força dirigente principal em cada país do campo socialista.

Nesse campo, um papel proeminente está destinado ao primeiro e mais poderoso Estado socialista — a União Soviética.

A União Soviética suporta o grande fardo da responsabilidade que é preservar a humanidade de uma guerra. Ela abre ao mundo inteiro o caminho de uma vida melhor, justa e pacífica.

A aliança soviético-polonesa conseguiu, graças à justa política marxista-leninista do P.C.U.S. e do P.O.U.P., um apoio irrestrito nos corações e na consciência do povo polonês. O principal porta-estandarte dessa aliança é a classe operária polonesa e sua vanguarda — o nosso partido. Devemos reforçar e proteger essa grande amizade e fraternidade, como uma das mais importantes conquistas políticas do nosso povo.

(Trechos do discurso pronunciado por ocasião da Festa dos Mineiros, no dia 3 de dezembro de 1960, em Katowice).



## Unidade do campo socialista

unidade dos países socialistas se baseia na solidariedade e unidade dos partidos comunistas e operários que constitui a força dirigente principal em cada país do campo socialista" afirmou Wladislaw Gomulka, primeiro-secretário do POUP, em discurso pronunciado por ocasião da festa dos mineiros de Katowice, dias após o encerramento da conferência dos partidos comunistas e operários realizada em Moscou. Gomulka, que chefiou a delegação polonesa que participou da reunião, assinalou a importância para o mundo da unidade entre os países do campo socialista, fator decisivo para a manutenção da paz mundial. Na foto, Gomulka ao centro, lado por Nikita Krushev e pelo primeiro secretário do Partido Socialista Operário Unificado Polonês.



# Faltam Alguns "Recordes" no Balanço de Juscelino

## Teoria e Prática A Questão Fundamental do Marxismo

RENATO GUIMARAES

O sr. Juscelino Kubitschek determinou a seus ministros que fossem ao rádio e à televisão para, a pretexto de fazer um "balanço", contar as excelências de seu governo. Ao ministro da Justiça, que tem um gôsto especial por mandar prender visitantes e ameaçar os trabalhadores com o estado de sítio, coube apregoar que nunca houve tanta justiça neste país como nos últimos cinco anos. Ao ministro da Agricultura, que nunca houve tanta agricultura... e assim por diante. O próprio Presidente não se cansa e emprestou sua bela e cultivada voz de barítono a esse canto geral de auto-elogio; começou dirigindo à Nação uma mensagem de Ano Novo, e depois passou a fazer discursos quase diários, sobre o mesmo tema: «a grande obra» realizada por seu governo.

Acreditando-se no que dizem, o sr. Kubitschek e seus ministros não vêm motivo algum para autocriticar-se e só vêm méritos em sua administração. «Não me arrependo de um só ato de meu governo» — chegou mesmo a dizer o sr. Juscelino Kubitschek, em sua mensagem de Ano Novo. Mas onde é que se concentra, em sua tarefa de auto-elogio, a afirmação de seu «esfôrço para criar um país novo e maior». O «desenvolvimentismo» é o seu verdadeiro «hobby». Nesse caminho, faz o mais deslavado elogio à inflação de que já se teve notícia, como «instrumento de luta» contra o subdesenvolvimento. Graças a ele, diz o Presidente, «o País cresceu», houve «um aumento acentuado do potencial criador», numa escala «sem precedentes na evolução econômica do País».

Mas não fica nisso o Presidente. Ainda procura dar um tom heróico às suas proezas «desenvolvimentistas». Realça o fato de que elas foram realizadas na solidão, uma vez que a ajuda recebida do exterior foi insignificante. Dando uma curiosa pirueta, transforma o completo fracasso da OPA, que não é outra coisa senão o fracasso de suas concepções de desenvolvimento baseado na ajuda norte-americana, num outro mérito de seu governo: embora só, ele fez o desenvolvimento...

Surge, no entanto, das palavras do sr. Kubitschek, uma contradição. Como entender, de fato, que o País esteja

se desenvolvendo em escala tão prodigiosa, se o próprio sr. Kubitschek, em outra passagem de seu discurso de Ano Novo, reconhece que o povo brasileiro está impaciente por livrar-se nas «fontes de miséria e de sofrimento» que permanecem no País, e se convence, pelo exemplo dos países socialistas, «de que existem atualmente formas de escapar à miséria»? Se o País consegue desenvolver-se tão bem e sozinho, qual a necessidade dos apelos extremados e lamuriantes de que o sr. Kubitschek insiste fazer, no mesmo discurso, à ajuda do imperialismo norte-americano, sem a qual, diz ele, mergulhámos num período de revolução armada?

Não é entretanto difícil encontrar a raiz dessa contradição. É fato que o país se desenvolveu, nos últimos cinco anos. Embora já haja economistas afirmam que a economia do país, em seu conjunto, atingiu uma fase de estagnação, no ano de 60, e embora o ritmo de crescimento da economia nos últimos cinco anos não tenha representado um aumento — e acusa mesmo um decréscimo em certos setores importantes — em relação aos ritmos alcançados anteriormente, sobretudo no período 50-54, parece fora de dúvida que a economia capitalista do país está se desenvolvendo, ainda que num ritmo bastante moderado. O sr. Kubitschek, contudo, é levado por razões óbvias a exagerar o alcance e a significação dessa realidade, até perder a razão e a coerência, quando se vê obrigado a enfrentar este outro fato real e evidente: a insatisfação do povo brasileiro para com o ritmo e o tipo de desenvolvimento que lhe tem sido oferecido.

Ai entramos no verdadeiro centro da questão: num terreno que, por razões igualmente fáceis de compreender, o sr. Kubitschek não quer pisar. Mas não se poderá fazer balanço algum, com alguma seriedade, do seu governo, sem se pôr em questão o conteúdo mesmo da política «desenvolvimentista» defendida e aplicada por ele. Nas falhas e deficiências dessa política, encontra-se a razão da indiferença, quando não a revolta, com que o povo assiste ao desenvolvimento do país, e da consequente frustração com que o sr. Kubitschek chega ao fim de seu mandato presidencial.

Eis porque nunca será demais repetir que todos os males do governo Kubitschek decorrem do princípio básico de sua política «desenvolvimentista»: a conciliação com os imperialistas norte-americanos e com os setores atrasados, pré-capitalistas, da economia nacional. É em função desse princípio que a inflação adquire o caráter «inevitável» que o sr. Kubitschek e seus auxiliares lhe procuram dar; que os recursos públicos são coroados, às centenas de bilhões de cruzados, para subvencionar os plantadores e comerciantes de café, os investimentos estrangeiros e outros setores da economia que, nas condições em que atuam, são prejudiciais ao país; que a crise de superprodução do café, a debilidade da produção agrícola de subsistência, os «deficits» do balanço de pagamentos, o regime de sucção e deformação da economia nacional pelo capital imperialista estrangeiro, e outros problemas urgentes do país, ao invés de terem sua solução encaminhada, foram agravadas durante o governo que ora se despede.

O sr. Kubitschek deve a esse princípio da conciliação com o imperialismo e com o latifúndio alguns «recordes» que ele, não certamente por modestia, deixou de alinhar em sua oratória de despedida. Mais de cem bilhões de cruzados, tirados da bolsa do povo — pela inflação ou pelos impostos — foram imobilizados, sendo inutilizados, por ele na compra dos «excedentes» do café. Em consequência disso — pois os produtores, embora não tenham compradores, têm bons preços assegurados — produz-se cada vez mais café, e a preços cada vez mais altos: está prevista, para 61, a safra «cultura-recordes» de 45 milhões de sacas, ou seja, duas vezes mais do que o máximo de produção admitida pelo mercado interno e internacional.

A dívida externa do país, particularmente para com os Estados Unidos, atingiu outro recorde: 2,4 bilhões de dólares, segundo o SUMOC, mas cerca de 3 bilhões, segundo alguns «intimos» do Banco do Brasil. Para cobrir esta dívida, não há saldos no balanço de pagamentos com o exterior; pelo contrário, os «deficits» se acentuam, devendo atingir este ano a cifra dos 300 milhões de dólares. A par disso, e também como consequência de tudo isso, os índices do custo de vida atingiram os limites da calamidade pública, multiplicando a fortuna de alguns nababos do «desenvolvimentismo» e levando a fome e a miséria a milhões de lares de trabalhadores.

Tais são alguns dos lados negativos do «desenvolvimentismo», que o sr. Kubitschek procura esconder, mas que ao povo não escapam, pela simples razão de que é ele a primeira vítima do mal. Há ainda outros aspectos, que o sr. Kubitschek apresenta como positivos, e que estão longe de sê-lo. Ele se orgulha e se gaba, por exemplo, de ter trazido a indústria automobilística para o País. Mas não diz, ou não enxerga, que essa indústria está inteiramente nas mãos do capital imperialista estrangeiro, sobretudo norte-americano, que a sua instalação está representando o esmagamento da indústria nacional do ramo de estepeiros, e, mais, que o dinheiro gasto pelo Estado na subvenção às empresas estrangeiras que para aqui vieram, somado ao que estas empresas arrecada-

ram no mercado interno de capitais, seria mais do que suficiente para a construção de uma indústria nacional de veículos, baseada no parque industrial brasileiro já existente no ramo, antes do famoso «GEIA».

O povo brasileiro tem demonstrado «o desejo e a luta pelo desenvolvimento econômico, mesmo quando este desenvolvimento se faz dentro dos quadros do capitalismo. Ele não pode concordar, porém, com um «desenvolvimentismo» que, ao invés de atacar pela raiz os obstáculos que se opõem ao progresso nacional — o monopólio detido pelos Estados Unidos em nossas relações comerciais e financeiras com o exterior, a espoliação do trabalho de nosso povo pelo capital imperialista estrangeiro, o latifúndio parasitário — acarreta, ao contrário, o reforçamento desses obstáculos, e o consequente agravamento das condições de vida da grande maioria da população. Um «desenvolvimentismo» desse tipo, ainda que possa traduzir-se em certos índices mais altos de produção, nada representa em relação às possibilidades e à capacidade do país. A medida em que nossos governantes insistirem nesse caminho — e a verdade vale tanto para Juscelino como para Jânio — eles estarão cimentando na consciência de nosso povo a idéia, com certo pavor reconhecida pelo sr. Kubitschek, de que só a planificação socialista, só o regime socialista, poderá realmente livrá-lo da miséria e do sofrimento.

## Comemorações do Aniversário do "Cavaleiro da Esperança"

Com a presença do prefeito da cidade, sr. João Lyra Filho, dos vereadores Salvador Sobrinho e Alfredo Síntra (Este de São Bento do Una) dos advogados Henrique de Figueiredo e Jorio Valença, e de grande número de amigos e admiradores de Luiz Carlos Prestes, realizou-se em Caruaru (PE), na residência do sr. José Garibaldi, dia 3, uma festa em homenagem ao 63º aniversário do «Cavaleiro da Esperança».

As solenidades consistiram de uma exposição de Gregório Bezerra, apresentada aos presentes pelo sr. Abdias Lú, sobre a vida e a atuação política do líder comunista brasileiro, e de um coquetel servido após a palestra.

### Ato público na Paraíba

Também em Campina Grande foi comemorado o aniversário de Prestes, com um ato público realizado dia 3, ao qual estiveram presentes inúmeras pessoas admiradoras do dirigente comunista.

### Em Passo Fundo

O aniversário de Prestes nesta cidade do Rio Grande do Sul foi comemorado com um programa na Rádio Passo Fundo. O programa, além de traçar rapidamente uma biografia do líder comunista e fazer referência a algumas passagens da Coluna Invicta, transmitiu a seus ouvintes questões que demonstram a importância da luta do PCB na evolução do nosso sociedade, assim como da posição patriótica dos comunistas e seu líder na luta pela paz e a democracia.



## No 2º Aniversário da Revolução Cubana

Personalidades políticas, dirigentes sindicais, líderes estudantis e intelectuais de todos os países assistiram em Havana às celebrações do 2º aniversário da Revolução cubana, comemorando este ano com grandes manifestações populares e desfile das milícias encarregadas de defender Cuba da ameaça de agressão estrangeira. A presença das

delegações estrangeiras aos festejos constituiu também uma demonstração inequívoca da solidariedade para com o povo cubano que hoje se transforma em movimento internacional em defesa dos seus direitos soberanos contra as investidas dos Estados Unidos e de seus cúmplices na Guatemala e outras ditaduras centro-americanas. De se destacar, foram as presenças de intelectuais

lucis e prelados na tribuna de honra durante o desfile das milícias, entre eles os poetas Nicolás Guillén e Pablo Neruda (que leram poemas dedicados à Revolução cubana) e do padre Germán Lence, que foi punido pelo Vaticano por ter declarado seu apoio à luta de Cuba contra os imperialistas. Na foto, a reverência entre os poetas.

## História do Movimento Operário

(LXIII)

### Antecedentes históricos da criação do Partido proletário na Rússia

Dizíamos no último capítulo destas notas que o movimento operário, em franca ascensão revolucionária na velha Rússia czarista ao alvorecer de nosso século, convivia com a participação ativa dos social-democratas, na senda mais e mais dirigida pelos Comitês locais do Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

Que partido era esse? Durante muitos anos o movimento operário da Rússia processou-se espontaneamente, detido da ideologia científica do proletariado, o socialismo. A teoria marxista e o movimento operário desenvolviam-se como duas correntes em rios distintos.

Se, como vimos, ao surgir a «União de luta pela libertação da classe operária» em 1894 (Cap. LIX, em «NOVOS RUMOS» n.º 59), seria posta na ordem-do-dia a tarefa histórica de fundir-se o socialismo com o movimento operário, isto é, de criar-se na Rússia o partido independente de caráter revolucionário, do proletariado.

G. V. Plekhanov, a frente do grupo marxista «Emanipulação do Trabalho», que emigrara da Rússia, por ele lançado em Genebra (Suíça), em 1883, desempenhou importante papel na elaboração preliminar das teses teóricas necessárias à fundação do partido da classe operária em seu país. Intelectual de grande talento, Plekhanov, ao tomar conhecimento da concepção marxista do mundo e da sociedade, rompeu com a ideologia pequeno-burguesa anárquica do movimento populista, em cujas fileiras militara ativamente, e empenhou-se a fundo no estudo da realidade econômico-social da Rússia à luz do marxismo. Foi ele quem deu início à crítica marxista da falsa doutrina dos populistas, mostrando que estes nada tinham de socialistas (como se intitulavam) e que a Rússia entrara no caminho irreversível do desenvolvimento do capitalismo. Com este creste e se fortalece continuamente o proletariado, a única classe consequentemente revolucionária da sociedade russa, classe que os revolucionários deveriam ajudar a organizar-se e a criar seu próprio partido. Plekhanov combateu igualmente a falsa concepção dos populistas segundo a qual a história

é feita não pelas massas, mas por indivíduos de escol, por «heróis» que arrastam as massas cegas e amorfas atrás de si.

O mal de Plekhanov — e esta seria a raiz teórica de sua ulterior passagem ao oportunismo menchevista — é que não compreendia o papel revolucionário do camponato na Rússia, não entendia que o proletariado só poderia vencer o czarismo se se aliasse às massas camponesas.

As obras de Plekhanov comprometeram a fundo a influência dos populistas entre os intelectuais revolucionários da época, e o grupo «Emanipulação do Trabalho» chegou a redigir dois projetos de programa para os social-democratas russos, em 1884 e 1887, embora não tivesse conseguido ir além da fundação teórica da social-democracia na Rússia.

A derrota ideológica definitiva do populismo e a criação do partido do proletariado revolucionário seriam realizadas sob a direção teórica e prática de Lênin.

Aos 23 anos de idade, Lênin chegou a Petersburgo, ligou-se aos círculos marxistas da grande cidade, logo despertando a profunda admiração de todos pelo seu profundo conhecimento do marxismo, por sua capacidade em aplicá-lo à realidade econômica e política da Rússia de então, pelo seu entusiasmo revolucionário, a sua confiança sem limites na classe operária, o seu excepcional talento de organizador.

Ao mesmo tempo que milita nos círculos operários, onde faz palestras e conferências para os trabalhadores de vanguarda e acumula toda uma experiência prática do trabalho de agitação e de organização, Lênin escreve continuamente artigos e outros trabalhos de orientação das lutas da classe operária. E assim que, em 1894, publica sua obra «Quem são os «amigos do povo» e como lutam

contra os social-democratas». Livro de desmascaramento do populismo — que já então voltava as costas aos camponeses pobres e se ligava aos cultivos camponeses ricos, burocratas do campo — e no qual mostra que a primeira tarefa dos marxistas russos era organizar um partido operário revolucionário único com os círculos marxistas dispersos, cujo número ia crescendo em toda a Rússia. Nessa obra Lênin formula pela primeira vez a idéia da aliança revolucionária dos operários e camponeses, meio principal para a derrota do czarismo e, em seguida, para a vitória do socialismo, juntamente com o proletariado dos demais países.

Em 1895, Lênin funda a «União de Luta», nela reunindo todos os círculos operários marxistas de Petersburgo, mais ou menos unidos. Com o exemplo e ajuda da «União de Luta», surgem nos mais distantes rincões da Rússia numerosas Unões operárias.

Em dezembro desse ano, o jovem chefe revolucionário é preso em Petersburgo. Do cárcere, continua ajudando a «União de Luta» com suas opiniões, escreve folhetos, e as que redige o «Projeto de Programa», de que já falamos no toitor (Ver Cap. LXI, em «NOVOS RUMOS» n.º 97). O «Projeto» foi escrito com muita mais energia dum livro de medicina (Lênin fazia o «tinteiro» de molho de pão e quando o guardava se aproximava de sua teia com a depressão o «tinteiro», o que, segundo ele próprio contou mais tarde, chegou a acontecer várias vezes num mesmo dia...).

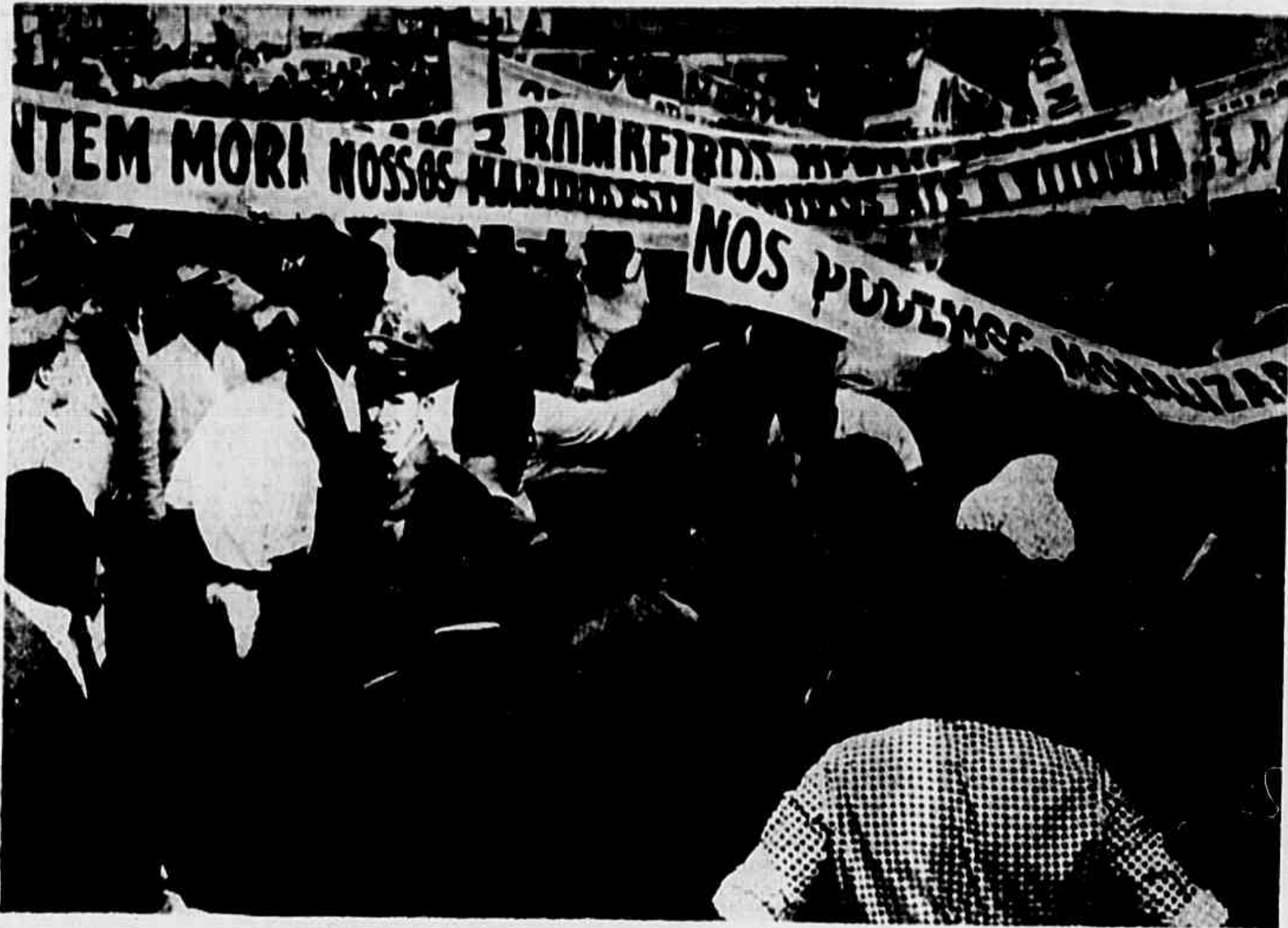
Em 1897 Lênin se encontra confinado, pela reação czarista, numa aldeia perdida da Sibéria, a província de Ienissei. Ai se liga a massa camponesa, fundando, nas condições, na sua condição de advogado, o partido que escreve o seu trabalho «As tarefas dos social-democratas

russos», onde mostra que «agora as concepções teóricas dos social-democratas estão, em seus traços fundamentais e principais, suficientemente esclarecidas». Trata-se de passar à atividade prática, da qual, afirma, já não se pode dizer o mesmo. É preciso esclarecer as tarefas práticas dos social-democratas, isto é, esclarecer as questões do seu programa político, dos seus métodos de ação, da sua tática. Ao definir, nesta obra, em seu sentido mais geral, aquelas tarefas, Lênin mostra que a luta da classe operária na Rússia tem dois aspectos indissolúvelmente ligados — o socialista e o democrático, o que, aliás, explica a designação de «social-democrata». Quanto ao problema dos métodos de ação, uma das questões então mais controversas, eis como Lênin, lapidamente, o situa:

«Raciocinar de antemão sobre a que meio recorrerá esta organização», — refere-se ao partido revolucionário do proletariado que devia ainda ser criado, — «para o desfecho do golpe decisivo no absolutismo, supor que ele será, por exemplo, a insurreição, ou a greve política de massas, ou outro meio de ataque, — raciocinar de antemão sobre isso e resolver essa questão agora seria fútil doutrinarismo. Isso seria como se os generais fizessem o conselho de guerra antes de convocar o exército, de mobilizá-lo, de pô-lo em marcha em direção ao inimigo. Quando o exército do proletariado lutar, firmemente e sob a direção de uma vigorosa organização social-democrática, pela sua emancipação econômica e política, — então esse próprio exército mostrará aos generais os métodos e os meios de ação. Então e somente então se poderá resolver o problema do desfecho do golpe decisivo no absolutismo, pois a solução do problema depende justamente do estado do movimento operário, de sua amplitude, dos métodos de organização revolucionária que o dirige, das relações dos outros elementos sociais para com o proletariado e o absolutismo, das condições da política interna e externa, — numa palavra, de milhares de condições, cuja previsão antecipada é tão impossível como inútil.»

Ivan Ramos Ribeiro





**Povo apóia os soldados do fogo**

O governo de Carvalho Pinto não teve força para impedir a passeata das esposas e filhos dos oficiais e soldados da Força Pública e do Corpo de Bombeiros, que foi acompanhada espontaneamente por muitas centenas de populares. O povo de São Paulo tem demonstrado ativa simpatia e solidariedade para com o movimento. Os deputados federais Salvador Lossaco e Ivete Vargas, o líder camponês Jofre Correia Neto, a escritora Carolina Maria de Jesus e diversas outras personalidades populares puseram-se à frente da passeata.

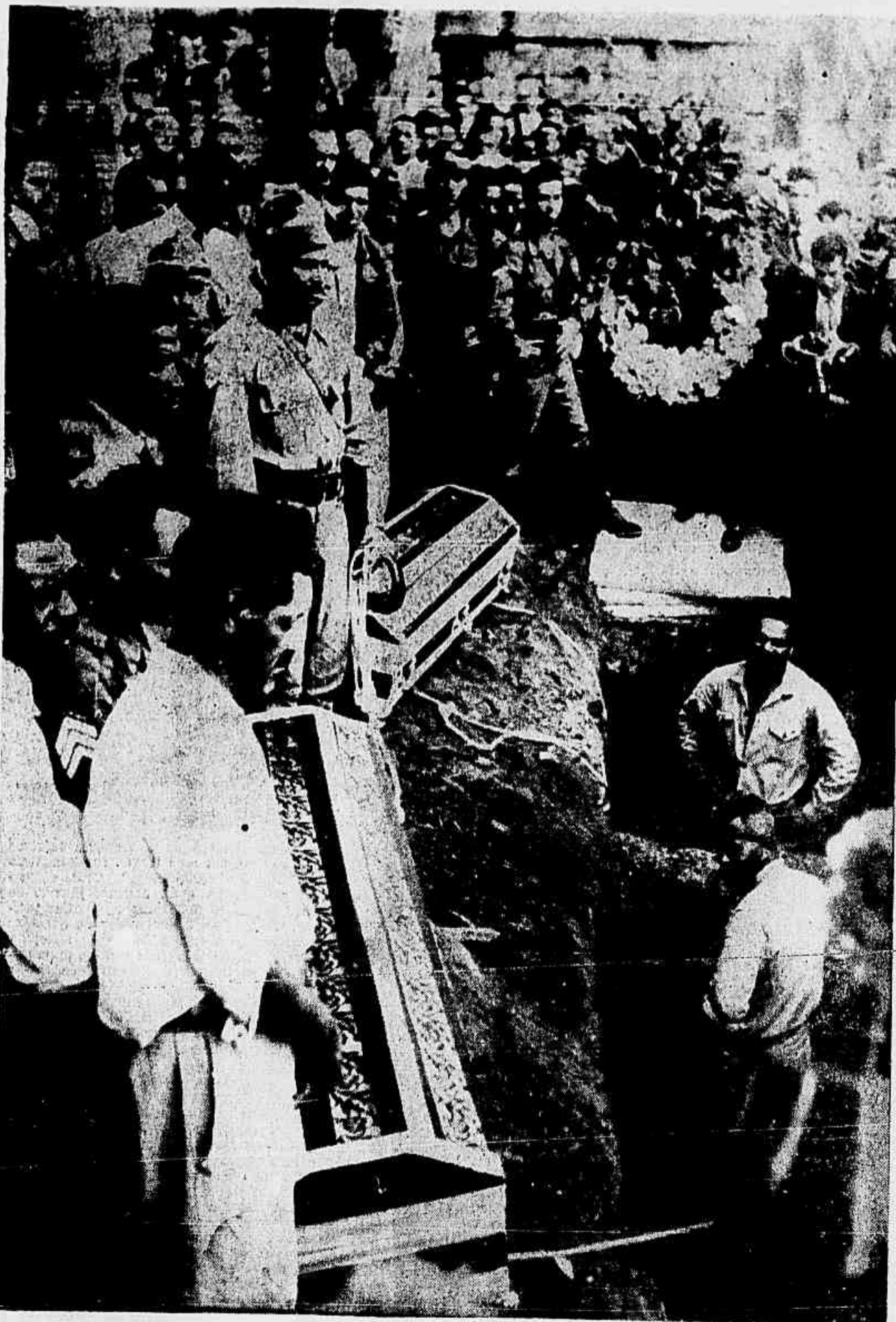


**Bandeira negra: sinal da greve**

Uma bandeira negra, no topo de uma escada "magyrus", era o sinal de que a corporação dos bombeiros entrava em greve. Apenas uma equipe continuou trabalhando.

FORÇA PÚBLICA E CORPO DE BOMBEIROS DISSERAM "BASTA!" A CARVALHO PINTO

# Soldados Lutam Contra a Fome



**Dois mártires da causa comum**

Quando corria para atender um caso urgente, o carro da equipe de bombeiros que permaneceu de plantão sofreu um acidente, causando a morte instantânea de dois sargentos. Centenas de soldados do fogo, oficiais e praças da Força Pública compareceram ao enterro dos dois companheiros sacrificados na luta.

Tôda a vida de São Paulo, e a atenção da opinião pública de todo o país estão centralizadas no movimento grevista dos oficiais e praças do Corpo de Bombeiros e da Força Pública do chamado «Estado-líder». Em sua luta contra a situação de miséria em que os coloca o governador Carvalho Pinto, os bombeiros e militares estão enfrentando uma resistência histórica do governo estadual, que não hesitou em apelar para a intervenção militar do governo federal, em sua tentativa de reprimir o movimento. Contam entretanto com a integral solidariedade do povo e dos trabalhadores paulistas, que também sofrem as conseqüências da carestia e da política de «austeridade à custa dos pobres» adotada por Carvalho Pinto. O Conselho Sindical dos trabalhadores de todo o Estado de São Paulo lançou um manifesto de solidariedade ao movimento, recomendando aos sindicatos operários que se mantenham em assembléia permanente, para acompanhar a luta dos soldados do fogo e da Força Pública.



**Da Assembléia para a rua**

O deputado Lepera foi um dos que se bateram em favor dos militares, na Assembléia. Derrotado pelos "teleguidados" de CP, foi para a praça pública, lutar ao lado dos grevistas.

# NOVOS RUMOS



**Bombeiros não tiveram medo dos canhões**

Carvalho Pinto apelou para os carros de assalto do Exército, para reprimir a greve. Os bombeiros não se intimidaram com a intervenção militar; quando a tropa chegou ao seu Quartel General, com ordem para atirar, alguns deles abriram as tûnicas e mostraram o peito aberto, desafiando os militares do Exército.